



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 089 – QUINTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL	PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>	
<i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Morais PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho	LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP		LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 84^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE JUNHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 699, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 358, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio.....

16240

Nº 700, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 43, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino.

16242

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária dos Requerimentos nºs 43 e 358, de 2003.....

16242

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 428, 467, 481, 506, 584, 597, 602, 603, 607, 620, 624, 631, 651, 652, 661, 683, 685, 726, 727, 733, 736, 755 e 764, de 2002; e 19, 24, 28, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 120, 143, 149 e 153, de 2003. (Aprovados terminativamente pela Comissão de Educação)

16243

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 482, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores, solicitando que seja destinado o horário do expediente da sessão do Senado Federal do dia 20 de agosto para homenagear a maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom.

16249

Nº 483, de 2003, de autoria dos Senadores José Agripino, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho e outros Senadores, solicitando que seja realizada de sessão solene do Senado Federal no dia 22 de agosto, com o objetivo de homenagear o ex-Senador Dinarte Mariz, pelo transcurso dos cem anos do seu nascimento.

16249

Nº 484, de 2003, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando a realização de sessão especial do Senado Federal no dia 11 de se-

tembro, em homenagem a Salvador Allende, ex-Presidente do Chile.

16249

1.2.4 – Ofícios

Nºs 70 a 73/2003, de 24 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais.

16250

Nº 139/2003, de 24 do corrente, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela evasão de divisas realizadas no Brasil no período de 1996 a 2002.

16250

1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 166/2003, de 23 do corrente, comunicando a aprovação, em reunião realizada em 15 de maio do corrente ano, dos Requerimentos nºs 4 e 11, de 2003-CRE, de iniciativa dos Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana, respectivamente, que cria a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior.

16251

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Repúdio às manifestações publicadas na imprensa sobre as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do Congresso Nacional e do Judiciário.....

16251

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Presença na Casa de cerca de cem Procuradores Federais, recentemente nomeados pelo Presidente da República.....

16253

SENADOR NEY SUASSUNA – Necessidade de modernização da Marinha Mercante brasileira. ..

16253

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Relato da participação de S.Exa., como secretário-geral, da 21^a reunião plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada recentemente em Assunção, Paraguai.

16262

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Críticas às declarações feitas ontem pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do Judiciário e do Congresso Nacional.	16266	passagem do 95º aniversário natalício do Dr. Salvador Allende, ex-Presidente do Chile.....	16277
SENADOR <i>EFRAIM MORAIS</i> , como Líder – Repúdio às palavras do Presidente da República em críticas aos poderes Legislativo e Judiciário.	16266	Nº 488, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Desembargador Antonio Goes, ocorrido no último dia 21 do corrente.	16278
SENADOR <i>JEFFERSON PÉRES</i> , como Líder – Protesto contra o pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, em reunião realizada na Confederação Nacional da Indústria – CNI.....	16266	1.2.10 – Comunicação	
SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> , como líder – Análise do pronunciamento do Presidente da República.	16270	Do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que seja considerada como licença autorizada sua ausência às votações nominais ocorridas na Ordem do Dia da sessão de 25 do corrente, tendo em vista sua presença na solenidade de posse do Exmo. Sr. Ministro Carlos Augusto Ayres de Brito.	16279
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> , como Líder – Equívocos na interpretação das palavras do Presidente da República em pronunciamento feito na CNI.	16271	1.3 – ORDEM DO DIA	
SENADOR <i>ALOIZIO MERCADANTE</i> , como Líder – Esclarecimentos sobre o episódio que culminou nas críticas de parlamentares ao discurso do Presidente da República.	16272	Item 1	
SENADORA <i>SERYS SLHESSARENKO</i> , como Líder – Comentários às declarações do Presidente da República, destacando que em nenhum momento S. Exa. referiu-se às reformas da Previdência e Tributária.	16272	Medida Provisória nº 119, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. Aprovada. À promulgação.....	16279
SENADOR <i>AMIR LANDO</i> , como Líder – Referências ao debate sobre o pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva feito ontem na CNI.	16274	Item 2	
1.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira. Aprovado com emenda , após usarem da palavra a Sra. Ana Júlia Carepa, os Srs. Tião Viana, Luiz Otávio e Romeu Tuma. À Comissão Diretora para redação final.	16281
Nº 50, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que modifica a Constituição Federal, para denominar como desembargadores federais os membros dos Tribunais Regionais Federais.	16275	Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (Parecer nº 701, de 2003-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	16284
1.2.8 – Leitura de projeto		Os Itens 3 a 6, inicialmente adiados, são apreciados após o Item 20, conforme solicitação das lideranças	
Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre o funcionamento de casas de jogos em computadores.	16276	Item 7	
1.2.9 – Leitura de requerimentos		Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (regras para demarcação de terras indígenas). Votação adiada para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 489, de 2003.	16285
Nº 485, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003, que estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências.....	16277	Item 8 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999)	
Nº 486, de 2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 456, de 2003.	16277	Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Machado, que dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo. Discussão adiada para reexame pela	
Nº 487, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando homenagem pela			

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 490, de 2003.....	16285	Item 9 Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que altera a redação do <i>caput</i> e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto. Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999.	Item 15 Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2001 (nº 2.448/2000, na Casa de origem), que altera a redação do art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral (institui a obrigatoriedade do depoimento pessoal no processo penal eleitoral). Aprovado com emenda apresentada nesta oportunidade, após parecer de Plenário proferido pelo Sr. César Borges (Parecer nº 702, de 2003). À Comissão Diretora para redação final.	16289
Item 10 Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que modifica o “caput” do art. 37 da Constituição Federal (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade). Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno.....	16286	Item 16 Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2001 (nº 4.162/2001, na Casa de origem), que altera o caput do art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968 (inclui as empresas, fundações e sociedades civis prestadoras de serviços de locação de bens móveis entre as que podem emitir fatura e duplicata). Discussão adiada para exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 492, de 2003.....	16291	
Item 11 (Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001) Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados. Discussão adiada para 14 de agosto, nos termos do Requerimento nº 491, de 2003.	16286	Item 17 Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2002 (nº 379/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”. Discussão adiada para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 493, de 2003, após usarem da palavra os Srs. Juvêncio da Fonseca e Jefferson Péres.	16292	
Item 12 Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento). Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, sendo lida a Emenda nº 2 (Substitutivo).	16287	Item 18 Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2003 (nº 5.063/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Jorge Amado” o trecho da Rodovia BR-415 que interliga as cidades de Itabuna e Ilhéus, no Estado da Bahia. Aprovado . À sanção.	16293	
Item 13 Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que altera a Constituição Federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional. Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.	16287	Item 19 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 25, de 2001) Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2001, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que altera o art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários. Rejeitado , após usarem da palavra os Srs. Almeida Lima, Paulo Octávio, Aloizio Mercadante, José Agripino, José Jorge, Arthur Virgílio e César Borges. Ao Arquivo.	16293	
Item 14 Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal, dispondo sobre a competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.....	16288	Item 20 (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 10 e 11, de 2002) Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990,	16293	
	16289			

estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Discussão adiada** para 4 de setembro, nos termos do Requerimento nº 494, de 2003.

16297

Item 3

Parecer nº 692, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes, sobre a Mensagem nº 75, de 2003 (nº 112/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Doutora Maria Paula Dallari Bucci para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos. **Aprovado.** (*Votação nominal e secreta*)

16298

Item 4

Parecer nº 602, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a Mensagem nº 99, de 2003 (nº 193/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado o nome do Doutor Lélio Bentes Corrêa, Subprocurador-Geral do Trabalho, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a membro do Ministério Público do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro Wagner Antônio Pimenta. **Aprovado.** (*Votação nominal e secreta*)

16300

Item 5

Mensagem nº 118, de 2003 (nº 219/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca. **Aprovado o Parecer 703, de 2003-CRE.** (*Votação nominal e secreta*)

16301

Item 6

Mensagem nº 129, de 2003 (nº 250/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Gilberto Vergne Saboia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos. **Aprovado o Parecer nº 704, de 2003-CRE.** (*Votação nominal e secreta*)

16302

Item 21

Mensagem nº 76, de 2003 (nº 114/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2003 (nº 2.283/99, na Casa de origem),

que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores. **Votação adiada** para 4 de setembro, nos termos dos Requerimentos nºs 495, 496 e 497, de 2003....

16303

Item 22

Mensagem nº 97, de 2003 (nº 173/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2001 (nº 2.282/99, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Antonina, Estado do Paraná. **Aprovada.** Ao Arquivo.

16303

Item 23

Mensagem nº 107, de 2003 (nº 215/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada da Mensagem nº 5, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Tomas Maurício Guggenheim, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe. **Aprovada.** Ao Arquivo.

16303

Item 24

Requerimento nº 325, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 136 e 155, de 2000, por regularem a mesma matéria. **Aprovado.** Os projetos vão à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa...

16304

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Votação, na sessão deliberativa ordinária de amanhã, do Requerimento nº 488, de 2003....

16304

1.3.2 – Recepção da Comissão Nacional de Atletas**1.3.3 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia**

Requerimento nº 485, de 2003, de urgência, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** O Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003, constará da Ordem do Dia de amanhã.

16304

1.3.4 – Leitura de requerimento

Nº 498, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003. **Aprovado.** O projeto constará da Ordem do Dia de amanhã..

16304

1.3.5 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 482 a 484, de 2003, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**

16304

1.3.6– Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR FLÁVIO ARNS – Barreiras arquitônicas existentes no Senado Federal que impedem o acesso do cidadão portador de necessidades especiais a diversas dependências da Casa.....

16305

ções sobre matéria publicada no jornal **O Globo**, edição de 24 do corrente, que reproduz parcialmente reportagem do jornal francês **Lé Monde** acerca dos primeiros meses do governo Lula.

16321

SENADOR TIÃO VIANA – Apoio ao pronunciamento do Senador Flávio Arns. Questão do respeito ao tempo dos oradores quando do uso da Tribuna.

16305

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Análise da matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 do corrente, que trata do desaquecimento do comércio no Estado de São Paulo.

16327

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Necessidade de maior incentivo ao desenvolvimento do turismo no País.

16305

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da aprovação, na Câmara dos Deputados, de projeto que concede anistia *post mortem* a João Cândido e aos demais participantes da Revolta da Chibata. Expectativa quanto aos reflexos da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em favor de ações afirmativas que considerem a dimensão racial.

16328

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Aniversário, hoje, de 15 anos de fundação do PSDB.

16308

SENADOR VALDIR RAUPP – Contrário ao uso dos recursos do BNDES para investimentos em países da América do Sul e da África.

16329

SENADOR PAPALÉO PAES – Importância do Instituto do Coração – INCOR.

16311

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Cobranças de uma política de reforma agrária para o país....

16331

1.3.7– Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

16312

1.3.8– Comunicações da Presidência

Recebimento dos Recursos nºs 13 e 14, de 2003, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002.

16314

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

16331

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 25.6.2003

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.103 a 4.109, de 2003.

16335

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

1.3.9– Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Apoio a uma política brasileira para os recursos hídricos que deverá ser discutida pela subcomissão Permanente da Amazônia a ser instalada junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Transcrição de entrevista do Senador José Agripino Maia publicada na revista **Brasília em Dia**, edição de 21 do corrente.

16315

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre a publicação intitulada “o Inesc e a agenda brasileira 2003/2006”, de autoria do Instituto de Estudos Socioeconômicos.

16320

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários a respeito de entrevista do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, publicada na revista **Brasília em Dia**, edição de 17 de maio último. Considera-

Ata da 84^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de junho de 2003

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Antonio Carlos Valadares, Mão Santa, da Sra. Ana Júlia Carepa e do Sr. Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcidio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azevedo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – deli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 699, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento nº 358, de 2003, solicitando de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos regimentais, voto de louvor pela canonização de Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

O Requerimento nº 358, de 2003, de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio, requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, da

Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

O requerimento solicita, ainda, que o voto de louvor seja comunicado à Ordem, em Manaus, Estado do Amazonas, e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

II – Análise

O requerimento em exame tem como objetivo precípua homenagear Madre Maria de Mattias, religiosa italiana, nascida em 1805, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, responsável por importantes obras educacionais e benficiais, no Estado do Amazonas.

A dedicação de Maria de Mattias ao querido próximo – como ela se referia aos pobres e necessitados – motivou a fundação de Casas da congregação nos mais diversos quadrantes: na Europa (Alemanha e Inglaterra, além da própria Itália) e, posteriormente, na América Latina, inclusive no Brasil.

Beatificada por Pio IX, trinta anos após a sua morte, ocorrida em 20 de agosto de 1866, a religiosa acaba de ser canonizada pelo Papa João Paulo II. Em discurso pronunciado na ocasião, o Sumo Pontífice declarou:

Mística ardorosa e apaixonada mulher de ação, a Beata Maria de Mattias, com a sua incansável obra de educadora e evangelizadora, abriu novas vias à presença da mulher na Igreja, propondo originais modelos de serviço ao Evangelho.

Respaldado pela importância internacional assumida pelo fato e movido pelo intuito de chamar atenção para o importante trabalho desenvolvido pela Ordem, no Amazonas, a proposição em comento é oportuna e pertinente.

III – Voto

Pelo exposto, atendidos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pronunciamos-nos pela aprovação do Requerimento nº 358, de 2003.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2003. – **Marcelo Crivella**, Presidente, **Marco Maciel**, Relator, **Pedro Simon**, **Jefferson Péres**, **Fernando Bezerra**, **Patrícia Saboya Gomes**, **Lucia Vânia**, **Fátima Cleide**, **Antonio Carlos Magalhães**, **Arthur Virgílio** Autor – **Hélio Costa**, **Tasso Jereissati**.

PARECER Nº 700, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento nº 43, de 2003, solicita do Senador Roberto Saturnino, que seja apresentado voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento.

Relator: Senadora Heloisa Helena

I – Relatório

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Roberto Saturnino requer voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento.

Na justificação de seu requerimento, o Senador Roberto Saturnino narra parte da biografia de Amina

Lawal, de 31 anos, muçulmana e analfabeta. Criada para trabalhar em afazeres domésticos, casou-se aos 14 anos como a grande maioria de jovens do interior da Nigéria. Deste primeiro casamento, teve três filhos. Depois de ter se divorciado, Amina manteve relações com um sobrinho de segundo grau de seu ex-marido. A sharia, lei islâmica, condena à morte as pessoas separadas e divorciadas, que mantenham relações sexuais. O cumprimento da pena de Amina não deverá ocorrer antes de janeiro de 2004, quando termina o período de amamentação.

O caso de Amina tornou-se mundialmente conhecido e pessoas, organizações não-governamentais e até alguns governos têmapelado ao governo da Nigéria para intervir na decisão do tribunal muçulmano. Entende o Senador Roberto Saturnino que o Governo brasileiro e o Senado da República não podem ficar indiferentes a uma violação tão cabal de princípios basilares de direitos humanos.

II – Análise

Vigente no Código Penal de 12 dos 18 estados do norte da Nigéria desde 1999, a Sharia, tem dividido o país. Com uma população aproximada de 115 milhões de habitantes, que conta ainda com 250 etnias entre os grupos hausa, yorubá, ibo e fulani, a Nigéria se vê confrontada com uma polarização de sua sociedade, dividida entre islâmicos, com 47% da população, e cristãos, com 35%. Esta polarização já provocou quase 5 mil mortes nos últimos anos. Embora a constituição federal proíba a introdução de uma religião oficial, os fortes estados nortistas de Zamfara, Sokoto e Niger têm realizado inúmeras tentativas para a aplicação da Sharia como lei fundamental.

No ano passado, a opinião pública mundial conseguiu uma grande vitória. Um tribunal de apelações islâmico nigeriano de Sokoto absolveu Safiya Hussaini Tungar-Tudu, condenada pela Sharia a ser apedrejada até a morte após ter sido acusada de adultério. A absorvição de Safya, porém, não impediu outro tribunal islâmico nigeriano, do Estado de Katsina, a condenar à morte Amina Lawal pelo mesmo “crime”.

Amina foi denunciada pelos próprios vizinhos e levada ao tribunal da pequena aldeia onde mora, tendo sido condenada em março de 2002, sem o apoio de advogados. Seu pedido de interposição de recurso foi rejeitado em 19 de agosto do mesmo ano pelo Tribunal Superior da Lei Islâmica de Funtua. O coletivo de juizes declarou que o julgamento inicial foi conduzido corretamente e que o veredito proferido é justo nos termos da lei da Sharia e do código penal.

Os juizes decidiram ainda que, em conformidade com a anterior decisão do tribunal de instância inferior, Amina Lawal não será executada até o desmame da pequena Wasila, hoje com um ano e cinco meses, período que deverá terminar em janeiro de 2004. No dia 3 de junho de 2003 haverá uma nova audiência ante o Tribunal de Apelação da Sharia do Estado de Katsina.

Se a condenação for confirmada, o caso chegará à justiça comum. Apesar de não existirem antecedentes, tudo parece indicar que, neste caso, Amina Lawal poderia ser absolvida. O presidente nigeriano, Olésegún Obasanjo, que chegou ao poder há três anos, poderia, em último caso, lançar mão de uma lei que o permite perdoar um condenado à morte. Olésegún Obasanjo é cristão e atuou de forma ativa para a absolvição de Safiya Hussaini.

A porta-voz do Ministério de Assuntos Sociais da Mulher da Nigéria, Clara Obazele, criticou duramente a sentença proferida em agosto de 2002. Todos na Nigéria, segundo ela, esperavam que Amina Lawal fosse liberada da condenação anterior, denunciando que os tribunais islâmicos estão julgando unicamente Amina. Partindo do princípio de que uma mulher não pode ficar grávida sozinha, a porta-voz do Ministério da Mulher lançou então a pergunta: "onde está o pai da criança?"

Amina manteve relações sexuais com Yahaya Mohammed, o sobrinho de segundo grau do ex-marido, depois de ter se divorciado. Durante o primeiro julgamento, ela reconheceu ter mantido relações com Yahaya, o que está sendo utilizado como o principal argumento da acusação. Yahaya Mohammed, por sua vez, jurou perante o Corão que nunca manteve relações sexuais com ela, o bastante para que se livrasse de qualquer culpa. Amina Lawal não conseguiu provar o contrário.

Em dezembro do ano passado, a posição de algumas candidatas à 52ª edição do Miss World, de transformar o concurso numa campanha a favor de Amina Lawal, levou a uma série de protestos de lideranças islâmicas, resultando em graves confrontos e na inviabilidade de realização do evento.

A Anistia Internacional vem acompanhando de perto o caso de Amina, inclusive com a divulgação de um abaixo-assinado na rede mundial de computadores. O Parlamento Europeu já aprovou uma resolução sobre a violação dos direitos da pessoa humana na Nigéria e, em particular, dos direitos da mulher, tendo em vista o caso de Amina Lawal.

A sentença contra Amina foi proferida como uma "lapidação", substantivo feminino que significa "o ato ou efeito de lapidar" ou a "oficina em que se lapi-

dam pedras preciosas". Ainda segundo o Dicionário Aurélio, no passado, significava "um suplício que consistia em apedrejar o criminoso" e, em sentido figurativo, "educação e aperfeiçoamento". É simplesmente inadmissível que esta seja a situação das mulheres muçulmanas que vivem na

Nigéria, mulheres cujo crime maior foi fazer valer o direito humano à felicidade. Amina e sua filha Wasila merecem um futuro. Nada mais justo do que fazermos a nossa parte.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 43, de 2003.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2003. – **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente – **Heloísa Helena**, Relatora – **Flávio Arns** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Hélio Costa** – **Pedro Simon** – **João Alberto Souza** – **Marco Maciel** – **João Capiberibe** – **Lúcia Vânia** – **Antero Paes de Barros** – **José Agripino**, **Luiz Otávio**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 700, de 2003**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo favoravelmente ao **Requerimento nº 43, de 2003**, do Senador Roberto Saturnino, solicitando, nos termos regimentais, voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento.

A matéria figurará na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 699, de 2003**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, concluindo favoravelmente ao **Requerimento nº 358, de 2003**, do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor pela canonização, pelo Papa João Paulo II, de Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

A matéria figurará na Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 428, 467, 481, 506, 584, 597, 602, 603, 607, 620, 624, 631, 651, 652, 661, 683, 685, 726, 727, 733, 736, 755 e 764, de 2002; e 19, 24, 28, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 120, 143, 149 e 153, de 2003.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os textos finais

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 428, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 66, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Artística e Cultural de Boca do Acre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 481, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 309, de 5 de julho de 2000, que autoriza

a Associação dos Comunicadores Novolindenses a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 506, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 742, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural e Artística de Barcelos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 584, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Beneficente Viva Voz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão co-

munitária, na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **João Capiberibe**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 597, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 291, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **Eduardo Azeredo**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 603, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 22 de agosto de 2000, que renova por dez anos, a partir de 4 de outubro de 1998, a concessão outorgada à Fundação Santa Terezinha, outorgada originalmente à Rádio Aquidabam Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **Gerson Camata**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 620, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 219, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí Fm a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **Gerson Camata**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 651, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 25 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária e Educativa Jovem Solidária de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente. – **Aelton Freitas**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 652, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Onda-Nova – ACON, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 413, de 7 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Onda-Nova - ACON, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Selton Freitas**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 661, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 802, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação dos Moradores de Lagedo do Tabocal, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO
SENADO Nº 683, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Feminina de Montalvânia, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Selton Freitas**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 685, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 542, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação dos Moradores e Produtores Residentes nos Bairros de Parambu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Reginaldo Duarte**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 726, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 682, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cidadania e Cultura de Paracuru – ACOMCULT a executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador Osmar Dias, Presidente. – Senador **Reginaldo Duarte**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 733, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 378, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Santa Bárbara do Tugúrio, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Osmar Dias, Presidente. – **Eduardo Azeredo**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 736, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 770, de 14 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e de Comunicação – ACASCC, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Osmar Dias, Presidente. – **Eduardo Azeredo**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 24, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 684, de 25 de outubro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente. – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 35, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 434, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Osmar Dias, Presidente – **João Ribeiro**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 36, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro — AMICENTRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 501, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro — AMICENTRO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. — **Osmar Dias**, Presidente — **Waldir Raupp**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 49, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Voz da Ilha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 466, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Voz da Ilha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. — **Osmar Dias**, Presidente — **José Jorge**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 53, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado — UAMBLA, a executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 578, de 26 de setembro de 2001, que autoriza a União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado — UAMBLA, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. — **Osmar Dias**, Presidente — **Waldir Raupp**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 60, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova — ACULAR — PRBCN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 766, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova — ACULAR — PRBCN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. — **Osmar Dias**, Presidente; **Eduardo Azeredo**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 69, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 761, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 70, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 726, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM, a executar, pelo prazo de dez sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente; **Mauro Manoel**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 120, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 747, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003 – **Osmar Dias**, Presidente – **Mauro Manoel**, Relator.

TEXTO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 143, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária 29 de dezembro – ACVD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa cruz do capibaribe, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 571, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária 29 de dezembro – ACVD a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **José Jorge**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 149, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 760, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense – Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ – RCR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **José Jorge** Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
DO SENADO Nº 153, DE 2003**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 221, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente; **Luiz Otávio**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 482, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do regimento Interno do Senado Federal, seja destinado o horário do expediente da sessão do Senado Federal, no dia 20 de agosto, para homenagear a maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **Pedro Simon** – **Augusto Botelho** – **Almir Lando** – **Gerson Camata** – **João Batista Motta**.

REQUERIMENTO Nº 483, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 160, combinado com artigo 190, do Regimento Interno, solicitamos a realização de uma Sessão Solene, dia 22 de agosto próximo vindouro, com o objetivo de homenagear o ex-Senador Dinarte Mariz pelo transcurso dos cem anos de seu nascimento.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **José Agripino Maia** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Sérgio Cabral** – **Eduardo Suplicy** – **Jorge Bornhausen**.

Ofício nº 278/03

Caicó (RN), 30 de maio de 2003

Senhor Senador,

Com o presente, estamos comunicando a V. Ex^a, que esta Câmara Municipal de Vereadores, em sessão ordinária, aprovou requerimento de autoria do edil David Tôrres, que requer seja designado o dia 23-8-2003, para a realização de uma Sessão Solene nas dependências do Senado Federal, pelo aniversário de centenário do nascimento do Senador Dinarte Mariz.

Na oportunidade, apresento a V. Ex^a, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Raimundo Inácio Filho (Lobão)**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 484, DE 2003

Senhor Presidente

Nos termos dos artigos 155 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de sessão especial, no dia 11 de setembro de 2003, em homenagem a Salvador Allende, Presidente do Chile, morto nessa data, no exercício do cargo.

Justificação

A morte de Salvador Allende, Presidente da República do Chile democrática e constitucionalmente eleito, representa um marco na história latino-americana. E é um marco por uma série de razões.

Em primeiro lugar, como já está fartamente provado por uma série de pesquisas históricas, houve uma ofensiva patrocinada pelo governo norte-americano visando ao desgaste e, por fim, a derrubada de um presidente eleito de forma democrática pelo povo do Chile. Essa ofensiva – bem o sabemos, nós brasileiros – não se limitou ao Chile, estendendo-se a outros países, em especial na América Latina.

Assim, lembrar o dramático desaparecimento de Salvador Allende é lembrar os riscos que correu, e talvez ainda corra, a soberania das nações latino-americanas. É advertir, em especial os brasileiros que nasceram e cresceram nesses trinta anos, para a necessidade de estar alerta para esse perigo. E para a necessidade de defender a nossa liberdade e a nossa soberania.

Em segundo lugar, Allende vinha realizando notável experiência democrática e participativa. Presidia um regime aberto. Dedicava seu governo à inserção social, à luta pelo desenvolvimento da cidadania, à organização das massas e a uma postura de alívio na política externa. Transformara-se em um exemplo para outros governos do continente e, por isso mesmo, tornou-se o alvo preferencial de fortes interesses multinacionais.

Nesse período, ainda que em alguns países houvesse regimes nominalmente constitucionais, o Chile tornou-se o último reduto da democracia na América do Sul. Sua abertura e o espírito democrático do povo, como do Governo Allende, tornaram-no refúgio natural dos perseguidos políticos. Calcula-se que várias dezenas de milhares de exilados latino-americanos encontraram abrigo em território chileno. Entre esses exilados, muitos tiveram, mais tarde, papéis de extremo relevo em seus países, após a redemocratização. Para eles, como para todos os latino-americanos que amam a liberdade, o Chile de Allende representou segurança, apoio e respaldo.

Por fim, a figura humana de Salvador Allende precisa ser lembrada. Sua tenacidade na luta em defesa da democracia, da participação, da cidadania e da inclusão social transforma-o em um exemplo para os latino-americanos.

Lembrar Salvador Allende e sua morte é recordar o que ocorria na América Latina há trinta anos. Mais do que isso, é recordar um processo que afetou todo o mundo e, em particular, as nações do nosso hemisfério. Por tudo isso, é também pensar o futuro.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **João Capiberibe**. – **Demóstenes Torres** – **Lúcia Vânia** – **Heloísa Helena** – **Geraldo Mesquita** – **Sibá Machado** – **Hélio Costa** – **Eduardo M. Suplicy** – **Almeida Lima** – **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os requerimentos lidos serão submetidos à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos da alínea “b” do inciso I do art. 255 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

Ofício nº 07012003 – GLDBAG

Brasília, 24 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Venho por meio deste indicar a Senadora Fátima Cleide para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, como representante do Bloco de Apoio ao Governo nessa comissão.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 7112003 – GLDBAG

Brasília, 24 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Venho por meio deste indicar o Senador Antônio Carlos Valadares para integrar, na qualidade de su-

plente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em substituição à Senadora Fátima Cleide, como representante do Bloco de Apoio ao Governo nessa comissão.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 07212003 – GLDBAG

Brasília, 24 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Venho por meio deste indicar a Senadora Serys Slhessarenko para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Assuntos Sociais, em substituição ao Senador Roberto Saturnino, como representante do Bloco de Apoio ao Governo nessa comissão.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 073/2003 – GLDBAG

Brasília, 24 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Venho por meio deste indicar os Senadores Fernando Bezerra e Marcelo Crivella para integrarem, na qualidade de suplentes, a Comissão de Assuntos Sociais, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko e em vaga atualmente não ocupada, respectivamente, como representantes do Bloco de Apoio ao Governo nessa comissão.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

Of. nº 139/2003

Brasília, 24 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, o Deputado Promotor Afonso Gil (titular) em substituição ao Deputado Inácio Arruda e o Deputado Sérgio Miranda (suplente) em substituição ao Deputado Renildo Calheiros para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar responsabilidades pela evasão de divisas realizadas no Brasil no período de 1996 a 2002”.

Respeitosamente, Deputado **Inácio Arruda**, Líder do PcdB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício do Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

OF. nº 166/2003 – PRESIDÊNCIA/CRE

Brasília, 23 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Pelo presente, informo Vossa Excelência que, durante Reunião Ordinária realizada em 15 de maio do corrente ano, foi aprovado os Requerimentos nº 4 e nº 11, de 2003-CRE, de iniciativa do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, que cria a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta por oito membros titulares e oito membros suplentes destinada a estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no “I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior”, dentro do “Projeto Brasileiros no Exterior”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria, conforme prevê o Regimento Interno, de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Ex^a, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, peço permissão para me inscrever para uma comunicação inadiável a ser feita no momento que V. Ex^a julgar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de iniciar a Ordem do Dia, será concedida a V. Ex^as a palavra para comunicação inadiável.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Solicito a V. Ex^a a palavra para uma comunicação de Liderança com base no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, assistimos ontem nos telejornais a uma manifestação supostamente atribuída ao Presidente da República, com imagens e fala de Sua Excelência. Essa manifestação foi interpretada nos jornais de hoje como um possível desentendimento institucional entre Sua Excelência o Presidente da República e o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Houve, em razão das interpretações, manifestações de alguns líderes partidários insatisfeitos, fazendo críticas à suposta afirmação do Presidente da República, manifestações que entendo legítimas, naturais de quem se sente incomodado por alguma razão.

Hoje tivemos a oportunidade, como líderes partidários, de nos reunir com o Senhor Presidente da República. Nessa reunião, Sua Excelência fez questão, do alto de sua grandeza de homem público e experiente, de um político à altura de seu tempo, de expressar um gesto de humildade, mesmo sem ter qualquer sentimento de culpa pelo ocorrido no dia de ontem. Sua Excelência quis fazer um esclarecimento, ofereceu uma mão democrática àqueles que se mostraram preocupados e insatisfeitos com as suas afirmações.

Entre outras coisas, disse o seguinte o Senhor Presidente da República em conversa com uma irmã, uma religiosa, que tinha vencido a sua etapa de formação em curso de aperfeiçoamento profissional no Senai:

E eu, Irmã, estou com a senhora quando diz: “A gente não pode nunca deixar de crescer”. Eu, a cada dia que passa, a cada dificuldade, me sinto o brasileiro mais otimista que este País já teve. Nada, podem ficar certos de que não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso, não tem o Poder Judiciário; só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar

de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar.

Em nenhum momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República deixou dúvidas quanto ao fato de que estaria dirigindo suas afirmações às reformas previdenciária e tributária, que estão tramitando no Congresso Nacional. Sua Excelência falou de uma dívida social herdada que o Brasil carrega sobre os seus ombros, dívida social enorme à qual tem que dar resposta. Sua Excelência quis se referir à reforma do Estado brasileiro, à reforma para criar um novo Brasil. Um Brasil que nós estamos querendo construir é o que se apresenta como desafio ao Senhor Presidente da República.

Gostaria de fazer uma ponderação: diante de qualquer dúvida, devemos ter o bom hábito do esclarecimento detalhado para que não sejam cometidas injustiças de interpretação, para que críticas não sejam feitas à imprensa com conotações às vezes ofensivas e desnecessárias.

Lembro-me perfeitamente de um elogio público que recebi tempos atrás do Líder Arthur Virgílio pela maneira como reagi a uma denúncia grave que me chegou às mãos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Ministro José Serra, da Saúde. Eu poderia ter ocupado a manchete de todos os jornais e de grandes revistas com essa denúncia que me chegou às mãos e que dizia respeito a uma possível grande contaminação nos hemocentros por erro de interpretação laboratorial, e as bolsas fractionadas teriam atingido em larga escala a sociedade brasileira. Tive o cuidado de procurar o Ministro da Saúde, com técnicos da área, e esclarecer a denúncia que me havia chegado às mãos. Buscou-se então o caminho da racionalidade, do equilíbrio, para investigar a denúncia, apurar rigorosamente o fato e dar a devida satisfação à sociedade brasileira. Considerando a gravidade, prontamente o Ministro da Saúde informou o fato ao Presidente da República, e o caminho da racionalidade e do bom-senso prevaleceu. Esse é o dever do agente público, esse é o dever do agente político.

Temos como guia a Constituição Federal, que estabelece:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O Presidente da República tem o dever, sim, de se impregnar de responsabilidade no cumprimento da Constituição Federal. Quando ele fala dessa dívida, que ninguém pode impedir o Brasil de ser outro Brasil a partir de agora, é porque ele carrega, com toda a sua integridade de homem público, com toda a sua biografia, com toda a sua história de construção de um país democrático e na luta pela redemocratização do Brasil, essa responsabilidade.

Se nós fizermos um paralelo na história, vamos observar que, no final do século XX, a revista **Time** – o Senador Hélio Costa a conhece muito bem – escolhia não o personagem americano do ano, mas o do século, tendo sido escolhido Franklin Roosevelt, visto que aquele homem recebeu o país depois do **crac-king** da bolsa de Nova Iorque, mas encontrou um caminho único que dizia respeito ao avanço entre a relação trabalho e capital. E, apesar das enormes dificuldades de convivência política e democrática no Parlamento e nas instâncias do Judiciário, Franklin Roosevelt conseguiu fazer o país crescer, assumindo o diálogo como caminho para a obtenção de seus objetivos.

Após ter sido eleito, antes até de tomar posse, o Presidente da República, em um gesto de admirável e inesquecível humildade, em uma visita ao Parlamento brasileiro – ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados –, afirma que iria cansar o Parlamento com o diálogo. Em outra ocasião, quando do momento do envio das emendas constitucionais para a reforma do Estado no campo previdenciário e tributário, Sua Excelência abre mão da burocacia e vem pessoalmente ao Parlamento entregá-las, quando afirma com todas as letras: neste momento em diante, entregamos a autoridade e a voz ao Congresso Nacional, para que dêem destino às reformas que estou apresentando para o Brasil.

Esse gesto de democrata e de estadista não pode ser esquecido apenas por uma frase mal colocada. Faço, portanto, um apelo no sentido de evitarmos críticas injustas e o debate desnecessário, para que possa, assim, haver aqui uma política afirmativa. O Parlamento precisa mais do que nunca da política afirmativa. Temos líderes de Oposição fantásticos neste momento da vida do Congresso Nacional: Se-

nador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, outros Parlamentares, Senador Efraim Moraes. E todos assumimos uma responsabilidade enorme com os destinos deste País.

Portanto, o apelo que faço nesta hora é que economizemos no que é desnecessário e valorizemos aquilo que é fundamental na consolidação das relações democráticas e na defesa de um novo Brasil. Vale lembrar, Sr. Presidente, o que Roosevelt dizia: "A única coisa a temer é o próprio medo". Esse é o grande exemplo.

O Presidente Lula, seguramente, em todos os dias, em suas atitudes, tem demonstrado que não há absolutamente nada a temer e que devemos acreditar no futuro do Brasil, na consolidação das instituições democráticas, na credibilidade e na autoridade que tem o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Estamos e estaremos abertos ao diálogo. Mas devemos respeitar a fantástica biografia do homem público e do grande estadista brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência gostaria de registrar a presença entre nós, no espaço reservado aos convidados, de cerca de 100 Procuradores Federais recentemente nomeados pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhados da Diretora de Eventos da Associação Nacional dos Procuradores Federais, a Srª Ana Maria Bermudez Torres. Ao citar o nome de S. Sª, gostaria que todos se sentissem homenageados, neste momento, aqui no plenário do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, que dispõe de até 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho muito orgulho de ser brasileiro, de ter nascido neste País. Tenho muito orgulho de ser latino, pois somos um povo afável, amigo, muito transparente e muito ligado à família. Mas nem tudo na vida é vantagem, e temos algumas qualidades negativas, infelizmente. Moramos em um País que depende como nunca do mar e demos as costas a ele – e este é o tema do meu discurso –, mas também não nos preocupamos com a terra, pois as nossas estradas estão em pandarecos. No Estado da Paraíba, que tinha uma das melhores redes rodoviárias do País, está impraticável dirigir para o interior

pelas estradas federais. E também desmontamos as nossas ferrovias.

Mas não vou falar sobre as rodovias nem sobre as ferrovias e, sim, sobre a nossa área marítima, sobre a qual erramos. Devemos dar a mão à palmatória e tentar corrigir esse erro.

A globalização da economia mundial, que tem como uma das suas características a eliminação das barreiras protecionistas a fim de viabilizar a intensificação do intercâmbio comercial entre os países, implica em um nítido aumento da interdependência entre eles. Um dos setores que mais tem contribuído para o aumento desse intercâmbio é o de serviços, em cujo interior merecem destaque os serviços de transporte marítimo.

Como **global trader**, o Brasil apresenta grande dependência do mar. Realizamos trocas comerciais com quase todos os países do mundo e, quase sempre, por via marítima. Com efeito, cerca de 94%, em valor, do comércio exterior brasileiro é realizado via transporte marítimo, realidade que nos permite afirmar que o Brasil é uma Nação que depende enormemente do seu poder naval mercante. No entanto, está muito longe de ser uma potência marítima, pois o comércio marítimo brasileiro depende quase que exclusivamente – eu até diria exclusivamente – dos navios estrangeiros.

Dos US\$6 bilhões anuais gastos pelo Brasil com frete marítimo, apenas 3% são recebidos por embarcações de bandeira nacional. Ou seja, pagamos 97% para os estrangeiros. Vejam, Srªs e Srs. Senadores, que cifra astronômica! Por incrível que possa parecer, o Brasil gasta hoje mais com frete marítimo do que com a importação de petróleo para a complementação da nossa autonomia.

Além disso, há também a elevação do custo Brasil. E por que isso está acontecendo? Porque não olhamos para o futuro. Este é um País que está sempre olhando para o ontem ao invés de olhar para o amanhã. E não consigo entender a nossa ação governamental.

E o mais patético, Srªs e Srs. Senadores, é saber que o País, no que tange à Marinha Mercante, tem andado para trás, pois esse bisonho quadro que hoje se constata não existia em passado recente. Ao contrário, há apenas duas décadas, estávamos em situação muito mais confortável graças a um trabalho firme e consequente de fortalecimento da Marinha Mercante do Brasil.

De lá para cá, contudo, foi realizado, com uma espantosa pertinácia, um drástico trabalho de sucate-

amento da nossa Marinha Mercante. Se tomarmos por base o transporte de carga geral e retrocedermos ao ano de 1968, veremos que a participação de navios de registro brasileiro no transporte desse tipo de carga era da ordem de 12%. Com muito esforço, o Brasil conseguiu elevar essa participação gradativamente até atingir o patamar de 27% em 1978. A partir daí, nossa Marinha Mercante começou a encolher, processo que se acelerou a partir de 1982. Hoje, esse percentual é de 3%.

Naquela época, na década de 70, o Governo deu prioridade ao desenvolvimento desse importíssimo setor da economia, deu uma importância enorme à Superintendência Nacional da Marinha Mercante – Sunamam, que ocupava lugar de destaque no organograma do Ministério dos Transportes e era diretamente subordinada ao Ministro.

A Sunamam era forte na medida em que concentrava as atribuições de definir as políticas para o setor, outorgar as concessões de linhas de navegação e financiar a construção naval, gerindo os expressivos recursos do Fundo de Marinha Mercante, provenientes do adicional de 50% sobre o frete de importação.

Valendo-se de um eficaz instrumento de pressão, o Brasil, naquela época, conseguiu negociar novas conferências de fretes e acordos de tarifas e serviços com os demais países, garantindo um rateio de cargas que assegurava ao Brasil – quer na condição de País exportador, quer na condição de importador – 40% do valor dos fretes de todas as cargas transportadas.

O instrumento de pressão que serviu para fazer com que países de enorme tradição de domínio no tráfego marítimo mercante – como a Noruega, o Reino Unido, a Suécia e vários outros – cedessem à pretensão do Governo brasileiro foi a abundância de carga prescrita, que permitiu que começássemos a ter boas empresas de cabotagem, tanto fluvial quanto marítima.

Além disso, tínhamos uma determinação legal de que essa carga só poderia ser transportada em navios de bandeira brasileira, sob pena de os importadores pagarem, antes da liberação da carga, pesadas multas. Com o Governo brasileiro oferecendo o **waiver** para as empresas estrangeiras, desde que conferenciadas, de metade da carga prescrita, elas concordaram no estabelecimento dos acordos de rateio de carga.

No início dos anos 80, a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, empresa centenária fundada em

1890, possuía uma frota superior a 80 unidades e contribuía com US\$85 milhões ao ano para os cofres da União, a título de impostos e dividendos.

A ela foi atribuída, pela Sunamam, concessão para operar em todas as linhas de navegação que tinham sido estabelecidas, enquanto cada empresa privada recebeu licença para operar nessas mesmas linhas, mas de modo muito menos intenso.

Assim, a parcela de 40% que o acordo de rateio de carga garantia para a bandeira brasileira era dividida igualitariamente, em cada linha, entre o Lloyd e a empresa privada que estivesse funcionando.

O estímulo à construção naval era garantido por meio dos financiamentos com recursos do Fundo de Marinha Mercante aos armadores, bem como mediante empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aos donos de estaleiros para modernização ou mesmo criação de seus parques industriais.

A Diretoria de Engenharia da Sunamam quase sempre autorizava o financiamento dos navios aos armadores brasileiros; apenas em casos extras eram contratados estrangeiros.

A Marinha Mercante brasileira ia de vento em popa. Nossa bandeira chegou a transportar, no segmento de carga geral, como disse, 27% em navios próprios e um pouco mais de 40%, se considerados também os afretados, pois passamos a afretar navios de outros países. Os nossos estaleiros estavam em plena carga, e mais de 150 mil empregos diretos e indiretos foram gerados. Essa era a realidade naquele ano.

No entanto, ao final da década de 70, as pressões externas e de nossos embarcadores começaram a se fazer mais fortes. Os embarcadores – exportadores ou importadores – demonstrando a falta de visão de longo prazo que, lamentavelmente, caracteriza muitos de nossos empresários, pressionaram o Governo para que os fretes fossem reduzidos e aceitaram que esses instrumentos fossem fragilizados.

Apesar de a Sunamam possuir um **bureau** de fretes a quem cabia ratificar os fretes pleiteados pelas conferências, podendo elevá-los ou reduzi-los, fomos deixando esse instrumento se tornar cada vez mais ineficaz. E o que aconteceu? Houve um escândalo grandioso na Sunamam, Sr. Presidente, divulgado pela imprensa. Então, resolvemos tirar o “sofá” e acabar com a Sunamam.

No entanto, com o fim da Sunamam, fragilizou-se todo o sistema. E o que é pior, a partir dos anos 80, surgiu um problema mais sério: os derrota-

dos nas campanhas políticas, sem experiência alguma em empresas de navegação, foram nomeados para o Lloyd Brasileiro, que era o nosso outro braço. Tínhamos a Sunamam e o Lloyd, que era uma empresa pujante. Conseqüentemente, o Lloyd Brasileiro entrou em decadência. Esses dois fatores fizeram com que as empresas de transporte marítimo ou fluvial brasileiras entrassem em declínio.

Isso criou um problema seriíssimo, qual seja uma deficiência no nosso aparato, nas nossas linhas, e, rapidamente, parte ativa da nossa Marinha Mercante – aquela que poderia enfrentar um **dumping** em determinada área e, por ser estatal, até retaliar essa ação – estava sob o interesse de empresas que concorriam com o Lloyd Brasileiro.

O Lloyd, portanto, que era a arma vital de proteção dos nossos armadores privados, de repente, passou a ser mais fragilizado ainda, e o declínio culminou em sua liquidação, determinada pela Resolução nº 22 do Conselho Nacional de Desestatização, introduzindo um fator extraordinariamente importante no enfraquecimento da nossa Marinha Mercante.

Apesar de ter sido extinta pelo menos três vezes, a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro continuava a existir. O Governo Federal a extinguia e a Justiça determinava que fosse reaberta. Isso aconteceu, repito, pelo menos três vezes. Quando parou de funcionar, os navios apodreceram no porto do Rio de Janeiro e em outros portos e os encargos trabalhistas continuaram a ser pagos. Presenciamos uma máquina, que era motivo de orgulho para o País, porque havia sido feita com o suor e o sacrifício do povo brasileiro, enferrujar e deteriorar-se. Muitos navios não serviram para serem vendidos nem para ferro-velho.

Hoje, apenas 3% dos transportes de carga têm bandeira brasileira. São US\$3 bilhões anuais, e a maioria da população sequer toma conhecimento, porque é um assunto técnico, mas este Senado da República e o Congresso Nacional devem cuidar dele.

Senador Romeu Tuma, como é que um poder nacional pode deixar fragilizar o seu poder naval?

Temos mais um agravante: estamos deixando acontecer o mesmo com as nossas linhas aéreas. Na América do Sul, Sras e Srs. Senadores, o único país que ainda tem linha nacional é o Brasil, mas estamos deixando ir à garra também essas linhas.

Pergunto a V. Ex^as que estão aqui me ouvindo e aos milhões de espectadores da **TV Senado**: como é que vamos enfrentar um atentado, por exemplo, contra a nossa Amazônia, que é objeto de cobiça de tanta

gente? Não temos hoje bandeira brasileira, a não ser a Marinha de Guerra, que também está precisando de recursos. Fui Relator, no Senado da República, de um empréstimo do Paribas, de US\$500 milhões, para reequipar nossas fragatas e, até hoje, não conseguimos internalizar esse dinheiro e a Marinha carece de recursos para sua modernização.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Assim que eu concluir este pensamento, Senador.

Lembro que eu cursava a Escola Superior de Guerra, em 1982, quando fui à Argentina. Era a época da Guerra das Malvinas e, para nossa surpresa, a Marinha argentina podia jogar foguetes a quatorze quilômetros de distância — a nossa só podia jogar a sete quilômetros.

Ninguém pensa que podem aparecer problemas de grande vulto, mas de quando em vez eles surgem. Quase todas as nossas cidades são litorâneas, se não temos uma Marinha capaz de nos defender e atacar o inimigo, como vamos fazer? Não temos rodovias em condições, não temos ferrovias em condições, deixamos o nosso poder marítimo degringolar. A nossa Marinha, não damos as condições necessárias. Dos 750 aviões da Aeronáutica, apenas 50 estão voando. Na semana passada, no Rio de Janeiro, o Exército chegou a ponto de ser assaltado e, quando o comandante prendeu os membros do Batalhão e interpelou os armeiros – o Senador Mão Santa lembra disso –, eles disseram que tiveram que sair para comer em casa, porque o quartel não tinha dinheiro para comprar comida.

Para onde estamos levando este poder nacional? Não consigo entender.

Hoje, o meu tema é Marinha Mercante e, diante desses números, fico pasmo. Não sei o que queremos para o futuro deste País.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, a cada instante, surpreende este País. Ontem, V. Ex^a trouxe alegria a esta Casa, revivendo o folclore. Eu não sou nem de Santo Antônio, nem de São João e nem de São Pedro. Eu sou Francisco, que disse: “Onde houver tristeza, que eu traga alegria”, e V. Ex^a a trouxe, revivendo as nossas raízes do Nordeste. Hoje, V. Ex^a trata de um palpitante tema: o desenvolvimento. Afirmo, para que seja incorporado ao seu pronunciamento, que ninguém trouxe mais desenvolvimento a este País do que Mauá. É dito que os maiores homens do século XIX foram

Mauá, o empresário, e Pedro II, o grande administrador que governou este País por quase meio século. Mauá se tornou grande construindo barcos e ferrovias, que atualmente estão sucateadas. Passei a concordar e ver a importância desse empreendimento. Um estudioso que passou por aqui, Eugène Godin, em seu livro, afirmou que o Brasil vai pagar caro e jamais será Primeiro Mundo porque desprezou o transporte ferroviário, cinco vezes mais barato do que o rodoviário, e o aquático, ou hidroviário, ou marítimo, conforme menciona V. Ex^a, dez vezes mais barato. E as estradas estão aí, com caminhões sendo transformados em verdadeiras carretas-trem, e uma só é suficiente para destruir as estradas. Estudos demonstram que uma carreta de 40 mil toneladas, que carrega a nossa soja do Nordeste, equivale à passagem de 9.600 veículos. Portanto, lembro que houve um erro de visão do nosso País, mas podemos colocar óculos para enxergar o futuro, e um quadro vale por dez mil palavras. Está aí o transporte ferroviário na Europa, dos Estados Unidos, da Rússia. Bastaria dizer que a França, que é do tamanho de Minas Gerais, em homenagem ao Senador Hélio Costa, tem um sistema ferroviário maior do que o existente em todo o Brasil. Então, que o Ministro dos Transportes e o Presidente Lula se inspirem nesses exemplos. Aliás, está na hora de o Presidente Lula convidar a sua inteligência, como o Fernando Henrique o fez, para ser ministro deste País.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. É bondade de V. Ex^a, mas o assunto é sério. E ai de nós se não tivermos a coragem do Presidente Lula, para revertermos essa situação. Hoje, os nossos portos estão deteriorados – e virei em outra ocasião para falar sobre esse assunto – e precisam de muito de condições para atuar, porque cobrávamos 500 dólares a tonelada, estamos em 250, enquanto os portos na Argentina cobram 130 dólares por tonelada.

Sr. Presidente, a nossa Marinha Mercante está sucateada, aliás, praticamente inexistente, pois os 3% que ainda existem hoje correspondem ao transporte de combustível da Petrobrás. Agora, estamos usando os estaleiros – e já fomos o 3º maior do mundo – na esperança de que passemos a fazer as plataformas.

Se não mudarmos – e não mudarmos já – continuaremos a sentir vergonha ao constatarmos que a tripulação dos navios que aportam em rios brasileiros é toda estrangeira e que não se cumpre a legislação brasileira, muito menos a trabalhista. Chineses, paquistaneses e filipinos trabalham em regime escravo

e não trazem nenhum lucro para o Brasil, porque as linhas não são mais nacionais. Não temos mais a linha marítima, a ferroviária está em pandarecos – por causa da privatização boa parte delas foram desmobilizadas – e corremos o risco de perder as aéreas.

Outro dia, eu disse a um comandante da Varig que, se colocarmos Jesus Cristo como diretor da Varig...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permitirei assim que terminar o meu pensamento. Se colocarmos Jesus Cristo como diretor da Varig, Ele não vai conseguir administrá-la, porque o próprio universo em que vivem essas companhias é adverso, não há como sustentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Ney Suassuna, houve um acordo de Lideranças no sentido de que não sejam mais concedidos apartes quando o tempo do orador estiver encerrado, como no seu caso. Mas, como V. Ex^a já concedeu, será permitido. Entretanto, a Mesa recomenda que V. Ex^a não conceda mais nenhum aparte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Em primeiro lugar, agradeço ao nosso querido Presidente e pelo nosso Senador Ney Suassuna pela oportunidade do aparte. Embora eu não tenha ouvido o seu pronunciamento desde o início, senti a sua preocupação com relação ao transporte marítimo e o sistema portuário do nosso País. Eu não poderia perder a oportunidade de fazer um apelo em relação aos portos do meu Estado. Quem sabe o Ministro, o Presidente, o Líder do Governo no Senado, enfim, pessoas que representam o Governo nos ouçam! O Estado de Santa Catarina possui três importantes portos: o de Imbituba, o de Itajaí e o de São Francisco do Sul. Tenho encaminhado inúmeros requerimentos e pedidos de informações nesta Casa para que sejam aprovados alguns convênios que estão para serem assinados e que recursos sejam liberados – inclusive há recursos aprovados no orçamento do ano passado – para esses portos. São Francisco do Sul, meu querido Senador Ney Suassuna, é um dos Municípios mais antigos do Brasil, vai completar 500 anos agora em janeiro. É uma cidade histórica, e o seu porto é um dos mais potentes do nosso País. Há muito tempo, desde a época de Deputado Federal, em 1995, 1996, eu e os demais Deputados Federais e Senadores do meu Estado, da legislatura passada, vimos lutando em prol de investi-

mentos para os nossos portos. Não se pode ter um porto apenas como um cais, um lugar para se despejar entulho. Os portos precisam ser valorizados, pois eles geram empregos, renda e fortalecem o transporte. Portanto, aproveito o seu pronunciamento para pedir mais uma vez ao Governo Federal que atenda às reivindicações dos Municípios portuários de Santa Catarina, mais especificamente, dos portos de Imbituba, de Itajaí e de São Francisco do Sul.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, e ao Presidente pela gentileza.

Como não consegui terminar este discurso sobre portos, falarei em uma outra oportunidade. Entretanto, peço a V. Ex^a que, por gentileza, permita que todo o discurso faça parte dos Anais.

Ao encerrar, diria o seguinte: nós temos esperança de que o Presidente Lula possa reverter essa política. Cometemos um erro. Dou a mão à palmatória, porque votei favoravelmente à privatização. Fizemos um mal ao Brasil. Entretanto, é hora de nos redimirmos, corrigindo a situação.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO
DO SR. SENADOR NEY SUASSUNA.**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

1. A globalização da economia mundial, que tem como uma de suas características a eliminação das barreiras protecionistas a fim de viabilizar a intensificação do intercâmbio comercial entre os países, implica um nítido aumento da interdependência entre eles.

2. Um dos setores da economia que mais tem contribuído para o aumento desse intercâmbio é o setor de serviços, em cujo interior merecem destaque os serviços de transporte marítimo.

3. Como global **trader**, o Brasil apresenta grande dependência do mar, realizando trocas comerciais com quase todos os países do mundo, e, quase sempre, por via marítima. Com efeito, cerca de 94%, em valor, do comércio exterior brasileiro é realizado via transporte marítimo, realidade que nos permite afirmar que o Brasil é uma Nação marítima.

4. No entanto, está muito longe de ser uma potência marítima, pois o comércio marítimo brasileiro depende fortemente do uso de navios estrangeiros.

5. Dos 6 bilhões de dólares anuais gastos pelo Brasil com frete marítimo, apenas 3% são recebidos por embarcações de bandeira nacional, enquanto po-

deríamos ter exclusividade no frete para navios de nossa bandeira de pelo menos 40% a 50% do total.

6. Em outras palavras, a profunda debilidade da Marinha Mercante nacional faz com que estejamos pagando o transporte de nossos produtos a outros países, numa colossal sangria de divisas. A conta de frete se constitui, atualmente, num fator relevante de desequilíbrio de nossa balança comercial, onerando-a gravemente e ampliando o chamado *custo Brasil*.

7. Por incrível que possa parecer, o Brasil hoje gasta mais com frete marítimo do que com a importação de petróleo. O País deixa de receber um montante da ordem de 3 bilhões de dólares; ao invés de receber, paga ao estrangeiro. E a perspectiva para o futuro é de que esses números aumentem rapidamente.

8. O mais patético, Senhoras e Senhores Senadores, é saber que o País, no que tange à Marinha Mercante, tem andado para trás, pois esse bisonho quadro que hoje se constata não existia no passado recente. Ao contrário: apenas duas décadas atrás, estávamos em situação muito mais confortável, graças a um trabalho firme e consequente de fortalecimento da Marinha Mercante do Brasil.

9. De lá para cá, contudo, foi realizado, com espantosa pertinácia, um drástico trabalho de sucateamento de nossa Marinha Mercante.

10. Tomando por base o transporte de carga geral, e retrocedendo ao ano de 1968, veremos que a participação de navios de registro brasileiro no transporte desse tipo de carga era, naquele ano, da ordem de 12%.

11. Com muito esforço, pesados investimentos e uma política bem concertada para o setor, conseguimos elevar essa participação gradativamente até atingir o patamar de 27% em 1978. A partir daí, nossa Marinha Mercante começou a encolher, processo que se acelerou a partir de 1982.

12. O vigoroso avanço verificado ao longo da década de 70 teve suporte na prioridade que o Governo Federal concedeu ao desenvolvimento desse importantíssimo e estratégico setor da economia, como, aliás, ocorre em todas as partes do mundo.

13. Naquela época, o órgão federal incumbido de gerir o setor, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante – SUNAMAM –, ocupava lugar de destaque no organograma do Ministério dos Transportes, sendo seu superintendente diretamente subordinado ao ministro.

14. A SUNAMAM era forte na medida em que concentrava as atribuições de definir as políticas para o setor, outorgar as concessões de linhas de navega-

ção e financiar a construção naval, gerindo os expressivos recursos do Fundo de Marinha Mercante – FMM –, provenientes do adicional de 50% sobre o frete de importação.

15. Valendo-se de um eficaz instrumento de pressão, o Brasil conseguiu, naquela época, negociar novas conferências de fretes e acordos de tarifas e serviços com os demais países, garantindo um rateio de cargas que assegurava ao Brasil – quer na condição de país exportador, quer na condição de importador – 40% do valor dos fretes de toda a carga transportada.

16. O instrumento de pressão que serviu para fazer com que países com enorme tradição de domínio no tráfego marítimo mercante – como a Noruega, o Reino Unido, a Suécia e vários outros – cedessem à pretensão do Governo brasileiro foi a abundância de carga prescrita – ou seja, carga importada pelo governo brasileiro, ou suas empresas, ou com seu financiamento, ou ainda com subsídios seus – que existia à época.

17. Associada essa abundância à determinação legal de que essa carga só poderia ser transportada em navios de bandeira brasileira, sob pena de os importadores pagarem, antes da liberação da carga, pesadas multas. Com o Governo brasileiro oferecendo o **waiver** para as empresas estrangeiras, desde que conferenciadas, de metade da carga prescrita, essas concordaram no estabelecimento dos acordos de rateio de carga.

18. No início dos anos 80, a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, empresa centenária fundada em 1890, possuía uma frota superior a 80 unidades e contribuía com 85 milhões de dólares ao ano para os cofres da União, a título de impostos e dividendos.

19. A ela foi atribuída, pela Sunamam, concessão para operar em todas as linhas de navegação que haviam sido estabelecidas, enquanto cada empresa privada recebeu licença para operar em uma dessas mesmas linhas.

20. Assim, a parcela de 40% que o acordo de rateio de carga garantia para a bandeira brasileira era dividido igualitariamente, em cada linha, entre o Lloyd e uma determinada empresa privada.

21. O estímulo à construção naval era garantido por meio dos financiamentos com recursos do Fundo de Marinha Mercante – FMM – aos armadores, bem como mediante empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – aos

donos de estaleiros para modernização ou mesmo criação de seus parques industriais.

22. A Diretoria de Engenharia da Sunamam, por seu turno, só autorizava financiamento de navios aos armadores brasileiros se os construíssem nos estaleiros nacionais.

23. Com o estabelecimento dos acordos de rateio de carga, a criação das várias linhas de navegação e escolha das empresas que as freqüentariam, mais o forte incremento da construção naval, estavam dadas as condições necessárias para o despertar da Marinha Mercante brasileira.

24. E isso de fato aconteceu. Nossa bandeira chegou a transportar, no segmento de carga geral, 27% em navios próprios e um pouco mais de 40% se considerados, também os afretados. Nossos estaleiros estavam com suas carreiras plenamente ocupadas e mais de 150 mil empregos diretos e indiretos foram gerados.

25. E, embora face à realidade atual esse dado possa parecer inverossímil, o Brasil chegou a ser o segundo país do mundo em construção naval.

26. No entanto, Senhoras e Senhores Senadores, a partir do final da década de 70 as pressões externas e de nossos embarcadores começaram a se fazer mais fortes. Os embarcadores – exportadores ou importadores – demonstrando a falta de visão de longo prazo que caracteriza muitos de nossos empresários, pressionavam o Governo para que os fretes fossem reduzidos. Só tinham essa obsessiva preocupação – relativa à redução dos fretes –, e não levavam em consideração qualquer outro aspecto dos interesses do desenvolvimento e da soberania nacionais.

27. Apesar de a Sunamam possuir um bureau de fretes a quem cabia ratificar os fretes pleiteados pelas conferências, podendo elevá-los ou reduzi-los, na prática seu funcionamento foi lento e, talvez, ineficaz. Assim, o Governo começou a ceder àquelas pressões e, em vez de introduzir as correções de rumo no sistema que funcionava a contento – afora a necessidade dessas correções –, começou a enfraquecer as conferências e a mostrar fragilidade na preservação dos princípios indispensáveis à manutenção da higidez da Marinha Mercante brasileira.

28. Não ignoro que as transformações inerentes à dinâmica da economia mundial impusessem alguns ajustes de rumo. O que cabia, porém, era proceder a esses ajustes sem deixar de preservar condições indispensáveis à continuação do desenvolvimento de nossa Marinha Mercante, conquista pela qual o País tanto se havia empenhado.

29. Mas não foi o que ocorreu. Ao contrário, todo um sistema cuidadosamente montado passou a ter seus diversos alicerces solapados simultaneamente.

30. Com o enfraquecimento das conferências de fretes, por pressão dos embarcadores e de interesses econômicos, os fretes foram paulatinamente reduzidos. Um ruidoso escândalo financeiro na Sunamam – que deveria simplesmente ter acarretado a realização de uma auditoria e a prisão dos responsáveis, se fosse o caso – acabou por subtrair ao órgão a administração do Fundo de Marinha Mercante – FMM –, que passou à responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, instituição que não estava familiarizada com as particularidades da indústria de construção naval e seus problemas correlatos.

31. Por fim, a Sunamam foi subdividida, subordinada a uma Secretaria de Transporte, rebatizada e privada do poder que a gestão do FMM lhe outorgava.

32. Esses fatores, Senhor Presidente, por si só, seriam suficientes para deslanchar o processo de sucateamento da Marinha Mercante brasileira. No entanto, outros vieram a eles se somar.

33. Em meados da década de 80, foram designados para a administração do Lloyd Brasileiro vários executivos sem qualquer experiência de shipping. As consequências dessa temeridade foram imediatas, já que, nessa atividade, qualquer simples hesitação pode significar a perda de quantias expressivas.

34. A empresa entrou em decadência, endividou-se e foi reduzindo sua frota. E a derrocada do Lloyd repercutiu direta e fortemente nas demais empresas nacionais de navegação.

35. É que a organização da navegação mercante segundo o sistema estabelecido no final da década de 60 proporcionou a presença de apenas uma empresa de navegação de grande porte, que operava para todas as regiões do mundo – o próprio Lloyd Brasileiro –, e forçou as empresas privadas a serem pequenas.

36. Afinal, se a companhia particular só podia transportar 20% do frete disponível em uma determinada linha de navegação – pois à bandeira brasileira cabiam 40% e a metade destes era transportada pelo Lloyd –, ela se dimensionava para realizar esse transporte. Não tinha espaço para crescer.

37. Logo, a parte ativa de nossa Marinha Mercante, aquela que poderia enfrentar um possível dumping em determinada área e, por ser estatal, até retaliar efetuando dumping em área de interesse das

empresas que estavam a praticá-lo no tráfego com o Brasil, era o Lloyd Brasileiro.

38. O Lloyd Brasileiro era, portanto, arma vital na proteção aos nossos armadores privados, por mais eficientes que eles fossem, pois estes sempre padeceram de uma limitação importante no enfrentamento da concorrência: quando comparados aos mega-carriers, sempre foram extremamente pequenos.

39. E o declínio do Lloyd culminou em sua liquidação, determinada na Resolução nº 22 do Conselho Nacional de Desestatização, introduzindo um fator extraordinariamente importante no enfraquecimento de nossa Marinha Mercante.

40. Outro fator que concorreu para o mesmo resultado foi o quase desaparecimento da carga prescrita, pois ela representava um incentivo importante que o Governo brasileiro oferecia aos armadores. Fora ela o instrumento de pressão utilizado pelo Governo para obter os acordos de rateio de carga. Com o seu desaparecimento, que motivo teriam as empresas estrangeiras para manter esses acordos?

41. E, na prática, efetivamente eles deixaram de existir. Apesar de continuarem formalmente, todos ou quase todos foram suspensos e, apesar das conferências – ou a maior parte delas – permanecerem, a divisão de cargas entre as bandeiras deixou de existir.

42. Mas o sucateamento da Marinha Mercante não se limitou, Senhoras e Senhores Senadores, a esses aspectos. Se não bastasse a liquidação do Lloyd Brasileiro, o desaparecimento da carga prescrita, a suspensão dos acordos de rateio de carga, a ação surpreendentemente firme para vibrar a panca-dia mortal em nossa Marinha Mercante também atingiu a construção naval.

43. As modificações instituídas nas condições de financiamento para a construção naval e a total instabilidade dessas condições, no que se refere a taxas de juros, prazo de financiamento, cláusulas de reajuste, garantias e outras, inviabilizaram o setor.

44. No Governo Collor, o índice do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM — foi reduzido a um patamar insignificante, estrangulando, mais ainda, as possibilidades de restabelecimento das carteiras de nossos estaleiros.

45. A mesma indústria naval que, no final da década de 70, era a segunda maior do mundo, empregava dezenas de milhares de pessoas e em alguns anos movimentou até 1 bilhão de dólares afundou nos vinte anos subsequentes.

46. Em 1999, com não mais de mil empregados nas folhas de pagamento e encomendas de apenas 30 milhões de dólares, os estaleiros chegaram não ao fundo do poço, mas ao fundo do mar.

47. No período de crise mais aguda, a indústria só não sucumbiu inteiramente graças às ordens entregues pela Frota Nacional de Petroleiros, por conta da grande expansão do setor petrolífero após a quebra do monopólio estatal na exploração de petróleo.

48. Os investimentos da Petrobras na conversão de plataformas e navios, assim como na construção de embarcações de apoio à atividade petrolífera foram o oxigênio que evitou a falência de nossos estaleiros.

49. Atualmente, a maioria das empresas brasileiras de navegação foram vendidas para grandes empresas estrangeiras do mesmo ramo de atividade. A Aliança foi comprada por uma empresa de navegação alemã, a Libra por uma empresa chilena e a Flumar por uma empresa norueguesa.

50. Essas vendas mais a liquidação do Lloyd resultam em que o Brasil não possua hoje nenhuma empresa de navegação de longo curso na carga geral com dimensões que permitam enfrentar uma possível concorrência forte.

51. Nossa construção naval, por sua vez, tem seus estaleiros trabalhando com uma pequena parcela de sua capacidade, com elevados níveis de ociosidade.

52. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, nessa mesma década tão negra para a Marinha Mercante do Brasil, a década de 80, também os portos brasileiros foram relegados ao abandono. Não se investiu na renovação de equipamentos, não se atualizou a legislação pertinente ao setor e, acima de tudo, não se modificou sua filosofia de trabalho.

53. A característica mais marcante de nossos portos, até a primeira metade da década de 90, foram os congestionamentos intermináveis, com demora de até uma semana para um navio de carga geral conseguir atracação.

54. Alguma melhoria foi obtida com a edição da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, denominada Lei de Modernização dos Portos. A permissão, nela contida, para a existência de terminais privativos veio atenuar situações que afligiam certos grupos empresariais.

55. Também o programa de privatização dos portos, lançado quatro anos atrás, apresenta saldo positivo, que pode ser aferido pelo cotejo de indicadores importantes, como a evolução dos ganhos de produtividade e a melhoria dos índices de pontualidade.

56. Tome-se, a título de exemplo, o histórico do porto de Santos. O número de movimentação de contêineres saltou de uma média de onze por hora, registrada em 1996, para a média atual de 40 movimentações por hora. O custo por contêiner, em decorrência, caiu a menos da metade, recuando de 550 dólares em 1996 para cerca de 250 dólares.

57. É uma cifra ainda elevada, tendo-se em conta as médias registradas em outros portos – como os argentinos, onde esse custo está em 130 dólares, ou os europeus, com 170 dólares –, mas não há como ignorar a melhoria obtida.

58. Muito ainda resta por fazer, contudo, para a melhoria e modernização da infra-estrutura portuária nacional. Principalmente neste momento em que o Governo apresenta uma série de medidas que representam um grande esforço no sentido de aumentar o volume de exportações do País, urge adotar uma política agressiva de modernização e racionalidade econômica dos portos marítimos e fluviais.

59. É urgente a resolução dos problemas institucionais de nossos portos, bem como do complicado emaranhado das relações trabalhistas. Nesse último aspecto, vale lembrar o prejuízo de vários milhões de dólares causado pela greve ocorrida este ano.

60. Estudo realizado pelo setor privado em maio passado, coordenado por Wilen Manteli, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP –, e Juan Clinton Llerena, ligado à Associação de Comércio Exterior do Brasil – ACEB –, levanta as dificuldades dos principais portos brasileiros, aponta alternativas e alerta para a necessidade de se adequar, em no máximo dois ou três anos, a logística ao fluxo das exportações.

61. As estimativas são de que os investimentos necessários para reequipar e informatizar os portos ascendem a 1 bilhão e 600 milhões de dólares.

62. De forma geral, o estudo registra que “continua faltando coordenação, integração e, principalmente, uma política pragmática de administração dos portos que gere integração e sinergia entre seus dois órgãos”: o Conselho de Autoridade Portuária – CAP – e a Administração do Porto – AP.

63. Os especialistas que o assinam afirmam que não há definição prévia e comum entre as partes dos negócios portuários, muito menos são estabelecidos objetivos comuns.

64. Omissão dessa amplitude só poderia desembocar num processo decisório confuso, lento e diluído, segundo a unânime percepção de nossos embarcadores. Entre outras dificuldades, a ausência de

coordenação entre os órgãos públicos que atuam no porto acaba retendo desnecessariamente cargas e navios, restando os próprios clientes obrigados a buscar as soluções operacionais diante da burocracia na faixa portuária.

65. A verdade é que as administradoras dos portos ainda não se adequaram a contento à Lei nº 8.630, de 1993, a Lei de Modernização dos Portos, nem à nova realidade do setor, carecendo, ainda, de saneamento financeiro e de reestruturação. É fundamental, ainda, a auto-suficiência e a despolitização das AP.

66. O estudo antes mencionado aponta que a segmentação nas operações de carga e descarga leva à perda de produtividade, devido ao excesso de trabalhadores. Esse excesso impede as negociações para o estabelecimento de um custo competitivo nas operações e desestimula o investimento na aquisição de novos equipamentos de movimentação de cargas e de informática.

67. Urge, portanto, uma ação firme para reverter o atual quadro, promovendo-se a modernização e racionalidade econômica de nossos portos.

68. Com efeito, o que se espera de um porto? Que ele propicie a carga ou descarga imediata de um navio que a ele chegar, interligando, também de forma rápida, o modal marítimo ao terrestre ou fluvial.

69. Para isso, faz-se imprescindível investir em equipamentos, reformar a legislação e os procedimentos existentes, rever a regulamentação que orienta a ação da Receita Federal e, acima de tudo, dotar os portos de administrações altamente profissionalizadas, pois, a gerência moderna de uma unidade portuária exige competência profissional para definir as ações apropriadas com velocidade e firmeza.

70. Considerando-se, por exemplo, a importação, quando um contêiner é desembarcado, o que se espera é que ele seja entregue ao importador com rapidez.

71. Isso exigirá equipamentos apropriados, inclusive para retirá-lo do navio e levá-lo para o pátio; ação rápida de desembarço burocrático desse contêiner, o que envolve, entre outros aspectos, a presença da Receita Federal com legislação simples e eficaz; e a desova do contêiner em armazéns que garantam a segura e pronta entrega da mercadoria ao importador ou, então, a interligação imediata do contêiner com outro modal, que o levará até as instalações do importador.

72. Isso significa que os pontos de estrangulamento de nossos portos deixarão de existir se inves-

tirmos em equipamentos; organizarmos o fluxo de movimentação do contêiner no porto e correspondente documentação; agilizarmos as ações legais, especialmente as do Fisco; e, finalmente, outros modais estiverem presentes no porto. Em síntese, o que se pretende é um tempo curto de permanência dos navios no porto e um prazo pequeno para a entrega da mercadoria ao importador.

73. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o transporte marítimo apresenta vantagens incontestáveis em relação a outros modais, como a competitividade de preços nos trajetos de longa distância e a sua incomparável segurança, oferecendo risco mínimo de roubos ou avarias.

74. Como mencionamos no início desta fala, o comércio internacional brasileiro, essencial ao desenvolvimento do País, é quase que integralmente transportado por via marítima.

75. O Brasil já dispôs de uma vigorosa Marinha Mercante e, infelizmente, permitiu que ela fosse quase que reduzida a pó. Esse equívoco vem acarretando graves consequências para a nossa economia, sob a forma de desequilíbrio de nossa balança de pagamentos, e também para as nossas exportações, que restam oneradas pelos altos custos de frete.

76. Ademais, a posse de uma Marinha Mercante expressiva é imperativo estratégico de defesa da soberania e dos interesses nacionais, pois, caso contrário, estaremos, em qualquer situação de crise, à mercê das conveniências políticas e econômicas das potências marítimas estrangeiras.

77. Não se pode deixar de considerar, ainda, que vultosos investimentos já foram realizados. Foram implantadas, no Brasil, as bases de uma indústria de construção naval, com instalações fixas de estaleiros de grande porte e que hoje estão ociosas. E capital brasileiro que não está rendendo.

78. O Brasil investiu, também, na preparação e qualificação de pessoal, capacitando-o para a construção naval. São milhares de técnicos que não estão empregando os conhecimentos conquistados para o País nessa área. Ou seja: o investimento inicial, essencialmente, já foi feito; hoje é necessário, apenas, dar utilização à capacidade já instalada no País.

79. Se o Brasil está altamente capacitado no setor de construção naval, para que importar navios? Por que não construí-los aqui, empregando a mão-de-obra, tecnologia, instalações e empresas nacionais, investindo no País e reduzindo o pagamento ao exterior, contribuindo, assim, para o equilíbrio da balança comercial?

80. Precisamos, evidentemente, reativar nossa construção naval com base no que já existe instalado, o que nos permitirá gerar, rapidamente, mais de trinta mil empregos diretos e um número maior de indiretos. Isso é perfeitamente possível de se conseguir, a curíssimo prazo, pois depende apenas de uma política direcionada para esse objetivo.

81. Nesse sentido, deve ser saudado o lançamento pelo Governo Federal, em novembro do ano passado, do Programa Navega Brasil, ou Programa de Reativação da Indústria Naval.

82. Com esse programa, o Governo subiu de 85% para 90% a parcela a ser financiada do custo total do navio, alongou de 15 para 20 anos o prazo de pagamento, reduziu de 6% para uma faixa entre 4% e 6% ao ano os juros da operação e fixou em 48 meses o prazo de carência.

83. Essas condições representam uma melhoria significativa em relação às que anteriormente vigoravam, e se aproximam dos padrões internacionais, embora alguns países ofereçam condições mais favoráveis a seus armadores. Nos Estados Unidos, por exemplo, os juros são de 3% e o prazo de 25 anos.

84. Cabe ressaltar, outrossim, que para o sucessor do Programa Navega Brasil é indispensável que o BNDES tenha mais agilidade na concessão de crédito, pois hoje verificam-se demoras de até um ano e meio para que um financiamento seja liberado.

85. Há, efetivamente, casos que podem ser qualificados como surreais. Recentemente, um estaleiro concluiu uma embarcação de 15 milhões de dólares sem receber uma sequer das parcelas contratadas com o Banco.

86. O BNDES não está, obviamente, conseguindo acompanhar a demanda do FMM. Os recursos estão represados e, se essa instituição não consegue dar conta dos projetos, deveria compartilhar a operacionalização dos recursos com outros agentes financeiros, como o Banco do Brasil.

87. Embora o FMM capte cerca de 500 milhões de reais ao ano, o BNDES desembolsou apenas, de janeiro a agosto do corrente ano, quantia inferior a 50 milhões de reais para a construção naval.

88. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores as novas oportunidades derivadas do aumento nos investimentos em petróleo, do incremento das trocas no comércio internacional e até mesmo da retomada da pesca no País abrem um novo tempo de excelentes perspectivas para a construção naval e a Marinha Mercante do Brasil.

89. É inegável, por outro lado, que em parte alguma do mundo esses setores podem prescindir de uma firme e bem articulada política governamental capaz de propiciar o seu desenvolvimento.

90. É hora, portanto, de modernizarmos e racionalizarmos nossos portos, e de promovermos o revigoramento de nossa Marinha Mercante, entendidas essas iniciativas como elementos essenciais de qualquer política voltada para o incremento de nossas exportações.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, só para registrar a presença de mais de 100 procuradores federais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi feito o devido registro, inclusive o Senador Mão Santa solicitou que se fizesse referência ao fato de os Srs. Procuradores estarem sendo acompanhados pelo Sr. Ricardo Buarque, Secretário-Geral.

Trata-se de uma ilustre delegação, que já recebeu um trabalho por parte do Senador Ney Suassuna: o combate ao trabalho escravo nos navios que apóram no Brasil.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por cessão do Senador Mão Santa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, participei, na semana passada, como Secretário-Geral da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, designado por S. Ex^a o Presidente José Sarney, da sua XXI Reunião Plenária e da Reunião dos Presidentes das Repúblicas dos Estados Partes, ocorrida na capital do Paraguai, Assunção.

Venho à tribuna com o intuito de relatar aspectos que considerei relevantes dessa reunião. Contudo, creio que cabe, de forma sintética, registrar o pro-

cesso histórico que ensejou a criação do Bloco de comércio, para que todos possam ter muito clara a sua importância e suas implicações atuais.

O Mercosul é a consequência natural do processo histórico que culminou na aproximação entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988, iniciou-se a integração Brasil/Argentina, cujo objetivo central era construir um espaço econômico comum por meio da liberalização do comércio bilateral.

A celebração desse Tratado resultou da constatação, por ambos os países, do papel decisivo da integração na geração de comércio, na obtenção de maior eficiência com vista à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais.

Dessa forma, verifica-se que foi a partir da necessidade do Brasil e da Argentina redefinirem a sua inserção regional e internacional que o processo de integração teve o seu impulso inicial, que resultou, em 6 de julho de 1990, na assinatura da Ata de Buenos Aires, quando foi definida a data de 31/12/1994 para o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países.

Posteriormente, são convidados Paraguai e Uruguai para integrar o Bloco e, em 26 de março de 1991, é assinado o Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul.

A personalidade jurídica internacional do Mercosul veio com o Protocolo de Ouro Preto, celebrado em dezembro de 1994.

Em janeiro de 1995, entra em vigor – o que foi muito importante – a instituição da Tarifa Externa Comum (TEC), um conjunto de tarifas que incidem sobre as importações realizadas pelos países-membros. A utilização da TEC representa um importante avanço no processo de integração, pois, a partir de então, não apenas o comércio interno entre os membros do Bloco é regulado, como também aquele realizado com os outros países.

A própria definição da TEC, tanto para estabelecer sua incidência quanto para uma eventual revisão de alíquota, prescinde de comum acordo entre os países-membros, significando que qualquer negociação comercial com outros países ou regiões deve ser conduzida pelos quatro países em conjunto.

Há, no entanto, exceções à TEC, que são negociadas separadamente, sobretudo na área de bens de capital, de informática e de telecomunicações.

Finalmente, a partir de meados de 1996, foram assinados Acordos de Livre Comércio entre o Mercosul e mais dois países da América do Sul: o Chile e a Bolívia.

Com relação a sua estrutura orgânica, cumpre salientar que o Mercosul possui singularidades que o tornam diferente de outros modelos de integração, das quais julgo importante destacar:

1. A estrutura é intergovernamental, na medida em que os próprios governos são os interlocutores, não existindo, portanto, órgãos supranacionais;

2. O processo decisório não admite a possibilidade de voto. Por outro lado, as decisões devem ser sempre consensuais.

As particularidades citadas demonstram a natureza flexível e gradual do processo de integração. Uma decisão adotada pelo Mercosul, necessariamente consensual, seguramente contará com o comprometimento dos sócios em sua plena aplicação.

No plano jurídico, essa sistemática torna necessária a adoção de medidas de ordenamento jurídico de cada país para internalizar decisões acordadas.

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul. Possui a incumbência de orientar a política do processo de integração. É composto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos quatro países e reúne-se, em média, uma vez por ano.

Nota-se, aqui, já a ausência injustificada, no nosso entendimento, do Poder Legislativo nessa instância decisiva do Mercosul.

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul. É composto de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e Bancos Centrais dos países-membros. Suas reuniões ocorrem, em média, a cada três meses.

Novamente, cumpre-me registrar a não-participação do Parlamento em outra instância de suma importância no Bloco econômico.

Sendo essa Comissão composta de 10 Senadores, inclusive o Senador Leonel Pavan e a Senadora Ideli Salvatti, aqui presentes, é importante que tenha um sentido maior diante dos novos tempos. O próprio Presidente Lula declarou, esta semana, que o Mercosul não é um problema econômico, mas um problema político, e como tal deve ser tratado.

Então, não é comprehensível que continue essa ausência do Parlamento brasileiro, dessa Comissão composta de 10 Senadores e 9 Deputados, nos tempos de hoje.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Obrigado, Senador Rodolpho Tourinho. Aproveito a oportunidade para, primeiramente, cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo em todas as áreas aqui no Senado, na defesa do seu Estado e do Brasil, e também na Comissão Parlamentar do Mercosul. Gostaria ainda de explicar alguns fatos que ocorreram na Câmara Federal, na ocasião em que recebemos a Frente Parlamentar da Argentina, da qual fazia parte a Senadora e esposa do Presidente argentino, Néstor Kirchner. A Primeira-Dama argentina foi muito feliz ao expor o projeto e a intenção do Mercosul, e eu talvez não tenha sido muito bem entendido pela Senadora e pelos demais integrantes do grupo argentino quando fiz críticas ao ex-governo da Argentina. Dizia eu que, em 1995, 1996, a Argentina não se interessava pelo projeto do Mercosul; ao contrário, desviava, não dava atenção ao Brasil e criava muitas dificuldades. Acabei citando um imposto que eles criaram, a Taxa de Barreira, para os argentinos entrarem no Brasil, no período da temporada, quando queriam vir ao Brasil para passar suas férias. Essa Taxa de Barreira prejudicou, e muito, a questão do turismo no âmbito do Mercosul. Fiz essas críticas e falei que agora via com bons olhos o interesse da Argentina em, realmente, encampar o projeto do Mercosul. Não fiz críticas ao atual governo argentino, que derrotou o governo que assim procedeu no passado. O fato é que, depois, a imprensa nacional, umas revistas de âmbito nacional acabaram classificando como gafe termos chamado a atenção da Argentina. Mas eu fico realmente preocupado porque não sei se a Argentina só está procurando o Brasil agora porque anda de “pernas curtas”, porque anda um pouco mal economicamente ou se realmente quer trabalhar com os demais países do Mercosul. Não pude ir ao Paraguai e participar da comissão na qual me inscrevi em função de outros compromissos inadiáveis e também por questão de saúde. Mas quero cumprimentá-lo por ter representado todos nós, Senadores, nessa viagem, da qual também fez parte o Presidente Lula. Parabéns!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Pavan.

Também é importante a inserção do turismo no Mercosul. Talvez seja este um dos assuntos mais importantes, que inclusive deve ser analisado com uma visão ampla. Não se deve entender que o Mercosul é importante apenas para o Sul e o Sudeste; ele é im-

portante também para o Nordeste brasileiro. Tenho certeza disso.

A Comissão Parlamentar conjunta do Mercosul (CPCM) é o órgão que representa os Parlamentares dos países que integram o Mercosul, competindo-lhe, de acordo com o processo legislativo de cada país, promover a incorporação à legislação interna decisões do Mercosul.

Ora, na medida em que o Poder Legislativo não participa das instâncias superiores com poder decisório, parece-me que as funções dessa Comissão ficam prejudicadas.

Tenho convicção de que, quando essa Comissão foi constituída e liderada pelo Senador José Sarney, hoje nosso Presidente, a idéia era a de que fosse muito mais atuante, que tivesse um grande poder de atuação. Creio que podemos conseguir isso. Vai depender do nosso entendimento e de muito debate que deveremos realizar em torno desse assunto, claramente, abertamente, para que a Comissão Parlamentar tenha efetivamente um objetivo a cumprir.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite, Senador Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – A maior gafe que qualquer um de nós pode cometer é não perceber a modificação absoluta da conjuntura internacional a partir da reconstrução do Mercosul. Reconstrução esta que se deu por vários fatores, não só pela eleição do Presidente Lula, mas também pela eleição do próprio Presidente Néstor Kirchner, da Argentina, e uma série de elementos que estão favorecendo a aproximação dos países da América do Sul. Existe uma perspectiva de consolidação do nosso bloco para que haja um novo patamar de negociação internacional. Não percebermos isso é realmente a maior gafe que podemos cometer. E o Congresso Nacional está falhando nesta nova conjuntura, porque a constituição da Comissão Mista do Mercosul tardou. Tivemos dificuldade para implementá-la. Eu mesma fui uma das que vieram à tribuna solicitar aos partidos que ainda não haviam indicado seus membros que o fizessem, a fim de que a Comissão pudesse ser instalada. Tivemos vários avanços nesse último período, inclusive a antecipação da reunião do Presidente Lula com o Presidente Bush, que estava prevista para setembro e foi antecipada para a sexta-feira última. Uma reunião inédita, em que o nosso Embaixador em Washington – que nem sequer foi indicado pelo Presidente Lula, e sim pelo Governo anterior –, reconhe-

ceu o encontro como uma reunião histórica, porque, pela primeira vez, um Presidente da República era recebido em uma reunião de cúpula, ou seja, em uma reunião de governo para governo, e não apenas de presidente para presidente. Indiscutivelmente, isso só pôde acontecer porque o Mercosul acabou tendo importância política nessa negociação. Os Estados Unidos, obviamente temerosos, porque querem implementar a Alca, perceberam todo o movimento, as articulações que estão sendo feitas na América do Sul entre o Mercosul e o Mercado Comum Europeu, entre o Mercosul e o Brasil, com a China, com a Rússia, com os países africanos. Aliás, essa movimentação foi apelidada de "G Outros", ou seja, aqueles outros países em desenvolvimento que não conseguem se sentar à mesa de negociações em pé de igualdade com as grandes potências econômicas. Creio que isso só está sendo possível exatamente pela reconstrução do Mercosul. Por isso é importante trazer este assunto à tribuna. Essas questões internacionais, de forma muito especial a questão do Mercosul, deveriam merecer destaque. Deveriam ser temas permanentes de debate em nosso plenário, para que pudéssemos dar o apoio, o amparo e a complementação que o Congresso tem que dar à política externa, que foi extremamente bem-sucedida nesses quase seis meses de Governo Lula. Muito obrigada.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) –
Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Fico muito satisfeito com a posição de V. Exª, pois ela coincide com o meu ponto de vista, inclusive com essa dimensão da nova política do Mercosul.

Eu destaco alguns pontos dos vários temas debatidos na reunião.

A prioridade para as negociações com a Alca tem que passar por tratativas conjuntas. Não podemos negociar sozinhos. Não temos dúvida disso. Esse assunto foi tratado lá, claramente, pelo Presidente Lula.

O relacionamento com a Comunidade Andina: os países do Mercosul vão fechar nos próximos meses um acordo de livre comércio com o Peru.

Destaque também para as negociações do Mercosul com a África do Sul e com a Índia. Durante o encontro, a Índia assinou com os países do Mercosul um acordo-quadro para iniciar as negociações de uma área de livre comércio.

A harmonização de políticas comerciais. Um dos maiores problemas a ser solucionado é o das inúmeras exceções da Tarifa Externa Comum (TEC). Os países do bloco criaram salvaguardas com o objetivo

de melhor enfrentar as dificuldades econômicas que se apresentaram nos últimos anos, mas o Governo brasileiro considera que já é o momento de se negociar a eliminação das licenças concedidas.

Outro ponto é a questão da pendência do açúcar, produto que, até agora, está fora da área de livre comércio do Mercosul por pressão dos produtores argentinos. A representação brasileira espera que exista maior flexibilidade por parte do novo governo argentino.

A coordenação de políticas macroeconômicas que permitam a efetiva conformação de uma região aduaneira e o estabelecimento de bases para um mercado comum até 2006.

E, finalmente, o fortalecimento institucional, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de incorporação de normas e criação de novos órgãos, como um futuro parlamento comum. Tema que foi exaustivamente debatido na Comissão Conjunta (CPCM), tendo-se fixado um prazo até o final de 2003 para início dos estudos para sua implementação.

Passadas as recentes crises em países-membros do bloco, é fundamental que superemos as dificuldades atuais que, ao longo dos últimos dois anos, têm enfraquecido sobremaneira as reais potencialidades do processo de integração econômica no Cone Sul.

Na verdade, minha principal convicção é que o Mercosul funcione efetivamente o quanto antes. Devemos ressaltar minha posição favorável ao Parlamento do Mercosul, bem como no futuro, após superarmos as etapas necessárias, iniciarmos as negociações em torno de uma moeda única.

Mas, repito, é essencial que o Mercosul promova os benefícios econômicos que podemos esperar dele. Trata-se de uma conquista para o País como um todo. Vislumbro, por exemplo, avanços inestimáveis para todas as regiões do País: Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Esse não é um programa só do Sul e do Sudeste.

Nesse sentido, creio que os pequenos consensos construídos na reunião foram importantes para avançarmos ainda mais para a efetiva inserção do bloco no cenário internacional.

Entretanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não obstante reconhecer a importância dos temas tratados, devo registrar minhas preocupações sobre a metodologia de trabalho implementada, bem assim sobre a participação da Representação Brasileira nesse evento.

Creio que há muito a ser feito para se aprimorar e tornar efetiva a participação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul no processo decisório.

Como primeiro passo nessa direção, repito, é fundamental que o Congresso Nacional se faça presente, de forma institucional, nas discussões em torno do Mercosul, que envolvem, além de problemas de ordem econômica, problemas de caráter político.

A apreciação de projetos que tratem das relações internacionais entre os países membros e associados, bem como a apresentação de propostas que possam aprimorar o modelo a ser implementado, possibilitaria ao Poder Legislativo participar, juntamente com o Governo Federal, de forma efetiva, do processo de elaboração das políticas para o Mercosul.

Para alcançarmos esse objetivo, é fundamental uma revisão na estrutura orgânica do Mercosul, objetivando eliminar a condição atual do Congresso Nacional de mero homologador de acordos já assinados, inserindo-o nas instâncias superiores.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no tocante à participação brasileira no encontro, a impressão que tenho, lamentavelmente, é que não houve por parte das autoridades do Executivo brasileiro nenhum interesse aparente na presença dos membros do Parlamento brasileiro na Reunião dos Presidentes das Nações Representadas com a referida Comissão.

Aliás, diferentemente do que pude verificar em relação às delegações de outros países, não houve, por parte de quem deveria, a atenção e a consideração para com os membros do Congresso Nacional brasileiro presentes em Assunção. Na verdade, não fomos procurados por nenhuma autoridade da Diplomacia brasileira, conduta que não condiz com as tradições do Itamaraty.

O Congresso Nacional não pode se omitir no momento em que o fortalecimento do Mercosul é imprescindível, pois os prazos para a implementação da Alca se extinguem. Acredito que é importante para o Brasil, bem como para os demais membros do Mercosul, que o bloco esteja forte no momento em que se concluírem as negociações em torno da Alca.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os tempos são outros; as recentes eleições, ocorridas em três países membros do bloco, evidenciaram o comprometimento dos vencedores nos pleitos com o futuro do Mercosul.

Chega de enaltecer apenas as decisões meramente técnicas; é hora de enxergarmos o Mercosul sob o ponto de vista político. E é sob esse enfoque

que, de agora em diante, o bloco estará sendo freqüentemente questionado e discutido.

Concluo meu pronunciamento alertando que é fundamental que haja integração entre os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e participação do Congresso Nacional na consolidação do Mercosul e demais acordos futuros.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Mão Santa e José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. Efraim MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nesta parte do Expediente, V. Ex^{as}s disporão de apenas cinco minutos, mas depois poderão falar por um tempo maior, por até 30 minutos. Como a nossa pauta de hoje não demanda muito tempo, a Presidência pergunta aos Srs. Líderes se querem usar da palavra agora ou depois da Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Prefiro falar agora, Sr. Presidente. Cinco minutos são suficientes.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, também peço a palavra como Líder. Cinco minutos serão suficientes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos. Em seguida, falarão os Senadores Efraim Morais e Jefferson Péres.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra na condição de Vice-Líder do Bloco de apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Ideli Salvatti, a Mesa informa que o Líder Tião Viana já usou da palavra pelo Bloco. Portanto, V. Ex^a poderá falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do Judiciário e do Congresso Nacional não honram a tradição democrática do nosso povo. S. Ex^a – e isso é positivo – se retratou. À sua moda, mas o fez. Por outro lado, a declaração,

em si, impediu que hoje realizássemos um belo momento de convivência democrática, que seria a reunião de todos os Líderes da Base do Governo; dessa figura independente e admirável, o Líder do PDT, Senador Jefferson Peres; das Lideranças da Oposição propriamente dita, por intermédio dos Senadores Efraim Moraes e José Agripino Maia, e do Líder do PSDB.

Não comparecemos ao Planalto por entendermos que não deveríamos servir de moldura para nenhum ato do Presidente da República, no momento em que Sua Excelência havia agravado a figura do Congresso e açoitado a imagem do Poder Judiciário.

Sua Excelência erra quando tenta estabelecer um regime de luta de classes no País. Já não é tempo disso. Erra, quando diz que a professora se aposenta com determinada idade, a cortadora de cana com outra e, no fundo, joga a professora contra a cortadora de cana. Erra Sua Excelência quando procura lançar a opinião pública contra o Congresso, querendo ou não, objetiva ou subjetivamente, quando procura lançar contra o Congresso e contra o Poder Judiciário parte da sociedade que, porventura, embarque nessa canoa temerária.

Portanto, Sua Excelência cometeu um gesto infeliz.

Ao mesmo tempo em que louvo o recuo e a autocrítica, reafirmando que nada impedirá novos momentos de congraçamento com Sua Excelência, até porque a democracia exige entendimento prévio, mínimo e básico entre Governo e Oposição, não posso deixar de marcar que não basta o pedido de desculpas util. É fundamental que se estabeleçam, no País, algumas interdições, como, por exemplo, não fazer, de forma alguma, o jogo do autoritarismo e não ouvir em silêncio ataques que enfraqueçam o poder e a magnitude do Congresso Nacional.

Sua Excelência disse que falou sensibilizado por uma freira, uma religiosa. Ainda bem que não era alguém de magia negra que estava à sua frente, porque não sei a que ponto teria chegado.

Sua Excelência não tem o direito de arrancar ou forçar aplausos. A reunião não era emocional, não era de apupos contra Sua Excelência, não era emotiva, não havia estresse. Sua Excelência não tem o direito de procurar arrancar aplausos e artificializar emoções, numa reunião às custas da imagem do Congresso Nacional, da imagem do Poder Judiciário, da interdependência e independência de cada Poder. O tripé é que faz desta uma democracia que se consolida.

A Nação, sem dúvida, aceita o pedido de desculpas do Presidente Lula.

A Oposição fez bem, a meu ver, em não ter comparecido a esse ato. A Oposição não pode participar de uma mesa redonda com quem agrida o Congresso e ameace realizar qualquer projeto na lei, por cima da lei, na marra, por bem ou por mal, porque o nosso destino é fazer o Brasil aprofundar a democracia. Essa é a única maneira lícita e possível de se realizar o sonho social de um povo. A partir da consolidação da democracia, podemos imaginar que esta Nação aspirará em ser, em algum momento, menos injusta, mais justa, mais humana, mais fraterna e, como o Presidente homenageava uma religiosa, também mais cristã.

Portanto, a Liderança do PSDB agiu em consonância com o seu parceiro de sempre, o PFL do Senador Agripino Maia e do Líder da minoria, Senador Efraim Moraes, e contando com a parceira tópica, dessa vez possível, dessa figura admirável de parlamentar independente que é o Senador Jefferson Péres.

Na minha cabeça, caberia terem ido ao Planalto, hoje, os Líderes do Governo e os Presidentes das duas Casas, mas o ideal teria sido uma manifestação da Instituição: que nenhum Parlamentar, de nenhum Partido, e nenhum Líder, de nenhum Partido, tivesse ido render homenagens ao Presidente antes de Sua Excelência prestar explicações a um Poder que não está abaixo do de Sua Excelência, embora não disponha de poder econômico e não tenha o poder de retaliar, o que nem é da vocação do Congresso Nacional.

Temos que vencer essa imagem medíocre da República brasileira, de que as pessoas, às vezes, têm interesse no Executivo, têm medo do Judiciário e desprezam o Legislativo. Não é a melhor forma de se consolidar a democracia.

Sua Excelência não deve ceder a nenhum viés autoritário. Sua Excelência deve, com a humildade que sempre foi a marca de sua carreira, procurar aterrissar, começar a governar, ouvir a Nação e evitar soluções salvacionistas. Sua Excelência não vai salvar o Brasil, porque o País não precisa ser salvo por ninguém. O Brasil precisa de um esforço conjunto da sociedade e não de alguém que o salve em nome de Deus, de um fundamentalismo qualquer, de Alá ou de qualquer divindade. Não precisamos de ninguém que venha a imaginar que pode se sobrepor a instâncias como o Congresso, o Judiciário, o Parlamento e a sociedade, que se organiza, para fazer imperar o primado da lei contra qualquer pessoa, contra Sua Excelência, se errar, contra qualquer um de nós e contra a força. É essa a nossa legislação.

Não tem bom futuro político, neste País, quem ouse desrespeitar o equilíbrio da nossa democracia. Não foi bem o Presidente Fernando Collor; não foi bem quem, em algum momento, falou em reforma de base feita de qualquer jeito, na lei ou na marra. Vai bem, ao contrário, quem age com equilíbrio, ponderação e humildade, quem sabe se refazer dos erros, sobretudo, quem entende...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Lamento interromper o grande Líder Arthur Virgílio, mas V. Ex^a já ultrapassou 20% do tempo regimental. Que V. Ex^a não termine inferiorizado. O melhor discurso que ouvi foi o Pai-Nosso – em um minuto –, o de Abraham Lincoln, em Gettysburg, o de Churchill e, agora, o de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente, dizendo que o pecadilho de passar um minuto do tempo é muito menor do que o pecadão de alguém imaginar que poderá, em plena democracia, conseguir o que a ditadura não conseguiu pela força: que é colocar de joelhos um Congresso que representa a Nação, representa o povo, aceita desculpas, mas não aceita o rebaixamento da sua Instância, independente, definitiva e popular de poder.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador Efraim Moraes, do PFL da Paraíba.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem direito a cinco minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, após ouvirmos o brilhante discurso do Senador Arthur Virgílio, quero dizer que acabamos de tomar conhecimento, por intermédio do noticiário em tempo real da Internet, que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recuou das declarações ofensivas que ontem fez aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao afirmar que não teriam condições de barrar as reformas constitucionais que o Governo está propondo ao Congresso. Segundo disse ontem o Presidente da República a uma platéia de empresários reunidos na Confederação Nacional da Indústria, só Deus seria capaz de barrar as reformas. Disse mais: “não tem cara feia, não tem Congresso, não tem Judiciário que impeça as reformas”.

O Presidente diz, agora, que foi mal-interpretado. Não foi. Suas palavras, pela clareza e contundência de que se revestem, dispensam interpretações. São auto-explicativas. O que o Presidente pode alegar é que se expressou mal. A deficiência não é da platéia, mas do emissor. Freud explica. A Psicanálise fala em “ato falho” para designar um escorregão verbal, um pensamento que se verbaliza sem passar pelos canais de censura do emissor. O ato falho acaba sendo uma espécie de confissão indesejada, mas reveladora do que vai no íntimo de quem o pratica.

No caso do Presidente da República, não é a primeira vez que diz uma coisa e depois a desdiz, alegando ter sido mal-interpretado. Em uma missa comemorativa do Dia do Trabalho, em São Bernardo, há quase dois meses, o Presidente disse que o dólar não podia cair, que era preciso evitar que isso acontecesse, pois prejudicaria as exportações. O mercado, ato contínuo, passou a trabalhar com a idéia de intervenção no câmbio, o que gerou alvoroço e inquietação, quase uma pane no sistema financeiro, obrigando o Presidente a recuar pela primeira vez.

Um Presidente não pode falar impensadamente. Tem que medir suas palavras, pois elas são paradigmas para os governados. Não pode pensar em voz alta, nem falar por impulsos ou emoções.

As afirmações de ontem do Presidente Lula, de que apenas Deus pode barrar as reformas, agride o sentimento democrático do povo brasileiro e ferem a Constituição Federal, que afirma a independência e a harmonia entre os Poderes da República. De quebra, ferem outra constituição, mais antiga e venerável, que há cerca de três milênios orienta a humanidade: Os Dez Mandamentos, que determinam, em seu art. 2º, não tomar o nome de Deus em vão. O Presidente, infelizmente, o fez. Como cristão e católico, só posso lamentar.

Contrastando com o ambiente de sobriedade e equilíbrio que o cercava na Confederação Nacional da Indústria, o Presidente afrontou simultaneamente os Poderes Legislativo e Judiciário – e, por extensão, o Estado Democrático de Direito.

A frase que proferiu se ajustaria perfeitamente na boca de personagens que a História recorda com pânico e abjeção. Hitler, Stalin ou Mussolini, por exemplo, a profeririam sem maiores constrangimentos. Nos regimes que comandaram, só mesmo Deus poderia valer os seus indigitados súditos.

Quando o recurso a Deus, no plano das relações políticas e institucionais de uma sociedade, é a única saída – e isso dito pelo próprio chefe do Governo –, alguma coisa está errada.

Antigamente, quando não se queria reconhecer o direito de alguém, dizia-se simplesmente: "Vá se queixar ao bispo". Lula tornou mais complexo esse recurso. Em vez de bispo, manda agora os insatisfeitos queixarem-se a Deus. Haja autoritarismo!

Mas examinemos objetivamente as palavras de Sua Excelência para que não pairem dúvidas sobre seu conteúdo equivocado. Diz Sua Excelência que "só Deus pode barrar as reformas".

Nos termos do Estado Democrático de Direito que, até prova em contrário, vige no Brasil, tanto o Congresso Nacional como o Poder Judiciário podem, sim, barrar as reformas. Basta que entendam que devam fazê-lo, que há lastro legal para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Efraim Morais, lamento informar que V.Exª já excede em 20% o tempo regimental.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Congresso Nacional, que representa a Federação e a população do País, é soberano para aprovar ou rejeitar proposições do Poder Executivo – e as reformas tributária e previdenciária, em curso na Câmara, são exatamente isto: propostas do Poder Executivo.

É a maioria destas duas Casas legislativas quem decide o que fazer com as reformas. Deus, claro, é a fonte inspiradora de todos nós, mesmo dos que Nele não crêem, mas não pode ser responsabilizado pelo destino de propostas encaminhadas pelo poder secular, submetidas às leis dos homens.

O Estado Democrático de Direito, na sua sabedoria, ainda concede a outro Poder, o Judiciário, o direito de avaliar a decisão do Legislativo. Ainda que aprovadas no Congresso, as reformas, se infringirem algum dispositivo constitucional – hipótese remota, mas não impossível –, podem (e devem) ser barradas pelo Judiciário.

Tudo isso é elementar na cultura democrática. Espantoso é que o Presidente da República, mesmo sem estar em ambiente de comoção emocional ou sob pressão de vaias ou provocações, ignore esses preceitos, agrida a democracia e invoque, em vão, o nome de Deus. E, como se não bastasse, atribua a responsabilidade à perplexa platéia ouvinte, acusando-a de mal interpretá-lo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, Senador pelo Estado do Amazonas, Líder do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, havia agendado para hoje minha ida ao Palácio do Planalto, a convite do Presidente José Sarney, para ouvir o Presidente da República anunciar a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Mas, desde ontem à noite, a cancelei, quando ouvi, pela televisão, ao vivo, o pronunciamento extremamente infeliz do Presidente da República, ao dizer que nem o Legislativo, nem o Judiciário seriam capazes de impedir as mudanças que pretende fazer no País; só Deus.

Um gesto arrogante, um gesto autoritário, extremamente preocupante. Não há como colocar panos quentes nisso! Não existe interpretação outra, não!

Sr. Presidente, o Legislativo pode barrar, sim! O Legislativo pode rejeitar quaisquer propostas que Sua Excelência mande para cá. E Sua Excelência fará o quê? Baixar um AI-5? E se o Legislativo aprovar e o Supremo Tribunal Federal considerá-las inconstitucionais? O que Sua Excelência vai fazer? Descumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal? Qual é a outra interpretação quando o Presidente da República diz que nem o Legislativo nem o Judiciário o impedirão de fazer as mudanças? Arrogância e messianismo. Messianismo, sim!? O Presidente da República vai salvar o País?

Sr. Presidente, alguém já disse: "Ai do povo que precisa de salvadores. Esse povo não merece ser salvo". O povo brasileiro não precisa de salvadores, será salvo por si mesmo, pelo Legislativo, pelo Judiciário, pelo Executivo, por toda a sociedade organizada. O que o Presidente da República disse ontem é extremamente preocupante. Por isso, eu gostaria que todo o Senado estivesse aqui. O meu Partido ainda integra a Base do Governo, considero-me, pelo menos, integrante. Ainda ontem, arquei com a impopularidade e votei a favor do valor de R\$ 240,00 para o salário mínimo, responsávelmente, Sr. Presidente. Mas nem eu nem meu Partido vamos nos calar nunca diante de uma declaração tão infeliz. Gostaria – repito – que o Legislativo em peso estivesse aqui protestando. O Presidente da República se retratou, mas é um remendo apenas, e não o fez de forma convincente, a meu ver. Sua Excelência deveria ter feito uma profissão de fé, de respeito ao Legislativo e declarado explicitamente que acataria qualquer que fosse a decisão do Congresso em relação às reformas que está proposto.

Sr. Presidente, sei que o mundo não dá mais lugar a ditaduras formais, convencionais, mas receio muito que o Presidente da República, a continuar na

linha desse discurso, amanhã, se houver medidas recusadas pelo Congresso, não dê um golpe de Estado, não, porque eu sei que não há condições para isso, mas que apele para a população, jogando-a contra o Congresso, dizendo que não pode salvar o País, porque o Congresso e o Judiciário não deixam; a enveredar por um populismo à Hugo Chávez, que será um retrocesso enorme para este País.

Sr. Presidente, deixo aqui consignado o meu protesto. O Presidente foi extremamente infeliz. Sua Excelência deve se conscientizar de que não pode continuar dizendo o que quer. Eu, Senador Jefferson Péres, posso porque sou uma fração do Senado. Eu não falo por esta Casa, Sr. Presidente. Mas o Presidente da República é uma instituição. A Presidência da República é uma pessoa. Quando Sua Excelência fala é a instituição que está falando. Sua Excelência tem que medir o que diz, sim. Do contrário, Sua Excelência vai gerar ainda, mais cedo que se pensa, uma crise institucional neste País.

Portanto, fica aqui registrado o meu protesto indignado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Com os nossos cumprimentos e congratulações por ter cumprido o Regimento.

V. Ex^a reviveu aqui a inteligência de Rui Barbosa em respeito às leis. Foi o primeiro que obedeceu ao tempo.

Concedo a palavra agora ao Líder José Agripino, do PFL do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem, à tardinha, recebi o convite do Presidente do Senado para que o PFL, pela sua Liderança no Senado – e o convite estava feito, na Câmara dos Deputados, ao Líder Aleluia –, participasse de uma reunião no Palácio do Planalto, ocasião em que seria discutida a pauta de convocação extraordinária. Eu já havia dito, em oportunidades anteriores, que, para festa de confraternização, a Oposição, pelo PFL, não se sentiria confortável em ser convidada, mas para reunião de trabalho, quantas vezes fosse necessário, se faria presente. E confirmei a nossa presença para discutir algo que reputo de interesse nacional: a pauta de Convocação Extraordinária.

À noite, no noticiário da televisão, vi algo que me causou espécie. Uma manifestação de Sua Excelência, o Presidente Lula, na CNI, fazendo observações ácidas em relação aos Poderes Judiciário e Legislativo no que tange, pelo que entendi, a sua relação como Presidente da República.

Eu, em minha boa-fé, imaginei que aquilo pudesse ter sido edição, pedaço de pronunciamento, que não pudesse ou não devesse ser analisado na singularidade de um contexto que deveria ser global. Fui dormir consciente de que, hoje, estaria no Palácio do Planalto, mesmo desconfiado, para discutir a pauta de convocação com Sua Excelência, o Presidente da República. E li os jornais pela manhã, cujas manchetes confirmavam o sentimento que eu havia experimentado ao ver o noticiário da televisão na noite anterior.

O jornal **Folha de S.Paulo** interpreta o seguinte: "Para Presidente, nenhum Poder vai atrapalhá-lo".

O jornal **O Globo**, em sua manchete principal, estampa: "Lula: não tem Congresso nem Judiciário que impeçam reformas".

O Judiciário e o Congresso são dois estorvos no caminho do Presidente.

No **Diário de Natal**, da minha província, manchete em letras garrafais: "Lula diz que só Deus pode impedi-lo de fazer reformas. Em discurso na CNI, o Presidente afirma que nem Congresso nem Judiciário serão capazes de evitar as mudanças".

Percebi, Sr. Presidente, que eu estava certo, lamentavelmente certo, ao ter a sensação de que estava ouvindo o discurso, feito na CNI, de um cidadão que se arvorava o direito de ser e de falar como o "salvador da Pátria".

Ninguém, Sr. Presidente, tem o direito de se julgar salvador da Pátria.

O Presidente Lula tem todo o direito de pensar que é um líder. Claro que é um líder, sim. E de um líder se cobram atitudes firmes e capacidade de agregar. Não conheço líder que não tenha capacidade de agregar. E, para agregar, Sr. Presidente, tem-se que ter três predicados básicos: ser tolerante, ser talentoso e ser equilibrado.

Talentoso, evidentemente, o Presidente Lula é, pois ganhou a eleição, é Presidente da República. Sua Excelência vem, com maestria, praticando o discurso por meio de metáforas, para fazer a boa comunicação com o povo; e até digo que está exagerando nas metáforas, porque está começando a prometer demais. E quem promete demais não consegue atingir o que está prometendo. Mas talentoso Sua Excelência é.

Tolerante. Nem precisa ser tolerante com a Oposição que fazemos, colaborativa como ela é. Ainda ontem, aprovamos as medidas provisórias todas, as indicações dos Diretores do Banco Central, de dirigentes de Agências. Trata-se de uma Oposição que

tem a atitude de colaboração nas negociações que são postas nesta Casa não coloca o Presidente em voga ou em questão no quesito tolerância.

Senador Gilberto Mestrinho, o último predicado é o equilíbrio. Exige-se equilíbrio de um líder. Talvez esse seja o predicado mais forte de um líder. Ele tem a obrigação de ser equilibrado e humilde. E aí vem a minha preocupação com as falas do Presidente que, como interpretei, com interpretaram os editorialistas, os editores-chefes dos jornais **Folha de S.Paulo**, **O Globo**, **Diário de Natal**. Sua Excelência entrou em rota de colisão com o Judiciário. Pelo discurso proferido, é de se supor que entrou, sim, em rota de colisão com o Judiciário, muito embora Sua Excelência desminta hoje, dizendo que não teve essa intenção. Mas entrou, sim, em rota de colisão com o Judiciário, tanto que o Presidente Maurício Corrêa, referindo-se à citação de Deus, disse que está perfeito, mas que a Constituição teria que ser respeitada.

Será que o Presidente se referia às manifestações do Judiciário com relação à questão da Previdência? Deus me livre de pensar que somos, hoje, governados por um Presidente que é imagem de outros de países de importância menor do que o Brasil, que praticam o populismo, estimulando a luta de classes, Deus me livre de pensar nisso. A dimensão do Brasil é muito maior: aqui não cabem populismo e estimulação da luta de classes. Um presidente não pode sugerir que existem brasileiros de primeira, de segunda ou de terceira classe; todos são iguais perante a lei.

E o segundo ponto, o equilíbrio nas relações com o Congresso Nacional. Sr. Presidente, o Congresso tem, mais do que o direito, o dever de opinar se em pauta estão as reformas. Se o Presidente se refere aos questionamentos acerca das reformas, é direito e dever do Congresso Nacional opinar, emendar, discutir, questionar e debater, para que, pela via do debate, areje-se o tema para a perfeita compreensão da sociedade, e é o que vamos fazer. Esta preocupação me fez, hoje de manhã, articulado com os Líderes Efraim Moraes, Arthur Virgílio e Jefferson Péres, em reunião, dizer ao Presidente José Sarney: não vale a pena ir ao Palácio do Planalto, para ter um diálogo encabulado com o Presidente, um diálogo de pessoas que não olham umas para as outras com o olhar da sinceridade e da convicção; não vale a pena ir ao Palácio do Planalto, para receber a comunicação de uma pauta preestabelecida ou para ouvir um Presidente que, na véspera, dirigiu ao Judiciário e a nós uma palavra, no mínimo, de questionamento e desconfiança.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que sou, por índole, um homem de conciliação. Embora o Presidente tenha repetido o discurso que ouvi na TV ontem, já que afirmou, a par de repetir, que sua intenção não era atingir o Judiciário e muito menos o Congresso Nacional, prefiro acreditar na sinceridade de Sua Excelência. Quero dizer a Sua Excelência que não tenho o direito de pedir, como Líder ou Parlamentar, a sua retratação, longe disso. Mas tenho o direito de sugerir que nos convoque, se deseja, realmente, reatar o clima que sempre tivemos e que pretendemos manter de bom relacionamento em torno do interesse nacional. Eu irei, não para ser comunicado de uma pauta. Se Sua Excelência quiser discutir com os Líderes a pauta da convocação, o PFL, apesar de tudo, estará no Palácio do Planalto, até mesmo hoje à tarde, se for o caso.

Obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, o nobre Senador Aloizio Mercadante.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, quando foram feitas as inscrições, pedi a palavra pelo Bloco de apoio ao Governo. A Assessoria da Mesa comunicou que o Senador Tião Viana já havia falado pelo Bloco no início da sessão.

Pedi ao Senador Antonio Carlos Valadares para falar em nome do PSB, e S. Ex^a assentiu. Quem presidia a Mesa era o Presidente José Sarney, que concordou, mas não anotou o meu nome.

Assim, quero que fique garantida a possibilidade de falar. Outros Parlamentares também tiveram a percepção da concordância do Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Ao assumir a Presidência, fui informado pela Assessoria da Mesa da garantia que lhe foi dada pelo Presidente José Sarney logo após a Ordem do Dia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não era para falar logo após a Ordem do Dia, mas neste horário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Então, após os titulares dos Partidos, V. Ex^a usará o horário concedido pelo PSB.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como a inscrição da Senadora antecede a minha e, além disso, trata-se de uma dama, penso que seria importante respeitar a ordem. Do meu ponto de vista, não há nenhuma objeção a que a Senadora Ideli Salvatti fale em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Por parte da Mesa, também não há nenhum problema; apenas estávamos querendo cumprir a ordem de inscrição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço à Mesa. Penso que é uma gentileza que esta Casa deve manter.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pela Liderança do PSB, por cessão do Líder do Governo, Aloizio Mercadante, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Presidente e também ao Líder do Governo.

Considero de fundamental importância, neste debate, não as interpretações, não os julgamentos, mas aquilo que foi efetivamente dito pelo Presidente da República. Estou aqui com a íntegra do discurso de Lula, feito ontem na CNI. Não há, em nenhum parágrafo, qualquer referência às reformas.

Para que não pare de dúvida, vou fazer a leitura do trecho com o qual se cria toda a polêmica. Não era de reformas que o Presidente Lula estava falando, mas do crescimento deste País.

E isso, Armando, começa a partir de agora. Você está lembrado do que eu disse, há um mês, de que nós iríamos começar um espetáculo de crescimento neste País. Nós sabemos o que isso representa, sabemos as dificuldades, mas sabemos, também, que, se não houver determinação, eu diria quase que um trabalho de abnegação de todas as pessoas, a gente não consegue o intento.

E eu, irmã, estou com a senhora, quando diz: "A gente não pode nunca deixar de crescer". Eu, a cada dia que passa, a cada dificuldade, me sinto o brasileiro mais otimista que este País já teve. Nada, podem

ficar certos que não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso Nacional, não tem o Poder Judiciário, só Deus será capaz de impedir que a gente faça este País ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar.

O Presidente Lula, no discurso da CNI, referiu-se ao crescimento, e não às reformas. E falou com a compreensão que todos os brasileiros devem ter de que não existe nada ou ninguém que é maior ou superior ao interesse nacional, ao desenvolvimento deste País.

Por isso, interpretar e julgar mal essa declaração de que os interesses do nosso País e do nosso povo são soberanos a quaisquer poderes, instituições ou personalidades é, realmente, querer criar a crise, o caos a que o Brasil, felizmente, não foi submetido. Este País ia entrar no caos absoluto pelo descontrole das contas, da economia, e está recuperando-se, superando as dificuldades, entrando em um patamar digno e soberano nas negociações internacionais. Talvez isso tudo esteja criando dificuldades; quem sabe, uma parte dos que estão interpretando, julgando, estava apostando no caos, que não se consumou, não se concretizou.

Agora, por que dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é autoritário – um presidente que, logo após a eleição, fez uma visita ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, antes mesmo de tomar posse; que trouxe a mensagem presidencial a esta Casa; que trouxe, pessoalmente, as mensagens de reforma? Qual é o autoritarismo em alguém que chega a este Congresso e diz "Daqui para frente as reformas são responsabilidade do Poder Legislativo"? Está conosco, é deste Poder a decisão do que vai acontecer ou não.

Por isso, esta crise, que causa tanta indignação e tão inflamados discursos, do meu ponto de vista, está sendo criada, porque este País vai ter o espetáculo do crescimento. Este País, com a colaboração de todos os brasileiros, de todas as instituições, só dará certo quando todos estiverem comprometidos com o seu sucesso.

Por isso, Sr. Presidente, não há retratação do Presidente, nem pedido de desculpas. A matéria é clara e é correta. Houve efetivamente má interpretação, e tivemos oportunidade de ver na tribuna Senadores repetindo que o Presidente Lula afirmou que nem o Judiciário nem o Legislativo vão barrar as reformas, quando em nenhum momento a palavra refor-

ma, o assunto reforma esteve no seu pronunciamento na CNI. O que o Presidente estava falando – e que todos devíamos estar elogiando – é que este País vai crescer; este País vai se desenvolver. E todos terão que contribuir para isso.

Sr. Presidente, agradeço a concessão do tempo para que eu pudesse me pronunciar e a gentileza, mais uma vez, do Líder do Governo, de me permitir falar antes dele.

Durante o discurso da Srª Ideli Salvatti, O Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Serys Shhessarenko.

A SRA. SERYS SHHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por cessão do Senador Magno Malta, pedimos a palavra pela Liderança do PL, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Convidado o Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo, a fazer uso da palavra por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Shhessarenko, pela Liderança.

Em seguida, daremos início à Ordem do Dia, que já está atrasada.

A SRA. SERYS SHHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Magno Malta, Líder do PL, por me ter cedido este tempo.

Quanto às palavras do nosso Presidente Lula, já cantadas e decantadas pela Oposição e por nós da Situação, está explícito que não haveria necessidade de se vir fazer defesa.

Sua Excelência diz: “Podem ficar certos de que não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem Congresso Nacional, não tem Poder Judiciário; só Deus será capaz de impedir que a gente faça este País ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”.

Em nenhum momento, Sua Excelência se referiu com desrespeito às reformas ou tocou nesse assunto. Isso tem de ficar muito claro. Isso já foi dito pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e eu o repito aqui. Eu jamais viria a esta tribuna se eu não tivesse certeza disso.

Estou aqui, neste Poder, porque acredito nele. Defendo este Poder, que faz parte do tripé da democracia, obrigatoriamente, e tem de ser respeitado. Se estou aqui é porque tenho a crença absoluta de que, em nenhum momento, o Presidente Lula disse isso para minimizar o Parlamento do nosso País. Caso contrário, Sua Excelência não teria subido a rampa do Congresso Nacional, juntamente com 27 Governadores; não teria participado da sessão do Congresso Nacional, ao lado do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, e não teria dito, com todas as letras: “As reformas agora estão nas mãos do Congresso, são competência do Congresso. Dependerá do Congresso fazer ou não mudanças”.

O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Fomos eleitos pelo voto do povo brasileiro, como foi eleito o companheiro Lula para Presidente da República. E está prevista na Constituição deste País a independência dos Poderes, a autonomia dos Poderes. Tenho certeza absoluta de que o Presidente da República tem esse respeito para com este Parlamento.

Leio outro trecho do discurso, de onde foi pinçada essa declaração. Sua Excelência diz: “É importante lembrar que, de oito filhos da minha mãe, fui o primeiro a deixar de ganhar o salário mínimo, o primeiro a ter uma casa. E isso eu não quero só para mim, mas também para os 170 milhões de brasileiros”.

É óbvio que isso está em um contexto muito maior. O Presidente Lula quer, realmente, o resgate da cidadania de todo o povo brasileiro, dos 170 milhões de brasileiros. Sua Excelência disse que, só se Deus não quiser, não será feito o resgate da cidadania de todos os brasileiros. O resgate da cidadania independe de deste ou daquele setor, desta ou daquela categoria. O resgate da cidadania de 170 milhões de brasileiros é muito maior do que o Parlamento brasileiro, do que o Judiciário brasileiro, do que todas as entidades organizadas. A sociedade como um todo é responsável pelo resgate da cidadania do povo brasileiro, para que todos tenham casa, comida e trabalho – e isso vale tanto para o homem do campo como para o da cidade, para homens, mulheres, crianças, jovens e pessoas da terceira idade.

Há pouco, saí da CPI que investiga a exploração sexual de crianças e jovens deste País, infelizmente uma vergonha que está diante de nós e que precisamos superar. Para solucionar esses problemas, precisamos de todas as forças brasileiras, com certeza, e, em especial, da determinação de Deus. E acredito que o nosso Presidente tenha dito isto: somente com a vontade dos brasileiros, vamos resgatar a cidadania para todos.

Muito obrigada.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos, pedindo que seja breve, por favor, porque precisamos dar início à Ordem do Dia.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar o tema palpitante que hoje está sendo objeto de um estrépito nunca dantes acontecido nesta Casa. Felizmente, Sr. Presidente, estamos diante de uma crise que eu diria mais vernacular do que institucional. Não há nenhum perigo às instituições democráticas brasileiras, Sr. Presidente, sobretudo em face da declaração do Presidente Lula. É preciso que todos nós analisemos o texto e o contexto, de que forma se referiu o Senhor Presidente da República em uma solenidade, em meio a um discurso de improviso, quando, às vezes, as palavras, pelo entusiasmo, saem além do projeto mentalmente estabelecido. Disse o Senhor Presidente da República, referindo-se a determinada pessoa, a uma freira: “E eu, irmã, estou com a senhora, quando diz que a gente não pode nunca deixar de crescer.” Todos nós queremos o desenvolvimento econômico e social. Todos nós queremos o crescimento.

E quando o Presidente da República afirma, com todas as letras, aquilo que é um anseio e um desejo da sociedade, também se entusiasma, assim como toda a sociedade brasileira, exatamente tratando deste tema, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: “A gente não pode nunca deixar de crescer. Eu, a cada dia que passa, a cada dificuldade, me sinto o brasileiro mais otimista que este País já teve”.

Ora, Sr. Presidente, é em meio exatamente desse contexto de entusiasmo que o Presidente da República afirma que nada haverá de proibir esse crescimento, que “nada, podem ficar certos de que não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem o Congresso, não tem o Poder Judiciário, só Deus é capaz de impedir que a gente faça

este País ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar”.

Ora, Sr. Presidente, fazer dessa declaração uma crise institucional é ocupar-se de tema muito sério, por uma declaração no meio desse contexto. Esse texto realmente tem de ser relativizado. Tem de se olhá-lo no discurso, que é movimento. A palavra vai tomando um sentido diferente do sentido absoluto que se queira dar.

Nesse ponto, temos de refletir que não há crise institucional e nenhuma ofensa maior. O Presidente Lula hoje afirmou, com todas as letras, que “em nenhum momento passou pela cabeça do Presidente da República de passar por cima do Congresso Nacional. Jamais me passou pela cabeça qualquer ofensa a um Poder neste País”.

Ora, isso fica devidamente esclarecido. É da índole democrática do Presidente Lula. Nunca se viu, neste País, um Presidente da República que, antes mesmo de assumir o cargo, visita institucionalmente esta Casa, como também a Câmara dos Deputados. Com a sua presença, fez aqui um elo, uma ponte de comunicação sem precedentes. Ao assumir, no seu discurso de posse, Sua Excelência disse: “Sob minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. E eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a construção do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o País demanda de todos nós.”

De outra feita, o Presidente da República, aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados especialmente, afirmou: “Quero dizer a vocês que esta Casa tem o tempo que quiser para debater qualquer projeto”. Disse com todas as letras que afirmava a soberania e a independência deste Poder: “Você们 serão soberanos e livres para apresentar à Nação brasileira o resultado final da cara que o Congresso Nacional quer dar às reformas neste País”.

Sr. Presidente, o Presidente da República sempre afirmou a soberania, sempre afirmou a independência, o relacionamento fraterno, sobretudo com o Poder Legislativo. E é nessas circunstâncias que não temos por que estabelecer no cenário nacional um temor. Não podemos aqui estabelecer para toda a Nação brasileira que as instituições democráticas correm perigo. Não! Sob a liderança do Presidente Lula, a democracia terá curso, e, sobretudo, devo dizer da sua afirmação de princípio constantemente a favor da soberania dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Não vamos fazer daquilo que eu poderia dizer até um arroubo no meio de um discurso, daquilo que é talvez uma impropriedade no contexto do discurso. Não, Sr. Presidente. Vamos creditar ao entusiasmo e dizer, com absoluta certeza, que o Presidente Lula sempre foi um defensor das instituições democráticas e lutou contra a ditadura para a afirmação de seus princípios. E será sob a liderança de Sua Excelência que o Congresso Nacional haverá de crescer, haverá de mostrar ao País não apenas sua independência, na apenas o convívio harmônico, mas sobretudo o compromisso com a construção de um projeto de salvação nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a atenção dos Srs. Senadores e, principalmente, a dos Srs. Líderes para uma comunicação.

A Presidência informa ao Plenário que, nesta sessão, foi concedida a palavra a Senadores pela Liderança de Partidos diferentes, o que não tem amparo regimental. Dessa forma, não mais será concedida a palavra, uma vez que o art. 15 do Regimento Interno sequer permite o acréscimo de tempo destinado a outro Senador.

Portanto, solicito, com todo o respeito, que os Srs. Senadores colaborem com a Mesa para o cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2003

Modifica a Constituição Federal, para denominar como desembargadores federais os membros dos Tribunais Regionais Federais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os arts. 104 e 107 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 104
Parágrafo único.

I — um terço dentre desembargadores dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de

Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

..... (NR)”

“Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete desembargadores federais, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

.....
Parágrafo único. A lei disciplinará a remoção ou a permuta de desembargadores dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sua sede. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de conferir aos juízes dos Tribunais Regionais Federais (TRF) o título de desembargador federal.

Isso em razão da dificuldade concernente à diferenciação das atividades, de um lado, dos Juízes dos TRF e, de outro lado, dos Juízes federais de primeira instância. Ocorre que, embora as atribuições exercidas por uns e outros sejam funcionalmente distintas, essa diferenciação não se apresenta com a devida clareza, causando, muitas vezes, erros e confusões, especialmente para o cidadão comum.

Como é sabido, os TRFs funcionam na competência recursal (segunda instância) da Justiça Federal, da mesma forma que os Tribunais de Justiça funcionam na competência recursal da Justiça dos Estados. E, na Justiça estadual, a distinção nominal entre os juízes da primeira e da segunda instâncias se faz intitulando-se os membros dos Tribunais de Justiça como desembargadores (v.g. art. 105, I, a, da CF), o que evita confusões. Assim, da mesma forma, ao dar-se o título de desembargador federal aos magistrados dos TRFs, serão evitados equívocos e erros desnecessários que hoje ocorrem no âmbito da Justiça Federal, sejam de natureza funcional, hierárquica, protocolar ou social.

Por outro lado, ressalve-se que a modificação, ora apresentada, não diz respeito à mera questão de se ter um título mais ou menos importante. Apenas vai no sentido de distinção que deve prevalecer, no interesse do bom desempenho dos trabalhos judicantes

e da exata compreensão do mister constitucional afeito aos membros dos TRFs.

A propósito, diga-se aqui, que tal medida vem sendo acolhida pelos TREs (v.g. os da 2^a e 3^a Regiões), nos respectivos regimentos internos, o que tem evitado os inconvenientes já acima relatados. Trata-se, agora, de dar estabilidade a essa nomenclatura inscrevendo-a no Texto Constitucional, até mesmo para afastar questionamentos quanto à legalidade de fazê-lo por norma regimental.

Como conclusão, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Romero Jucá – Renan Calheiros – Amir Lando – Arthur Virgílio – Ney Suassuna – Leonel Pavan – Eurípedes Camargo – Augusto Botelho – Almeida Lima – Íris de Araújo – Gilberto Mestrinho – Valdir Raupp – José Jorge – Roberto Saturnino – Geraldo Mesquita – Heráclito Forte – Mão Santa – Eduardo Suplicy – Patrícia Saboya Gomes – Eduardo Azeredo – Hélio Costa – Sérgio Cabral – Romeu Tuma – José Agripino – Osmar Dias – Álvaro Dias – Ideli Salvati – Papaléo Paes – Garibaldi Alves – Demóstenes Torres – Efraim Morais – Antônio Carlos Valadares.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SEÇÃO III Do Superior Tribunal de Justiça

Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:

I – um terço entre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço entre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II – um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

SEÇÃO IV Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira;

II – os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

Parágrafo único. A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos artigos 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2003

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para dispor sobre o funcionamento de casas de jogos em computadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 80-A. Os responsáveis por estabelecimentos de jogos em computadores ou equipamentos similares cuidarão para que não sejam permitidas a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local em desacordo com determinação da Justiça da Infância e da Juventude, afixando aviso

para orientação do público e adotando outras medidas que facilitem o cumprimento da decisão judicial."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em anos recentes, uma nova modalidade de diversão surgiu em nossas cidades. Trata-se das casas de jogos em rede, que oferecem computadores para a prática de jogos localmente e via Internet.

Paralelamente, vêm ocorrendo casos de crianças e adolescentes que se tornam viciados nesses jogos e, em razão do vício, sofrem sérios problemas em suas vidas. Faz-se mister que o Poder Público ajude de forma segura, controlando e supervisionando a diversão para evitar excessos que prejudicam os jovens, levando-os ao ócio e à negligência no cumprimento dos seus deveres.

Nesse sentido, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto, que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente norma determinando que os responsáveis por estabelecimentos onde se realizam os referidos jogos adotem providências que impeçam a entrada e permanência de crianças e adolescentes nesses locais.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Valmir Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 80. Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênero ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 485, DE 2003

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o PLC nº 14, de 2003, que “Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2003. – **Mão Santa – Jonas Pinheiro – Caribaldi Alves Filho – Almeida Lima – Valdir Raupp – Paulo Octávio – João Alberto Souza – Antero Paes de Barros – Ney Suassuna – Tasso Jereissati – Ana Júlia Carepa – Geraldo Mesquita Júnior – Eduardo Suplicy – Romero Jucá – Antonio Carlos Valadares – Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 486, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 456, de 2003.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com base no art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, defiro a retirada do requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 487, DE 2003

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de homenagem pela passagem do 950 aniversário natalício do Dr. Salvador Allende, Presidente Constitucional do Chile, eleito por voto popular em 4 de setembro de 1970, que se imolou em 11 de setembro de 1973, recusando-se a renunciar quando há 30 anos ocorreu um golpe militar naquele país irmão.

Justificação

Salvador Allende nasceu em 26 de Junho de 1908 em Valparaíso, foi um dos fundadores do Partido Socialista de Chile e, sem dúvida alguma, um dos políticos mais importantes da História das Américas. Em 1936, logo após voltar do exílio, criou a Frente Popular, uma aliança de esquerda que veio a se configurar como um importante marco histórico para a causa popular e para o desenvolvimento da nação chilena. Em 1937 foi eleito deputado e em 1945, senador, tendo sido reeleito 1961. Allende foi também Ministro de Saúde, no governo de Pedro Ayríre Cerda e, na época, já defendia um acesso à saúde para as pessoas menos favorecidas.

Em 1966, após várias reeleições, chegou a ocupar o cargo de presidente do Senado. Médico de profissão, Allende se destacou por defender a soberania dos povos. Foi o primeiro a respaldar o Marechal Tito, no conflito com a ex União Soviética, manifestando que "cada povo é livre para escolher seu próprio caminho ao socialismo". Da mesma forma condenou a intervenção das tropas do Pacto de Varsóvia na ex-República da Tchecoslováquia.

Como Presidente foi homenageado em vários países e ainda é lembrado pela ovacão recebida no plenário das Nações Unidas, quando manifestou que "os profundos valores da humanidade não poderão ser destruídos".

Nas suas últimas palavras deixou claro que a luta socialista estava apenas começando e não terminava com sua morte física:

"Tengo fe en Chile y su destino. Superarán otros hombres el momento gris y amargo, donde la traición pretende imponerse. Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor."

Sua filha, deputada Isabel Allende Bussi, mantém sempre viva a alma de seu pai. Dedicou a ele sua eleição ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, ocorrida em março deste ano e, em seu primeiro discurso, lembrou que sua vitória coincidia com os 30 anos do Golpe de Estado que derrotou o governo do Presidente Salvador Allende.

Os 30 anos de sua morte serão completados em 11 de Setembro de 2003 e, até os dias de hoje, a figura de Salvador Allende está presente no mundo inteiro através das pessoas que acreditam numa sociedade mais justa.

Tenho a convicção de que a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem uma enorme relação com toda a trajetória de luta de Salvador Allende e com as grandes aspirações de liberdade e justiça dos povos chileno, brasileiro e de toda as Américas. Transmiso aqui a minha homenagem especial a Presidenta da Câmara dos Deputados do Chile, Isabel Allende Bussi, contente de saber que a memória de seu pai continua a gerar frutos positivos para a construção de uma América cada vez mais à altura dos propósitos de democracia, igualdade e fraternidade.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(A Comissão de Relações(Exteriores e defesa Nacional)).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A matéria será publicada e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, pergunto se seria possível fazer brevemente a justificativa do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já está justificado aqui, será distribuído aos Srs. Senadores, inclusive será discutido na Comissão que V. Ex^a preside. Creio que ganharíamos tempo dessa forma.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP) – Trata-se de uma homenagem especial, porque amanhã o ex-Presidente Salvador Allende completaria 95 anos, e neste ano de 2003 completam-se trinta anos desde o fatídico golpe militar que fez com que S. Ex^a se imolassem no Palácio do Governo, em Santiago do Chile. Certamente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ainda amanhã, examinará este requerimento, que depois virá ao plenário do Senado Federal, ocasião em que poderei me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Muito obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1.^º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 488, DE 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no disposto na alínea **b**, do art. 218, do Regimento Interno

do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ínclito Desembargador Antonio Goes, ocorrido sábado, dia 21 de junho, na cidade de Aracaju-SE, para ser enviado à família enlutada e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Justificação

O falecimento do Desembargador Antonio Góes, aos 60 anos de idade, ocorrido sábado passado, dia 21 de junho, em Aracaju, consternou a sociedade sergipana, que perde um filho notável.

Homem de conduta impoluta, opiniões seguras e atitudes corajosas, sempre mantendo o equilíbrio intelectual na luta, a firmeza nos reveses e a magnanimidade no triunfo, o ilustre Magistrado nasceu no Município de Frei Paulo. Iniciou sua brilhante carreira no ano de 1970, como Juiz da Comarca de Tobias Barreto e, desde então, se destacou não apenas por seu inquestionável saber jurídico, mas também por sua honradez e grande capacidade de agremiar amigos e admiradores.

Como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe nobilitou o Poder Judiciário, impondo um trabalho vanguardero, sempre em defesa dos princípios democráticos e de uma justiça voltada para o social, que ficou sobejamente evidenciado com a introdução da justiça volante no estado, que em muito melhorou as condições de prestação de serviços à comunidade.

Sendo assim, submeto à alta consideração dos demais Senhores Senadores o presente Requerimento de Pesar pelo falecimento do Desembargador Antonio Góes, um sergipano que servirá de exemplo para as gerações pósteras.

Sala das sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a para fazer o encaminhamento de votação logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tendo assinalado minha presença na sessão plenária, requeiro que seja considerada como licença, autorizada nos termos do art. 13, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência das votações nominais das matérias constantes da Ordem do Dia, do dia de hoje, 25 de junho de 2003 (quarta-feira), tendo em vista minha presença na solenidade de posse do Exmo Sr. Ministro Carlos Augusto Ayres de Brito, no Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 25 de junho de 2003. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O expediente lido vai à publicação.

O Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à **ORDEM DO DIA**

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 119, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 119, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

À Medida Provisória foram apresentadas 40 emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Deputado José Rocha (PFL – BA) e o Senador Luiz Otávio (PMDB – PA) foram designados, respectivamente, Relator e Relator Revisor da matéria, na referida Comissão.

O Parecer nº 32, de 2003, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conclui preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 29 de maio, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 04;
 - o prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotar-se-á no próximo dia 29;
 - a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 11 do corrente.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação o Parecer nº 32, de 2003, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permanecam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão, em conjunto, da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória nº 119, de 2003, aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas. (Pausa.)

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 40, apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de parecer contrário. (Pausa.)

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam
queiram permanecer sentados (Pausa)

Rejeitadas

A matéria vai à promulgação

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 119, DE 2003

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$89.128,000,00 (oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais), para atender à programação Constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do próprio Órgão, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

É a seguinte a matéria aprovada

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 23, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira, tendo

Pareceres sob nºs 693 e 694, de 2003, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável; e

– de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, não foram oferecidas emendas à proposição.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único. (Pausa)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores, pois se trata de iniciativa inédita a que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta neste projeto que diz respeito ao pagamento de indenização pela condição de trabalho escravo. A denúncia ocorreu em 1989. O trabalhador foi submetido à condição análoga de trabalho escravo em uma fazenda localizada no sul de meu Estado, o Pará, que, infelizmente, ainda ostenta o título de campeão do trabalho escravo. Mas não tenho a menor dúvida de que esse é um título que perdemos muito em breve, e com muito orgulho.

E cito alguns números: durante todo o ano passado, foram libertados 1.468 trabalhadores em condição análoga à de trabalho escravo. Este ano, de janeiro a maio, foram libertados 1.982 trabalhadores. Assim, acredito que o projeto de lei que prevê essa indenização junto com as ações do nosso Governo – e não tenho a menor dúvida de que o Senado vai aprovar – é uma demonstração clara de que queremos erradicá-lo. Não queremos diminuir, queremos erradi-

car, pôr fim, acabar com o trabalho em condições análogas ao trabalho escravo no nosso País em pleno Século XXI. Infelizmente, isso ainda é realidade. Não cabe apenas diminuí-lo, cabe erradicá-lo.

Por isso, quero fazer um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores, para votarmos a favor e continuarmos apoando o trabalho de erradicação ao trabalho escravo no Brasil. Infelizmente, o Estado do Pará é o de maior incidência, mas já percebemos uma mudança de comportamento até nos empresários, inclusive do setor agrícola. Já se percebe uma mudança de postura no sentido de que os próprios empresários, os próprios fazendeiros da região já querem sentar para discutir, exatamente porque não querem mais ser conhecidos no Brasil inteiro como praticantes de trabalho escravo. Tem muita gente séria naquela região.

Portanto, Sr. Presidente, acho que será uma ação que entrará para a história. Não tenho dúvidas de que o Senado da República contribuirá, entrando para a história, com a indenização, para fazer justiça a esse cidadão que foi submetido à condição análoga de trabalho escravo. Ao longo desses anos, erradicaremos, poremos fim, totalmente, no Século XXI, a essa condição tão triste, fazendo inclusive com que a OIT se pronunciasse diversas vezes sobre isso, para que ponhamos um fim de uma vez ao trabalho escravo no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo-a ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero apenas complementar as palavras sábias, sensíveis da Senadora Ana Júlia Carepa sobre essa matéria.

Essa ação do Governo do Presidente Lula expressa uma responsabilidade elevada com o Estado de Direito, o Estado democrático, com os direitos humanos, com a dívida social tão elevada, que está consolidada ao longo dos séculos na história brasileira; expressa o compromisso assumido durante a campanha do Presidente da República com aqueles que não têm, neste País, hoje, o direito a um café da manhã, a um almoço, a um jantar; e expressa a responsabilidade efetiva com a proteção e com a dignidade com a pessoa humana.

É um compromisso atual do Governo brasileiro com os organismos internacionais que atuam na prática e na defesa dos direitos humanos, como a Organização Internacional do Trabalho, a Organização dos

Estados Americanos, como todas as organizações não-governamentais que têm tentado defender a vida e a dignidade humanas.

Essa é uma homenagem à história de Joaquim Nabuco, quando alertava sobre o risco de um processo de libertação dos escravos que não tivesse o papel da proteção do Estado àquele novo cidadão, àquele novo membro da sociedade brasileira, à formação dos quilombos, à marginalização das pessoas humildes deste País, que tem se arrastado ao longo dos anos até os dias atuais.

Penso ser uma matéria de grande mérito que simboliza um novo Governo. Vale lembrar que é uma matéria inédita e que configura uma responsabilidade absoluta da Presidência da República com a causa dos direitos humanos, com o Estado democrático e com o Brasil à altura de seu tempo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, falo como Relator da matéria.

Sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 23, de 2003, que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira, foram ditas algumas coisas importantes nesta tarde. Tanto a Senadora Ana Júlia Carepa como o Senador Tião Viana falaram do valor que o Governo do Presidente Lula dá a causa do trabalhador, em especial em nosso Estado do Pará, onde aconteceu esse caso. Hoje, o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula, repara um erro, devolvendo oportunidades a esse cidadão e sua família e procedendo conforme indicações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Essa autorização legislativa vai dar condições para que possamos reconstituir a cidadania e a dignidade de outras famílias que foram prejudicadas por essa condição. Eu não diria que o Estado do Pará deva ser conhecido por ser recordista ou líder do trabalho escravo. Ao contrário, o Estado do Pará recebe uma grande quantidade de brasileiros de todos os Estados, de todas as localidades, de todos os rincões do Brasil. São milhares de brasileiros que se dirigem ao novo eldorado do ramo da pesquisa e da mineração. Nossa Estado é conhecido pelo grande número de garimpeiros que lá se encontram. O Senador Edison Lobão é profundo conhecedor da causa. Já estivemos lá atendendo às reivindicações dos garimpeiros do sul do Pará.

E o Estado do Pará recebe as pessoas de braços abertos, exibindo sua competência e sua capacidade em gerar empregos e renda. E, realmente, uma parte dos brasileiros que lá vive é explorada no tra-

lho escravo. É um problema grave. O Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais têm dado solução a esses problemas. O Governo Federal fiscaliza a exploração do trabalho pela Delegacia do Trabalho. São também responsáveis pela fiscalização a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Secretaria Estadual de Trabalho e Promoção Social e as Secretarias de Promoção das Prefeituras, que fazem um trabalho de acompanhamento da questão, para erradicar esse sério problema.

No entanto, não me alegra – e ninguém se alegra por isso – fazer referência a essa liderança. O Pará é um Estado que dá orgulho aos brasileiros, pois é superavitário na balança comercial. Participa, na balança de pagamentos, com mais de US\$2 bilhões há mais de 11 anos. Nos últimos 11 anos, dos US\$24 bilhões de resultados positivos na balança comercial, participou com US\$17 bilhões, pelas exportações do minério, principalmente o minério de ferro. Isso tudo graças ao potencial do Pará, à gana e à garra da sua população e à seriedade dos seus Governantes, sobretudo o ex-Governador Almir Gabriel e o Governador Simão Jatene. Foi uma enorme satisfação relatar este projeto tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto na Comissão de Assuntos Econômicos.

Meu parecer é favorável, tendo em vista a importância de reconstituir o cidadão José Pereira Ferreira – e outros que, com certeza, ainda serão beneficiados pelo projeto – e dar-lhe um futuro digno. Isso também é uma honra e satisfação para o Presidente da República, que pode dar essa condição para esse brasileiro.

O parecer é favorável e tenho certeza de que esta Casa aprovará este projeto por unanimidade das Sr^{as}s e Srs. Senadores, como sempre aprovou projetos importantes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apenas queria fazer um registro para a História.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, estou-me dirigindo a V. Ex^a, para fazer-lhe uma homenagem por este projeto. Com muito orgulho, eu era chefe da Polícia Federal quando V. Ex^a exerceu, com dignidade, o cargo de Presidente da República. Por mais de uma vez, V. Ex^a determinou que combatêssemos o trabalho escravo onde ele se fizesse presente. Várias dili-

gências, inquéritos e procedimentos foram efetivados durante o Governo de V. Ex^a.

O Presidente Lula cumpre uma medida importantíssima, que é o resarcimento à pessoa prejudicada por ser explorada em trabalho análogo ao de escravo. E o art. 3º dá a possibilidade de a União se resarcir dessa despesa com procedimentos judiciais.

Inquéritos estão em andamento desde o Governo de V. Ex^a, quando determinou diligências para que se exterminasse por completo a possibilidade da continuidade de trabalhos escravos.

Era o registro, Sr. Presidente, que eu queria deixar para a História.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003, sem prejuízo da emenda.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, da CAE.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2003

(Nº 331/2003, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder indenização de R\$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) a José Pereira Ferreira, portador da carteira de identidade RG nº 4.895.783 e inscrito no CPF sob o nº 779.604.242-68, por haver sido submetido à condição análoga à de escravo e haver sofrido lesões corporais, na fazenda denominada Espírito Santo, localizada no sul do Estado do Pará, em setembro de 1989.

Parágrafo único. O pagamento da indenização prevista no **caput** exime a União de efetuar qualquer outro resarcimento ao beneficiário.

Art. 2º A despesa decorrente do disposto nesta lei correrá à conta de recursos alocados ao Programa de Trabalho Direitos Humanos, Direito de Todos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 3º A União será resarcida dos gastos resultantes da autorização contida no art. 1º desta lei, utilizando-se, se necessário, das ações ou procedimentos administrativos ou judiciais cabíveis, assegurada ampla defesa.

Art. 4º o disposto nesta lei poderá ser aplicado a casos análogos, mediante prévia instauração do processo ou procedimento adequado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH e autorização legislativa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Emenda nº 01-CAE

Suprima-se o art. 4º do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da emenda do Senado ao projeto, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

PARECER Nº 701, DE 2003
(Da Comissão Diretora)

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331, de 2003, na Casa de origem), que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira.

Sala de Reuniões da Comissão, em 25 de Junho 2003.– **José Sarney**, Presidente, **Paulo Paim**, **Romeu, Heráclito Fortes**, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 701, DE 2003

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331, de 2003, na Casa de origem).

Autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira.

EMENDA ÚNICA

(Corresponde à Emenda nº 1 – CAE)

Suprime-se o art. 4º do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência, nos termos do art. 175 do Regimento Interno, adia **ex officio** as matérias referentes aos itens nos 3 a 6 da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados

3

PARECER Nº 692, DE 2003
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 692, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes, sobre a Mensagem nº 75, de 2003 (nº 112/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Doutora *Maria Paula Dallari Bucci* para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

4

PARECER Nº 602, DE 2003
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a Mensagem nº 99, de 2003 (nº 193/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado o nome do Doutor *Lélio Bentes Corrêa*, Subprocurador-Geral do Trabalho, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a membro do Ministério Público do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro Wagner Antônio Pimenta.

5

MENSAGEM Nº 118, DE 2003
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 118, de 2003 (nº 219/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Affonso Emílio de Alencastro Massot*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

6

MENSAGEM Nº 129, DE 2003
Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 129, de 2003 (nº 250/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Gilberto Vergne Saboia*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 7:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 1999**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (regras para demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 07 de maio último, quando teve sua votação adiada para o dia 11 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 489, DE 2003

Os Líderes Partidários abaixo assinados requerem, nos termos regimentais, o reexame pela Comissão de Constituição e Justiça da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999.

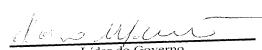
Justificação

Considerando a nova composição do Senado Federal, decorrente das eleições de 2002, e a importância do projeto em tela, é necessário se promover uma maior discussão da matéria para que os Senadores recém-eleitos possam conhecê-la mais detalhadamente, para isto solicitamos o reexame da PEC nº 38/99 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes que seja submetida à votação pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 25 de Junho de 2003. –

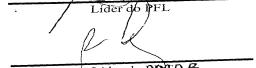

Líder do Bloco de Apoio ao Governo

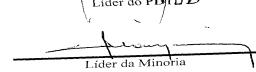

Líder do PSDB


Líder do Governo


Líder do PMDB


Líder do PFL


Líder do PNTD/B


Líder da Minoria

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento de adiamento da votação da proposta da emenda constitucional para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 8:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 44, DE 1999**

(Tramitando em Conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição Nº 31, de 1999)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Machado, que dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo, tendo

Parecer sob nº 28, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável à matéria, e pelo arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Pedro Simon.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 03 do corrente, quando teve sua discussão adiada em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, as matérias constarão da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, das Propostas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 490, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 279, II, combinado com o artigo 372 do Regimento Interno, o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, em tramitação conjunta com a Pro-

posta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, a fim de ser reexaminada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelos motivos a seguir expostos.

Justificação

A instituição do voto facultativo é um dos temas mais controversos no meio político e na sociedade. Em todos os partidos políticos representados no Congresso, podemos perceber que as suas respectivas bancadas encontram-se divididas em relação à matéria.

Na legislatura passada os senadores tiveram a oportunidade de aprofundar a análise da matéria, visto que foi constituída uma Comissão Especial sobre a reforma política, onde a matéria foi discutida e, em segundo momento, a Comissão de Constituição e Justiça debateu e aprovou as referidas proposições.

Entretanto, o Senado passou por uma profunda mudança em sua composição, atualmente são cerca de 50% novos senadores, e esta nova composição não teve a oportunidade de debater a matéria com a mesma profundidade ocorrida na legislatura anterior.

Qualquer alteração da Constituição deve ter como pressuposto a configuração de um mínimo de unidade para a aprovação. E, pelo que pôde-se perceber dos debates realizados no primeiro dia de discussão da matéria, os senadores desta legislatura, também, encontram-se divididos.

Sendo assim, para que os senadores possam deliberar sobre a matéria com pleno conhecimento e com maior unidade, é fundamental que as Propostas de Emenda à Constituição retornem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o aprofundamento deste debate, enriquecendo-o com a experiência e conhecimento dos novos senadores.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para reexame.

É o seguinte o item que tramita em conjunto

Item 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 1999

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *altera a redação do caput e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto*, tendo

Parecer sob nº 28, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, pelo arquivamento da matéria e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 10:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 1999

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *modifica o “caput” do art. 37 da Constituição Federal* (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.246, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 3 do corrente, quando teve sua discussão sobreposta em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.
Em discussão a Proposta.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 11:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 36, DE 1999**

(Incluída em ordem do dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados*, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator do vencido, *ad hoc*: Senador Luiz Pontes, com abstenção e voto vencido, em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22 de abril último, quando teve sua discussão adiada para o dia 3 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída, em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão. Em discussão a Proposta.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 491, DE 2003

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 279, do Regimento Interno, seja renovado o adiamento, para o dia 14 de agosto de 2003, da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, de autoria do Senador Maguito Vilela e outros, que “Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados”.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senadora **Iris de Araújo**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Srãs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia de hoje e retorna no dia 14 de agosto, conforme decidiu o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 12:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 34, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal* (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento), tendo

Parecer sob nº 316, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril último, quando teve sua discussão adiada para o dia 11 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída, em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lida a seguinte

EMENDA (de plenário), OFERECIDA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1999, QUE DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 6º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

EMENDA Nº 2-PLEN

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 30 do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 165 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.165.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo: (NR)

I – do efeito, sobre as receitas e as despesas, de forma regionalizada, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

II – das obras públicas iniciadas e inconclusas ou cujo início esteja sendo proposto, contendo as seguintes informações, sem prejuízo de critérios de relevância e de outras informações previstas na lei de diretrizes orçamentárias ou instituídas mediante lei:

a) percentual de execução e custo total estimado;

b) cronograma de execução físico-financeira, inclusive o prazo previsto de conclusão; e

c) relação das obras cuja execução se encontre interrompida no exercício em curso ou para as quais não haja previsão de dotação no projeto de lei orçamentária, indicando as razões dessa condição."

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente substitutivo acolhe a idéia central que preside a ambos a Proposta de Emenda Constitucional nº 34 de 1999 (PEC nº 31/99), e o substitutivo, de autoria do Senador Requião, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por isso, preserva o seu objetivo maior, que é tornar evidente a situação geral das obras sob responsabilidade estatal, suprindo o processo decisório – no curso da tramitação do projeto de lei orçamentária – com os dados e os elementos a ele essenciais, bem assim garantindo adequado nível de informações a fim de que o controle social seja exercido.

Ocorre, todavia, que as informações a serem veiculadas sobre as obras públicas apresentam-se, na PEC e no substitutivo aprovado pela CCJ, excessivamente amplas, carecendo de seleção prévia, sob pena de inutilizar a própria informação.

É, pois, o objetivo da presente emenda substitutiva delimitar a abrangência das informações solicitadas, mediante a inclusão de critério de relevância no que respeita à importância da obra pública e, consequentemente, a sua inclusão no demonstrativo de que trata a PEC sob análise.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Tião Viana**.

A series of handwritten signatures in black ink are placed over a numbered list from 2 to 29. The signatures are cursive and appear to be in Portuguese. Some names are partially legible, such as 'Tião Viana' at the top, 'Patrício' in the middle, and 'Fernando Henrique' towards the bottom right. The signatures are written in a fluid, personal style, typical of handwritten documents.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Discussão, em conjunto, da proposta e da emenda.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 13:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que altera a Constituição Federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional, tendo

Parecer sob nº 29, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril último, quando teve sua discussão adiada para o dia 11 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída,

em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão, em conjunto, da Proposta e da emenda.

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 14:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal, dispondo sobre a competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo

Parecer favorável, sob nº 384, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 3 do corrente, quando teve sua discussão sobreposta em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta.

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 15:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2001 (nº 2.448/2000, na Casa de origem), que altera a redação do art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral (institui a obrigatoriedade do depoimento pessoal no processo penal eleitoral), tendo

Parecer favorável, sob nº 338, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para discutir a matéria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, considero extremamente relevante a propositura oriunda da Câmara dos Deputados. Estamos totalmente de acordo com a relatoria, porque, de fato, a legislação eleitoral tem que ter um rito de celeridade e rapidez decisória em face do prazo em que se dá a disputa eleitoral. Portanto, é correto que apresente tramitação própria, que não é a mesma constante do art. 394 do Código de Processo Penal, segundo o qual a denúncia, a citação do réu e a designação do interrogatório têm tramitação muito mais rigorosa, lenta, cuidadosa. Então, a legislação eleitoral tem que ser assim, por definição.

Contudo, a rapidez dos feitos eleitorais não pode atropelar as garantias fundamentais dos cidadãos, que não podem ser julgados sem terem o direito de ser interrogados, sem poderem testemunhar ou apresentar sua defesa.

Por isso, estamos totalmente de acordo com o espírito da lei que assegura essa prerrogativa ao réu nos processos eleitorais. No entanto, queremos fazer uma emenda, porque creio que há um problema no texto da relatoria final, que diz o seguinte:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 359. Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para o depoimento pessoal do acusado, ordenando a citação deste e a notificação do Ministério Público.

Parágrafo único. O réu ou seu defensor terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas ou arrolar testemunhas.

Não pode ser assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores. Não podemos dar ao réu como opção a alegação por escrito ou o arrolamento de testemunhas. Aqui teríamos que ter “e arrolar testemunhas”.

Pergunto ao nosso Relator se poderia incorporar essa mudança porque tenho certeza de que ela expressa o verdadeiro sentimento do texto legal e tenho absoluta convicção da preocupação do Relator pelo excelente trabalho que foi feito pelo Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador César Borges.

[PARECER Nº 702, DE 2003-PLENÁRIO]

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero, neste momento, agradecer a intervenção do nobre Líder Aloizio Mercadante, além de parabenizá-lo pela acuidade na verificação da redação do texto que apresentamos como relato aprovando a proposição que veio da Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, a própria redação original da Lei nº 4.737, de 1965, diz, no seu art. 359:

Art. 359. Recebida a denúncia, citado o infrator, terá este o prazo de dez dias para contestá-la, podendo juntar documentos que ilidam a acusação e arrolar as testemunhas que tiver.

Este é o espírito da lei original. É claro que este espírito está sendo mantido. Então, não poderia ser uma opção entre fazer as alegações ou arrolar testemunhas, mas, sim, “e arrolar testemunhas”. Quer dizer, além de fazer as alegações escritas, também, no mesmo período, arrolar testemunhas.

Portanto, a Relatoria está de pleno acordo com a emenda de redação oferecida em plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Aloizio Mercadante, peço que V. Ex^a formule a emenda de redação para que ela possa ser submetida à Casa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, basicamente, a correção é para que o réu tenha o direito de fazer alegações escritas e arrolar testemunhas. Não podemos colocar a opção para a defesa: alegações escritas ou arrolar testemunhas.

O parágrafo único diz: “O réu ou seu defensor terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas ou arrolar testemunhas”. Na realidade, deve ser: “O réu ou seu defensor terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas”. É evidente que, do ponto de vista processual, ele faz alegações e arrola testemunhas para sua defesa.

Portanto, tem de ser feita uma mudança na redação. Essa mudança pode ser considerada uma emenda de redação. É evidente que o sentido do texto é “alegações escritas e arrolar testemunhas”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador César Borges, submeto ao parecer de V. Ex^a a emenda de redação substituindo “alegações escritas ou arrolar testemunhas” por “alegações escritas e arrolar testemunhas”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, minha intervenção anterior foi exatamente no sentido de concordar com a emenda, agradecendo e parabenizando o Senador Aloizio Mercadante pela acuidade. É a correção de um equívoco cometido, provavelmente, no momento em que foi redigido o relato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O problema do “ou” e do “e” sempre foi tema do debate parlamentar. Na discussão de Carneiro Ribeiro com Rui Barbosa, na Réplica e na Tréplica, muitas páginas foram escritas sobre esse assunto. Rui, defendendo-se de abusar do uso da vírgula antes do “ou”, evocou o exemplo dos clássicos, como Vieira e Alexandre Herculano, que assim pontuavam. No caso, basta substituir o “ou” pelo “e” e, então, “arrolar testemunhas”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas é exatamente pela herança de Rui Barbosa, a sabedoria da Presidência e a competência do Relator que não precisamos de tanto tempo para substituir o “ou” pelo “e”. Acredito que é a evolução da democracia e da história do País essa cultura vasta que V. Ex^a representa na vida parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – E não temos que discutir a vírgula.

Em votação o Projeto de Lei Câmara nº 79, de 2001.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovarem queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto a emenda ao Plenário.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 79, DE 2001

(Nº 2.448/ 2000, na Casa de origem)

Altera a redação do art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 359. Recebida a denúncia, o Juiz designará dia e hora para o depoimento pessoal do acusado, ordenando a citação deste e a notificação do Ministério Público.

*Parágrafo único. O réu ou seu defensor terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 16:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2001 (nº 4.162/2001, na Casa de origem), que altera o *caput* do art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968 (inclui as empresas, fundações e sociedades civis prestadoras de serviços de locação de bens móveis entre as que podem emitir fatura e duplicata), tendo

Parecer favorável, sob nº 381, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator Senador Eduardo Azeredo.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 492, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 279, I, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2001, que “altera o *caput* do art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, (inclui as empresas, fundações e sociedades civis prestadoras de serviços de locação de bens móveis entre as que podem emitir fatura e duplicata) a fim de que a proposição seja examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelos motivos a seguir expostos.

Justificação

O autor, ao justificar a apresentação da proposição objeto deste requerimento, assevera que em virtude do Decreto-Lei nº 406/88, as empresas locadoras de bens móveis foram classificadas como presta-

doras de serviços, inclusive passando a contribuir com ISS.

Em decorrência da citada classificação, estas empresas entenderam ser possível a emissão de faturas e duplicatas, procedimento que acarretou diversos questionamentos na esfera do Poder Judiciário.

Estas discussões, no âmbito do judiciário, evoluíram para um posicionamento do Supremo tribunal Federal que concluiu pela inconstitucionalidade da expressão “locação de bens móveis”, constante da lista de serviço anexa ao Decreto-Lei nº 406/68 e Lei Complementar nº 56/97, conforme decisão:

“Classe / Origem

RE – 116121/SP

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Publicação

DJ DATA – 25-5-01 PP– 00017 EMENT VOL-02
2032-04

Relator (a)

Min. OCTÁVIO GALLOTTI

Rel. Acórdão

Min. MARCO AURÉLIO

Julgamento

11-10-2000 – Tribunal Pleno

Ementa

TRIBUTO – FIGURINO CONSTITUCIONAL. A supremacia da Carta Federal é conducente a glosar-se a cobrança de tributo discrepante daquele nela previsto.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – CONTRATO DE LOCAÇÃO. A terminologia constitucional do Imposto sobre serviços revela o objeto da tributação. Conflita com a Lei Maior dispositivo que imponha o tributo considerado contrato de locação de bem móvel. Em direito, os institutos, as expressões e os vocábulos têm sentido próprio, descabendo confundir a locação de serviços com a de móveis, práticas diversas regidas pelo Código Civil, cujas definições são de observância inafastável – artigo 110 do Código Tributário Nacional.

Votação: Unânime, quanto ao conhecimento e por maioria quanto ao resultado, vencidos os Ministros Octávio Gallotti, Carlos Velloso, Ilmar Galvão, Nelson Jobim e Maurício Corrêa.”

Visto que a definição de locação como serviço não é pacífica, inclusive em função de decisões judiciais, cabe, neste momento, dirimir as dúvidas existentes. Neste sentido, por serem as dúvidas de aspectos da competência específica da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, torna-se necessária a manifestação desta Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 17:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 97, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2002 (nº 379/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, tendo

Parecer sob nº 207, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 7 de maio último, quando teve sua discussão adiada para o dia 18 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída, em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Peço aos ilustres Senadores que se manifestem de imediato sempre que desejarem participar da discussão, para que a Mesa não a encerre havendo ainda Parlamentares que queiram discutir a matéria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS).

Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como Relator do projeto, dei parecer favorável com a emenda de redação. No entanto, apresento uma segunda emenda de redação, visto que há uma palavra, no § 1º do art. 20, que deve ser modificada.

Art. 20.....

§ 1º Os processos de que trata esta lei terão prioridade sobre todos os demais, correndo, inclusive, nos períodos de férias e recessos forenses, bem como neles devendo se iniciar.

Não pode haver uma palavra imperativa, mas, sim, facultativa. A modificação proposta é: “podendo iniciar”. Por essa razão, há uma emenda de redação final de minha autoria para que haja o aperfeiçoamento do texto desse artigo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ia chamar a atenção dos Srs. Senadores para esse artigo extremamente mal redigido. Em primeiro lugar, falta clareza na frase: “... neles devendo se iniciar”. O que se quer dizer, no recesso ou nas férias? Em segundo lugar, é imperativo, como observou o Relator. Em terceiro lugar, contém um erro de português: o pronome está solto entre dois verbos. V. Ex^a, Sr. Presidente, que é um homem de letras, sabe avaliar a questão. Nós, Senadores, temos o dever de zelar pelo vernáculo, tão maltratado neste País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de continuar a discussão da matéria, esclareço à Casa que, na votação anterior, a emenda aprovada substitui uma conjunção pela conjunção alternativa “ou”. Neste caso, mudamos um verbo, alterando totalmente o sentido do projeto. Então, não podemos receber a emenda como sendo de redação. Se o Plenário assim desejar, a matéria voltará à Comissão, para que se proceda a uma nova redação.

Esperaremos a formalização do requerimento para votá-lo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estamos de acordo com que o projeto seja novamente encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estou esperando que seja formalizado o pedido. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 493, DE 2003

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto PLC 97/2002, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de CCJ.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Tião Viana, Aloízio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^{as}s e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agradeço aos Senadores Jefferson Péres e Juvenício da Fonseca pela vigilância da redação do projeto, o que, sem dúvida, ajuda a Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 18:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2003 (nº 5.063/2001, na Casa de origem), que denuncia “Rodovia Jorge Amado” o trecho da Rodovia BR-415 que interliga as cidades de Itabuna e Ilhéus, no Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável sob nº 311, de 2003, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Fátima Cleide.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 3 do corrente, quando teve sua discussão sobreposta, em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 8, DE 2003

(Nº 5.063/2001, na Casa de origem)

Denomina “Rodovia Jorge Amado” o trecho da Rodovia BR-415 que interliga as cidades de Itabuna e Ilhéus, no Estado de Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Jorge Amado” o trecho da Rodovia BR-415 que interliga as cidades de Itabuna e Ilhéus, no Estado da Bahia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 19:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 25, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2001, de autoria do Senador Waldeck Ornélia, que altera o art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.276, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Bello Parga, com votos contrários dos Senadores Iris Rezende, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra e Roberto Requião.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23 de abril último, quando teve sua discussão adiada para o dia 4 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída, em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Almeida Lima para discutir.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Liderança do nosso Partido, da forma mais acertada possível, orienta a Bancada pela rejeição deste projeto. E outra não poderia ser a orientação. Trata-se da pretensão de se estabelecer mais um absurdo na legislação eleitoral pela confusão que se pretende estabelecer junto ao eleitor com esta proposta.

Hoje, para determinado segmento dos nossos eleitores, já é difícil memorizar os dois algarismos que representam o partido na votação de um candidato a cargo majoritário. Nos programas de rádio e televisão, desde o primeiro instante do processo eleitoral, preocupa-se com a veiculação permanente, reiterada, inconsistente do número que representa aquele candidato. Imaginem se uma coligação com cinco partidos tiver que divulgar os cinco números que representam os integrantes da coligação.

Creio até e tenho verificado isto basicamente em toda a legislação eleitoral que a classe política, o Congresso Nacional, quanto a este aspecto, só tem procurado criar dificuldades, cada vez maiores, para a própria classe política. E outro absurdo, na segunda parte dessa propositura, é procurar vincular o terceiro número a ser adicionado aos dois que caracterizam a legenda partidária. Pela legislação atual, é dado o direito ao partido e ao candidato de escolherem esse número. O número do meu partido, por exemplo, é o 12. Ao meu partido e ao candidato ao Senado Federal é dado o direito de escolher o terceiro número, segundo nossa conveniência. Agora, vem um projeto de lei para alterar, fixando, limitando, tolhendo o direito que o partido e o candidato têm à escolha do terceiro algarismo para compor o número do candidato a Senador quando da eleição correspondente aos dois terços!

Fui candidato no meu Estado com o número 123. Sim, porque o número do meu partido é 12. Com a liberdade atual, o candidato e o partido podem fazer a escolha mais conveniente, que se ajuste melhor ao interesse deles. Mas parece-me que a classe política perdeu o juízo, pois, neste País, só se cria legislação eleitoral para dificultar a classe política. Nunca vi se criarem tantas normas eleitorais para dificultar, neste caso, não apenas o partido e o candidato, mas o próprio eleitor.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, é da conveniência do candidato fazer a composição do seu número da forma mais adequada possível e que facilite ao seu eleitorado consagrá-lo na urna. Mas não! O objetivo desse projeto é dificultar, uma vez que limita para o candidato a Senador, quando da eleição dos dois terços, adicionar ao número do seu partido apenas o número 1 ou 2. Ele não cria facilidade e não mantém a liberdade que o partido tem para escolher seus algarismos. Na eleição proporcional, a depender do número de candidatos do partido, estes se juntam e escolhem os melhores números, os que facilitam a compreensão do eleitorado. É assim que deveria ser. Esse projeto, além de tudo, quebra essa seqüência e a consciência que o eleitor já possui diante de eleições anteriores. Em cada eleição, ficamos a mudar regras. Isso é um absurdo!

Esse projeto de lei vem modificar a situação sensivelmente. Uma coligação com cinco partidos, no caso de uma eleição para Governador, Presidente ou Prefeito, em seu programa de televisão, em vez de divulgar apenas uma dezena, deverá divulgar todos os números dos partidos que a compõem, porque tem que acudir aos interesses do partido "a", "b", "c" e assim sucessivamente. É mais conveniente a fixação de um número apenas, e não a possibilidade de mais de um.

Por sua vez, o Senador não pode adicionar o número que lhe convém. Digamos que o número seja 13, do Partido dos Trabalhadores. Atualmente, se entender por bem, ele pode acrescentar o zero como último algarismo. Cento e trinta será um número redondo, que facilitará a memorização pelo eleitor. E assim sucessivamente. Se o número do partido for 23, salvo engano é o PPS, o candidato a Senador pode querer colocar o número 4. No entanto, por esse projeto de lei, estará obrigado a incluir exatamente aquele número, o que será uma camisa-de-força. Parece-me que não nos acostumamos com a liberdade que temos. Se temos liberdade para escolher, por que a vinculação?

Sendo assim, peço a atenção, a compreensão das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores para rejeitar esse projeto, que em nada contribui para o processo eleitoral. Cria apenas mais uma dificuldade para a classe política.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua a discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Waldeck Ornelas, na minha visão, vai complicar muito o entendimento dos eleitores acerca da numeração dos candidatos. Nos últimos pleitos, temos conseguido que as eleições ocorram com presteza. A apuração tem sido rápida, e o eleitor tem tido facilidade para assimilar os números propostos, que são os números dos partidos. Entendo que esse projeto vai complicar demais o sistema eleitoral.

Por isso, manifesto-me totalmente contrário à aprovação do projeto do ilustre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Gostaria de ser bem objetivo e rápido. Para votar, o eleitor precisa memorizar 19 algarismos para todo o conjunto da votação. Especialmente quando se trata de uma eleição casada. Para simplificar o processo eleitoral, a propaganda tem que se concentrar em um único nú-

mero. O eleitor tem que transformar o candidato em um número. Então, fazemos um esforço brutal na campanha para fazer com que o eleitor memorize um número e o associe ao candidato. Não faz sentido para uma coligação de quatro ou cinco partidos trabalhar com mais quatro ou cinco números. Isso dificulta o processo eleitoral, prejudica o eleitor e o candidato. Tenho certeza de que o espírito era outro. No entanto, o resultado é exatamente esse. Imaginem, por exemplo, a Coligação PSDB, PFL, PPB e PTB, cujo número era 45. Ela teria que trabalhar com o número de todos os Partidos. Isso não tem sentido.

Assim, proponho que rejeitemos o projeto e que possamos discutir a reforma política. Na concepção atual, seguramente, o projeto não traz nenhum benefício ao processo democrático, aos eleitores e aos candidatos. Solicito que encaminhemos pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua a discussão. (Pausa.) Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro sobre a autoria do projeto, mais especificamente sobre a qualidade do autor. O Senador Waldeck Ornelas é um dos expoentes do nosso Partido. Foi autor de grandes e bons projetos. Apresenta, na melhor das intenções, mais esse projeto, que possui vantagens e grandes desvantagens. Ele pode confundir o eleitor, é uma matéria controversa. Na própria Bancada do PFL, há divergências de opiniões por razões respeitáveis.

Manifesto-me pessoalmente favorável ao projeto até pelo apreço que dedico ao autor, mas, na Bancada, pelas divergências, há opiniões favoráveis e contrárias. Por isso, no PFL, a matéria está em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dar uma explicação sobre esse projeto apesar de não ser de minha autoria, mas do ex-Senador Waldeck Ornelas, um companheiro nosso que não está mais no Senado. Para não dar impressão de que S. Ex^a, de certa maneira, propôs algo absurdo, gostaria de dizer que a idéia original do projeto foi exatamente permitir que, quando houvesse uma coligação, o eleitor pudesse votar em qualquer número referente aos Parti-

dos que dela participassem. Por exemplo, numa coligação PFL/PSDB, com um candidato do PSDB para Presidente, o eleitor do PFL que votasse no número 25 para Presidente estaria votando também no número 45 para Presidente. Essa era a idéia original do projeto. Quando isso passa para o caso de Senador, em que há possibilidade real de haver dois candidatos na mesma coligação, realmente essa alternativa gera mais confusão que benefício.

Na realidade, pronuncio-me também contrário ao projeto, na forma como está apresentado. Apenas gostaria de dar explicação de como o projeto foi originalmente esquematizado no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação à matéria, o PSDB, que libera cada um dos seus Senadores para tomar a atitude que lhes melhor venha à cabeça, aproveita, pela sua Liderança, para dizer que de forma alguma nos passaria pelo cérebro o pensamento de que fosse estapafúrdia uma idéia do Senador Waldeck Ornelas, grande Ministro da Previdência, homem público que se portou com singularidade nesta Casa. É hora de homenageá-lo e de dizer que o PSDB libera seus membros para optarem ou não, da maneira mais livre que puderem, conforme é o porte do nosso Partido, em relação à matéria do Senador Waldeck Ornelas, pela Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua em discussão a matéria.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza, apesar de não me ter falado de forma específica, pontual sobre esse projeto, de que o Senador Waldeck Ornelas o fez com as melhor das intenções, para tornar as eleições sempre mais transparentes, para que o eleitor tenha as informações de que necessita para a sua decisão e entenda a existência de uma coligação partidária, sabendo quais Partidos estão a apoiar aquele determinado candidato. Inclusive, Sr. Presidente, pretendeu também o Senador Waldeck Ornelas que todos os Partidos que compusessem uma coligação tivessem a oportunidade de, ao receber o voto no candidato majoritário, serem contemplados com a preferência do eleitor no voto partidário.

Se o Partido faz parte de uma coligação, entende o Senador Waldeck Ornelas – leio na justificativa do seu projeto – que ele deveria participar também da sua numeração, incluindo o número referente ao Partido e permitindo que ele possa também usufruir da preferência do eleitor e não apenas o Partido a que o candidato ao cargo majoritário está filiado. Sem sombra de dúvida, em relação aos votos do eleitor, o Partido que estaria sendo privilegiado, por constar da numeração da coligação apenas o seu número, seria o do candidato ao cargo majoritário.

Repto isso, porque tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, de que o Sr. Waldeck Ornelas elaborou esse projeto com espírito democrático, para fazer com que o eleitor seja informado. Efetivamente, pode um projeto desses trazer mais informações que perturbem a cabeça do eleitor na decisão do seu voto, visto que o processo eleitoral se tornou complexo, por ser preciso digitar o número para que seja sufragado o candidato ao cargo majoritário. Infelizmente, é uma verdade. Com certeza, nosso eleitor vai-se deparar e sofrer com a multiplicidade de números no momento de uma coligação, principalmente ampla.

Aqui falo para defender o mérito do projeto, por sua qualidade, pela autoria do Senador Waldeck Ornelas, pela sua competência e pela sua intenção em atender a democracia brasileira. No entanto, reconheço também que o projeto poderá efetivamente, quando da sua aplicação, trazer algum tipo de dificuldade ao eleitor no momento de dar o seu voto, quando estiver defronte à urna eletrônica.

Portanto, essa é nossa posição, acatando o entendimento dos Líderes do meu Partido, o PFL, Senador José Agripino, e do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2001.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

É o seguinte o projeto rejeitado

PROJETO DE LEI NO SENADO Nº 152, DE 2001

Altera o art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I e o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.

I – Os candidatos aos cargos majoritários concorrerão com o número do partido pelo qual foram registrados ou, no caso de coligações, com todos os números dos partidos que dela participem, acrescidos, nas eleições para a renovação de dois terços do Senado, do número um ou dois à direita:

§ 3º Os candidatos de coligação, nas eleições majoritárias, serão registrados com todos os números dos partidos que dela participem, acrescidos, nas eleições para a renovação de dois terços do Senado, do número um ou dois e, nas eleições proporcionais, com o número de legenda do respectivo partido acrescido do número que lhes couber, observado o disposto no parágrafo anterior. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro que, após a Ordem do Dia, ficamos de realizar a reunião inaugural da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará o, visto como escândalo, Banestado.

Lembro também que, no acordo feito, temos como segundo vice-presidente um nome do PFL da Câmara, Deputado Rodrigo Maia; o Relator é o Deputado José Mentor, do PT da Câmara; e o Presidente é do Bloco da Minoria, o Senador, pelo PSDB, Antero Paes de Barros.

Gostaria que a Mesa nos ajudasse com essa convocação, porque começariam logo esse trabalho tão esperado pela Nação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Arthur Virgílio, a Comissão já está convocada, tendo havido adiamento da reunião para hoje. Assim, creio que os membros da Comissão estarão presentes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estamos totalmente de acordo com a preocupação acerca da instalação da CPI ainda hoje, o que é muito importante para o Congresso, mas tínhamos a indicação de alguns nomes para serem votados. Penso que o Presidente tomou uma atitude bastante responsável com a instituição, retirando de ofício essa votação, mas pergunto aos Líderes dos diversos Partidos se há objeção a algum nome. Quando há objeção, Sr. Presidente, realizamos uma sessão secreta para discutir os argumentos com transparência e para politizar as decisões, como é da natureza desta Casa.

Então, sem essa mediação, será muito difícil votarmos nomes, em função do que tem ocorrido em votações anteriores. Assim, solicito aos Líderes que, caso não haja nenhuma objeção aos nomes que estão sendo apresentados, que votemos hoje e, se houver objeção, que realizemos uma sessão secreta para realizar o debate político, como é da natureza do Parlamento. Como todas as matérias polêmicas que votamos, a indicação e a homologação de nomes não podem ser tratadas de forma diferente.

Solicito à Mesa um requerimento para recolocar o ofício na pauta e para votarmos ainda hoje essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se os Srs. Líderes concordarem, a Mesa incluirá na pauta as proposições dela retiradas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já pude externar a minha opinião naquela tribuna a favor do voto secreto, que é uma instituição democrática e sofisticada do Parlamento ocidental. Portanto, eu não quereria, na prática, abolir esse que nasceu para proteger os súditos do rei eventualmente abusivo e que merece uma discussão muito prolongada, para chegarmos a uma conclusão sobre o convencimento de quem por ventura passe ou não a adotá-lo no seu elenco de idéias.

Mas, desta vez, até para mostrar – acerca desse episódio canhestro e abusivo registrado pelos jornais referente à observação equivocada do Senhor Presidente da República em desfavor do Congresso Nacional e do Poder Judiciário – que não há vontade nenhuma de atrapalhar a Nação. Desta vez, abro exceção, dizendo que, até o momento, não temos nada contra nenhum dos indicados. Pode ser que, na última hora, apareça algo. Se me disserem que alguém está, na verdade, desmerecendo o cargo para o qual foi indicado, não temos por que não exercer, no voto secreto, a nossa prerrogativa. Mas parece que isso não vai ocorrer.

Portanto, na tese, sou a favor de que se respeite o voto secreto como instituição secular do Parlamento. No gênero, na espécie, hoje, entendo que podemos melhor aproveitar os trabalhos, antes da abertura da CPI, porque temos matérias, de fato, relevantes a votar, algumas por voto secreto, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa atenderá à solicitação de V. Ex^a e reincluirá na pauta as matérias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de comunicar que, amanhã, às dez horas, a Comissão de Educação terá de se reunir, pois existem muitas matérias que devem ser votadas. Como temos que votar antes do recesso, estou convocando, portanto, os Membros da Comissão de Educação, para amanhã, às dez horas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL aprova a reinserção das matérias na pauta e manifesta-se inteiramente de acordo com a posição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Após o item 20, incluiremos os Itens de 3 a 6 para serem apreciados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 20:**

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 52, DE 2002**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 10 e 11, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que *modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador*, tendo

Parecer favorável, sob nº 534, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 06 de maio último, quando teve sua discussão adiada para o dia 17 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída, em virtude da falta de acordo de Lideranças para apreciação de medidas provisórias.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora desnecessário, seria importante que pudéssemos avançar na pauta, inclusive apreciando todas as indicações que estão para ser votadas. Estamos sinceramente dispostos a colaborar, aprovando cada um desses nomes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar minha inscrição para que, em nome da Liderança do PSDB, eu possa fazer um pronunciamento de homenagem ao 15 anos do PSDB no dia de hoje

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a poderá fazê-lo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2003

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 52/2002 a fim de ser feita na sessão de 4 de setembro do corrente.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 3:**

PARECER Nº 692, DE 2003

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 692, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes, sobre a Mensagem nº 75, de 2003 (nº 112/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Doutora *Maria Paula Dallari Bucci* para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa.)

Peço às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação secreta para escolha de autoridades.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo painel eletrônico.)

PARECER N° 692, DE 2003 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

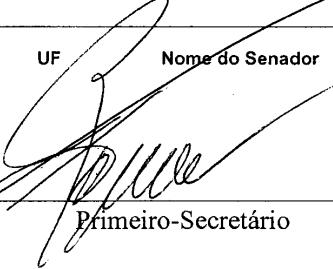
Sra. MARIA PAULA DALLARI BUCCI, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 25/6/2003

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 25/6/2003 17:42:11
Encerramento: 25/6/2003 17:44:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELE SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGripino	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
			

Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 08 Total : 48
Votos ABST. : 01

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO 8.

Houve 01 abstenção.

Total: 48 votos.

O nome da Drª. *Maria Paula Dallari Bucci* foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pelo Regimento Interno, há maioria simples para aprovação do nome.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4:**

PARECER Nº 602, DE 2003
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 602, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a Mensagem nº 99, de 2003 (nº 193/2003, na origem), pela qual o Presidente da República

submete à apreciação do Senado o nome do Doutor *Lélio Bentes Corrêa*, Subprocurador-Geral do Trabalho, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a membro do Ministério Público do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro Wagner Antônio Pimenta.

O parecer é favorável.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa.)

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

PARECER Nº 602, DE 2003 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)
Sr. LÉLIO BENTES CORRÊA, PARA COMPOR O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST

Num. Sessão: Data Sessão:	1 25/6/2003	Num. Votação: Hora Sessão:	2 14:30:00	Abertura: Encerramento:	25/6/2003 17:45:03 25/6/2003 17:47:09
Partido	UF	Nome do Senador	Voto		
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou		
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou		
PDT	PR	ALVARO DIAS	Votou		
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou		
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou		
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou		
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou		
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou		
Bloco-PT	MS	DELCIODÍO AMARAL	Votou		
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou		
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou		
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou		
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou		
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou		
Bloco-PT	DF	EURÍPIDES CAMARGO	Votou		
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou		
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou		
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou		
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou		
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou		
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou		
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou		
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	Votou		
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou		
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou		
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou		
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	Votou		
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou		
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou		
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	Votou		
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou		
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou		
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou		
PMDB	PI	MÁO SANTA	Votou		
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou		
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou		
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou		
PMDB	AP	PAPALEO PAES	Votou		
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou		
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou		
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou		
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou		
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou		
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou		
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou		
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou		
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou		
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou		
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou		
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	Votou		
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou		
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou		
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou		
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou		
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou		

Presidente: JOSE SARNEY

Votos SIM : 44
Votos NÃO : 09
Votos ABST. : 02
Total : 55

[Handwritten signatures of the First Secretary and Senator Romeu Tuma]

Primeiro-Secretário
Senador Romeu Tuma
Primeiro - Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM, 44 Srs. Senadores; e NÃO 09.

Houve 02 abstenções.

Total: 55 votos.

O nome do Dr. Lélio Bentes Corrêa foi aprovado. Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 5:**

MENSAGEM Nº 118, DE 2003

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 118, de 2003 (nº 219/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer.

MENSAGEM Nº 118, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA TCHECA

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	3	Abertura:	25/6/2003 17:47:33
Data Sessão:	25/6/2003	Hora Sessão:	14:30:00	Encerramento:	25/6/2003 17:49:32
Partido UF Nome do Senador Voto					
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou		
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou		
PDT	PR	ALVARO DIAS	Votou		
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou		
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou		
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou		
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou		
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou		
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou		
PFL	GO	DEMOSTENES TORRES	Votou		
PFL	MA	EDISON LOBAO	Votou		
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou		
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou		
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou		
Bloco-PT	PE	EPITACIO CAMARGO	Votou		
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou		
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou		
PMDB	ES	GERSOM CAMATA	Votou		
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou		
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou		
PFL	PI	HERACLITO FORTES	Votou		
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou		
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou		
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	Votou		
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou		
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou		
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou		
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou		
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou		
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou		
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou		
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou		
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou		
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou		
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou		
PMDB	PI	MÁO SANTA	Votou		
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou		
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou		
PDT	PR	OSMAN DIAS	Votou		
PMDB	AP	PAPALEO PAES	Votou		
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou		
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou		
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou		
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou		
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou		
PFL	SE	ROBERTO SANTANA	Votou		
Bloco-PT	RJ	ROBERTO TATURNINO	Votou		
PFL	BR	RODOLPHO TOURINHO	Votou		
PMDB	SR	ROMERO JUCA	Votou		
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou		
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	Votou		
Bloco-PT	MT	SÉRGYS SHLESSARENKO	Votou		
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou		
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou		
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou		
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou		

PARECER Nº 703, DE 2003 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Lê parecer:) – Sr. Presidente, o Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com dezoito votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa.)

As Srs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
<i>Presidente: JOSÉ SARNEY</i>			
Votos SIM :		44	
Votos NÃO :		12	
Votos ABST. :		00	Total : 56

Romeu Tuma
Primeiro-Secretário

Romeu Tuma
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 12 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Aprovado o nome do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 6:

MENSAGEM Nº 129, DE 2003

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 129, de 2003 (nº 250/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Gilberto Vergne Saboia*, Ministro de Primeira Classe da Carrera de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, para a leitura do parecer.

MENSAGEM N° 129, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. GILBERTO VERGNE SABOIA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DOS PAÍSES BAIXOS

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ANTÔNIO MERCADANTE	Votou
PFL	PR	ALVANOS GOMES	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CERQUEIRA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DÉMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRÉM MORAIS	Votou
Bloco-PT	DF	EDUARDO MARARGO	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
Bloco-PSC	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	Votou
PPS	ES	JOÃO VÍTOLA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOSÉ CAIBIPEIRIBE	Votou
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGripino	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PI	MÁO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SIASSUNA	Votou
PFL	PR	OLIVEIRA	Votou
PMDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	Votou
PFL	SP	ROMERO TUMA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO CAMIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRGIO SULLIVARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

PARECER N° 704, DE 2003 – CRE

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Lê parecer.) – Sr. Presidente, o Sr. *Gilberto Vergne Saboia*, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com doze votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 06 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa.)

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores já podem votar.

Informo ao Plenário que esta é a última proposição cuja votação é secreta. Em seguida, continuaremos a votação das matérias da Ordem do Dia.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo painel eletrônico.)

Abertura: 25/6/2003 17:50:25
Encerramento: 25/6/2003 17:51:58

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos SIM :	44		
Votos NÃO :	10		
Votos ABST. :	01		
Total : 55			


Primeiro-Secretário
Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 10 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 55 votos.

Aprovado o nome do Sr. *Gilberto Vergne Saboia*.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 21:**

MENSAGEM Nº 76, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 76, de 2003 (nº 114/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2003, que autoriza o *Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que específica à União Brasileira de Escritores*.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril último, quando teve sua discussão adiada para o dia 12 do corrente, data em que a pauta encontrava-se obstruída, em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação de medidas provisórias.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1.º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 495, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com o art. 279 § 1º do Regimento Interno, adiamento por 28 (vinte e oito) dias, da votação da mensagem nº 76, de 2003.

Justificação

Objetiva o presente requerimento assegurar o tempo necessário para que a retirada pelo Poder Executivo do Projeto de Lei nº 4, de 2003, seja precedida pelo diálogo entre a União Brasileira de Escritores – entidade interessada – e Governo Federal.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Romeu Tuma.**

REQUERIMENTO Nº 496, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 315, combinado com o disposto no art. 279, inciso III, do Regimento Interno, o adiamento da votação da Mensagem nº 76/2003, pela qual o Senhor Presidente da República solicita retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 4/2003, que autoriza o Instituto Nacional de Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira

de Escritores, a fim de que seja feita na Sessão de 4 de setembro vindouro.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Eduardo Suplicy.**

REQUERIMENTO Nº 497, DE 2003

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da discussão por 30 dias da MSF nº 76, de 2003, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2003, que “autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que específica à União Brasileira de Escritores.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votação, em globo, dos requerimentos que têm a mesma finalidade.

As Srªs e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Mensagem nº 76, de 2003, constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 04 de setembro vindouro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 22:**

MENSAGEM Nº 97, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 97, de 2003 (nº 173/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2001 (nº 2.282/99, na Casa origem), que autoriza o *Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Antonina, Estado do Paraná*.

Em votação a Mensagem.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2001, vai definitivamente ao Arquivo.

Serão feitas as devidas comunicações ao Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 23:**

MENSAGEM Nº 107, DE 2003

Votação, em turno único, da Mensagem nº 107, de 2003 (nº 215/2003, na origem), de 26 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita a retirada da

Mensagem nº 5, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Tomas Maurício Guggenheim*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Em votação a Mensagem, em turno único.

As Sr^{as}s e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Mensagem nº 5, de 2003, vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República e ao Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 24:**

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 136 e 155, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto, vão à Comissão de Assuntos Sociais, e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que o Requerimento nº 488, de 2003, de autoria do Sr. Senador Antonio Carlos Valadares será votado na sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Suspendo a sessão por cinco minutos, a fim de que a Casa possa receber os atletas que a visitam.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 55 minutos e reaberta às 18 horas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está reaberta a sessão.

Chamo a atenção da Casa para a visita que fazem ao Senado os integrantes da Comissão Nacional

de Atletas, homens e mulheres que orgulham nosso País nos diversos setores em que praticam e honram o esporte nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o Requerimento nº 485, de 2003, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 498, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871/2002, na Casa de origem), que institui o ano de 2003 como Ano Nacional Cândido Portinari.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Jefferson Peres – Artur Virgílio – Garibaldi Alves – Demóstenes Torres.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Tendo em vista ser a última sessão deliberativa ordinária amanhã e não havendo objeção do Plenário, as matérias constarão da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o Requerimento nº 482, de 2003, lido no Expediente, destinando a Hora do Expediente da sessão do Senado do dia 20 de agosto para homenagear a Maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o Requerimento nº 483, de 2003, lido no Expediente, solicitando a realização de sessão solene para comemorar o centenário do ex-Senador Dinarte Mariz, no dia 22 de agosto próximo.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o Requerimento nº 484, de 2003, lido no Expediente, solicitando a realização de sessão especial dia 11 de setembro em homenagem à memória de Salvador Allende, ex-Presidente do Chile.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tivemos, como V. Ex^a mencionou, a honra de receber a Comissão Nacional de Atletas, composta por vários campeões olímpicos e pára-olímpicos. Para o Senado Federal, sem dúvida alguma, é uma grande honra. Essas pessoas vêm fazendo com que o nome do Brasil se destaque pelo mundo inteiro por meio da prática desportiva olímpica e pára-olímpica.

Contudo, quero alertar as Sr^{as}s, aos Srs. Senadores e à própria Mesa que várias das pessoas que estiveram no Senado como membros da comissão de atletas, infelizmente, não tiveram acesso às dependências do Senado sem contarem com a ajuda de outras pessoas. O Senado Federal, assim como a Câmara dos Deputados, apresenta ainda inúmeras barreiras arquitetônicas que impedem o acesso do cidadão portador de necessidades especiais a gabinetes, a plenários, à Mesa, aos banheiros etc. Há uma idéia já antiga no Senado Federal – e seria um exemplo para o Brasil inteiro, para as assembleias legislativas e para as câmaras municipais – e há um pleito na Subcomissão de Pessoas Portadoras de Deficiência da Comissão de Assuntos Sociais. O Senador Eduardo Azeredo, Relator da Subcomissão, está aqui ao meu lado. É um pleito de toda a sociedade brasileira tornar-se o ambiente do Senado da República acessível a todos.

Sei do grande apreço que tem V. Ex^a, Senador José Sarney, para com as pessoas portadoras de deficiência. Fazemos um apelo nesse sentido. Sabemos da existência de estudos, no Senado da República, para várias transformações em seu contexto físico. O

apelo que faço é no sentido de que esses estudos tenham andamento e se concretizem; só assim, da próxima vez, os membros da Comissão Nacional de Atletas e outras pessoas portadoras de necessidades especiais terão acesso livre a todos os ambientes físicos do Senado da República. Isso também se refletirá nas assembleias legislativas e câmaras municipais. Tornaremos assim o ambiente do Senado ainda mais democrático com essa possibilidade de acesso. É o apelo que faço à Mesa – em particular, a V. Ex^a, grande defensor da área – com a participação do Senador Eduardo Azeredo, um batalhador nessa área e Relator dessa subcomissão no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a sabe o quanto me sensibiliza a causa dos deficientes. Sempre estive ligado a ela ao longo da minha vida pública, tendo oportunidade de, como Presidente da República, editar a Corde e as leis que até hoje aí estão e que foram melhoradas depois, sem dúvida, em favor da causa dos deficientes.

Há algum tempo, o Senado Federal está procedendo a pequenas adaptações, mas, sem dúvida, determinarei que sejam reexaminadas todas essas obras de modo que possamos concluí-las muito em breve.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Tião Viana pediu a palavra para uma questão de ordem. Em seguida, usará da palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, também gostaria de expressar minha solidariedade ao Senador Flávio Arns. Em 1999, apresentei um requerimento à Presidência do Senado Federal, tratando do tema dos portadores de necessidades especiais e pedindo acomodações na estrutura física do Senado ao fluxo dessas pessoas. Infelizmente, até hoje não obtive resposta – quatro anos já se passaram – a respeito dessa matéria. Sei que V. Ex^a tem extrema sensibilidade com o tema e irá agir a respeito.

Minha questão de ordem atende a um pedido da Bancada do PT na reunião de hoje. Sei que V. Ex^a já determinou um estudo sobre a matéria entre os membros da Mesa. Espero que se consiga fazer com que haja o cumprimento preciso do Regimento no que diz respeito ao tempo dos oradores quando do uso da tribuna. Temos um prejuízo declarado e observado por todos no cumprimento do tempo pelo fato de que os Líderes infelizmente têm extrapolado o período de fala dado pelo Regimento Interno do Senado Federal, o que tem causado sérios prejuízos aos Parlamentares.

Sugiro à Mesa que não seja dilatado o prazo de três minutos além dos 20 minutos regimentais antes da Ordem do Dia e dos 50 – reduzidos para 20 ou 30 –, que não fossem dados mais três minutos. Com isso ganham o Parlamento e a sociedade, que quer ouvir esse comportamento plural do Senado Federal. Quero prestar, na verdade, minha solidariedade a que a Mesa obtenha êxito preciso no cumprimento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa agradece a intervenção de V. Ex^a porque sabe como tem sido difícil o controle do tempo na Casa. Evidentemente, a nossa posição tem sido a de pedir aos Srs. Senadores a colaboração para que tenham todos oportunidade de usar da palavra e que o Regimento seja cumprido.

Ainda hoje remeti aos Líderes um projeto de reforma do Regimento, de modo a que a Casa possa ter instrumentos capazes de evitar o que V. Ex^a acaba de denunciar.

A Presidência tem que informar ao Plenário que nesta sessão foi concedida a palavra a Senadores pela Liderança de Partido que não era o deles, o que não tem amparo regimental. Eu não estava presidindo nesse momento a sessão, mas comuniquei à Casa que não concederei a palavra em nenhuma hipótese, uma vez que isso fere o art. 15 do nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, primeiro orador inscrito. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o turismo no Brasil vem crescendo nos últimos anos, contribuindo decisivamente para o incremento da economia nacional. Mas, sem dúvida nenhuma, precisa crescer muito mais. O setor é de importância estratégica em todo o planeta. Segundo estudos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, no ano 2000, a atividade turística gerou mais de cinco milhões de empregos. Os investimentos estrangeiros diretos na atividade turística alcançaram a média de US\$6 bilhões, e crescem a uma taxa média de 5% ao ano, segundo dados da mesma fonte.

O crescimento do apelo turístico baseado na preservação e conservação da natureza, além do patrimônio histórico e cultural, colocam o Brasil na vanguarda como um dos principais destinos nos próximos dez anos. Daí surge a necessidade de nos preparamos desde já, investindo mais em capacitação da mão-de-obra e infra-estrutura para competirmos no mercado internacional.

A Organização Mundial do Turismo prevê que para cada dólar investido em turismo por um país, ele recebe US\$6,00 como retorno. Temos de consolidar as pré-condições para um desenvolvimento harmônico entre o turismo e as belezas naturais existentes. Os impactos econômicos decorrentes desse avanço precisam ser mensurados e apresentados aos gestores públicos e privados, objetivando nortear as ações que levem o Brasil a figurar entre os vinte primeiros destinos do turismo receptivo internacional. Estima-se, hoje, em nosso País, o gasto médio anual **per capita** com o turismo em R\$261,30. O baixo valor apresentado decorre, certamente, da má distribuição de renda e da exclusão de 50 milhões de brasileiros que vivem em condições de miséria, segundo dados do Ipea.

A desvalorização cambial, sem dúvida, incentiva a procura de destinos turísticos brasileiros pelos estrangeiros. Somente os argentinos representavam até pouco tempo, cerca de 30% desses turistas e os americanos, 10%. Hoje, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essa realidade é bem diferente, mas a América do Sul representa ainda 57% do fluxo turístico internacional.

O interesse do turista estrangeiro pelo Brasil é evidente. Recebi em meu gabinete, na última semana, a visita do Embaixador da Espanha, José Cordech, que confirmou: seu país está disposto a trazer mais investimentos, principalmente na área do turismo. O diplomata espanhol me disse que deverá, nos próximos dias, fazer uma visita a Alagoas “para conhecer de perto as belezas naturais” de nosso Estado. A Espanha tem muito a nos ensinar. É um dos destinos mais procurados do mundo. A Espanha conseguiu implantar um turismo sustentável, como braço forte da atividade econômica. Os espanhóis poderiam nos passar, sem dúvida nenhuma, experiências, realizar um intercâmbio que traria frutos relevantes para o Brasil e para Alagoas.

Em nosso País, segundo o IBGE, o turismo como atividade impacta 52 segmentos diferentes da economia, empregando em sua cadeia, desde mão-de-obra mais qualificada em áreas que utilizam tecnologia, até as de menor qualificação, tanto no emprego formal quanto no informal. Somente os 10 mil meios de hospedagens existentes no País são responsáveis pela geração de 720 mil empregos, sendo 180 mil empregos diretos. Um quarto de hotel construído gera até dois empregos diretos.

Para que o Brasil se constitua em grande destino turístico mundial, é necessário que ele consolide, primeiro, um turismo interno forte, de qualidade e

competitivo, depois, um turismo intra-regional significativo, para consagrar-se como destino internacional. O brasileiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao viajar pelo País, apresenta uma tendência a permanecer em sua região em 72% dos casos, segundo pesquisa da própria Embratur.

Em 2000, um total de 40 milhões de brasileiros viajaram pelo País, gerando receitas diretas de US\$13,3 bilhões. O Brasil apresenta-se como o quarto destino mais procurado das Américas. São variadas nossas potencialidades nos diversos tipos de turismo praticados no mundo: negócios, sol e praia, ecológico, aventura, saúde, visita a parentes e amigos, entre outros. Os investimentos diretos de empresas estrangeiras no setor de turismo no Brasil passaram de um patamar equivalente a US\$2 bilhões na década de 80 para US\$7 bilhões na década de 90.

Apesar de tantos números impressionantes, o Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupa apenas o 39º lugar no ranking mundial de ingresso de turistas estrangeiros, perdendo para países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai. No entanto, contamos com grandes potencialidades nesse negócio, como os recursos naturais, que continuam sendo fatores decisivos em termos de vantagens competitivas.

O Nordeste tem, sem dúvida nenhuma, seu apelo turístico e representa as origens do Brasil, com uma matriz cultural bem diversificada. Alagoas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um verdadeiro espetáculo de magnífica beleza de coqueirais, mangues e mar, onde surgem inúmeras lagoas que produzem um toque todo especial. São 230 Km de praias. E o alagoano é caloroso, hospitalero e recebe de braços abertos quem vem de fora. Entre nossas belezas naturais, está o rio São Francisco, um verdadeiro paraíso. Do lago do Xingó e seu canyon, em Piranhas, descendo pela cidade histórica de Penedo até a foz do rio São Francisco, em Piaçabuçu, vislumbram-se cenários de raríssima beleza. Temos a maior área contínua de Mata Atlântica do Nordeste. O Parque Nacional de Zumbi, na serra da Barriga, é, sem dúvida, um marco vivo da resistência negra pela liberdade.

Maceió, a Capital do nosso Estado é um dos pólos turísticos mais significativos do Brasil, dotada de excelente rede hoteleira e uma orla que interliga as praias famosas e bonitas de Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca, entre outras. No entanto, toda essa realidade poderia, sem dúvida nenhuma, ser bem melhor se destinássemos maior volume de recursos para a infra-estrutura turística, já que o setor ocupa posição de destaque na geração de emprego. Em

Alagoas, o turismo funciona como a mais rápida alternativa para incrementar a geração de postos de trabalho e renda. Por isso, precisa, sem dúvida nenhuma, também, ser priorizado. Temos trabalhado para que o nosso Estado continue a ser considerado um pólo de atração turística dos mais importantes do Nordeste.

Conseguimos recursos orçamentários para começar a construção do novo aeroporto de Maceió, Aeroporto Zumbi dos Palmares. E mais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: obtivemos também as verbas necessárias para o início da construção do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Maceió. Além disso, garantimos recursos para recuperação da malha rodoviária do Estado, uma das principais portas de entrada do turista que chega a Alagoas. Por sua vez, o Governador Ronaldo Lessa está construindo um moderno centro de convenções – outro passo importantíssimo na direção de garantirmos a infra-estrutura necessária para o turismo.

É preciso, Sr. Presidente, desenvolver o turismo em bases sustentáveis. O turista, hoje em dia, está mais bem informado e exigente. Não quer apenas férias passivas sob o sol, mas experiências que o enriqueçam culturalmente. É necessário estimular a parceria entre os governos, os empresários e a comunidade para alcançarmos esses objetivos. Ações compartilhadas com a sociedade civil são fundamentais nesse ramo de atividade. Estimular programas de entretenimento, educação ambiental e realizar a recuperação de paisagens degradadas também são iniciativas desejadas.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Permite-me V. Ex^a. um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu cederia um aparte a V. Ex^a com muita honra, mas assumi com o Senador Leonel Pavan o compromisso de não ceder apartes, para não delongar o meu discurso. V. Ex^a, como sempre, honraria muito a minha oração. Só por isso peço desculpas, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Está desculpado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Diante de toda essa realidade, quero destacar a importância da aprovação de leis que beneficiem o turismo, bem como da urgente necessidade de reorganização e modernização da área de infra-estrutura. Além disso, temos de estar atentos para este importante momento de mudanças, que pode determinar o futuro da atividade turística nacional nos próximos anos, com a definição de uma política de turismo que estabeleça

normas destinadas a promover e a incentivar esse setor como fator de desenvolvimento social. Espera-se que seja incrementada a qualidade e a produtividade dos serviços turísticos.

É fundamental, Sr. Presidente, realçar a questão do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia e da educação profissional. Reside aí exatamente um dos fatores de diferenciação entre o Brasil e seus principais concorrentes. De igual modo, é imprescindível identificar meios e instrumentos que, em áreas como o transporte, possam remover obstáculos ao impulsionamento do turismo interno e externo no País.

Era o que tinha a comunicar a esta Casa, neste momento.

Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelo Sr. Antônio Carlos Valadares e pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eu queria dizer ao Senador Leonel Pavan que a Mesa havia decidido intercalar os oradores. V. Ex^a terá a palavra garantida.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem. Como Líder, sou o segundo inscrito, e hoje é um dia muito importante para o PSDB nacional, pois comemoramos 15 anos como Partido político.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Um momento, Senador Leonel Pavan. O Senador Papaléo Paes, que estava inscrito, vai ceder-lhe a vez.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Também sou o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Nesse caso, a comunicação inadiável ficou prejudicada, porque deveria ter sido feita antes da Ordem do Dia. Se V. Ex^a me permitir, se me der chance, quero, então, conceder a palavra a V. Ex^a pela Liderança. Em seguida, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, primeiramente, agradeço a sensibilidade, o carinho e a atenção de V. Ex^a para que o PSDB possa ser homenageado na tribuna do Senado. Agradeço também ao meu querido amigo, Senador Papaléo Paes, a cedência do seu tempo.

Desde já, solicito à Sr^a Presidente, caso eu exceda o tempo, que me conceda mais alguns minutos para terminar a homenagem ao PSDB.

Infelizmente, não pude intervir no pronunciamento sobre turismo do Senador Renan Calheiros, que falou tão bem de Alagoas. Certamente, Santa Catarina merece ser lembrada, como Alagoas e tantos outros Estados do nosso País, pelo seu potencial turístico.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PSDB completa hoje, dia 25 de junho, 15 anos de fundação. Nesse curto período, o Partido obteve resultados expressivos. O maior deles foi a eleição, por duas vezes, do Presidente da República – ambas em primeiro turno. Desempenho igualmente positivo foi obtido nos Estados: depois de eleger apenas o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, na primeira eleição estadual de que participou, em 1990, o PSDB saiu vitorioso em seis Unidades da Federação quatro anos depois; conquistou o Governo de sete Estados em 1998 e manteve o mesmo desempenho nas eleições gerais de 2002. Hoje somos oito Governadores.

Nota-se, a partir desses dados, que o PSDB é um Partido que já nasceu forte. Isso porque, desde o berço, o Partido caracterizou-se por ter perfil claramente definido: “o de uma corrente política que busca corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo, por meio de reformas livremente consentidas pela sociedade dentro de um regime democrático”, segundo definição do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, incluída numa cartilha para os candidatos tucanos nas eleições municipais de 1996:

Somos um Partido forte, com uma Bancada atuante no Congresso e participação significativa nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais em todo o País. Somos 147 Deputados Estaduais; 7.242 Vereadores. Governamos mais de um quinto das cidades brasileiras: são exatamente 1.203 Municípios.

Aliás, vale ressaltar que, neste sábado, o PSDB irá filiar novos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados Estaduais e Vereadores em Santa Catarina.

O PSDB conta hoje com 63 Deputados e 10 Senadores, que representam a maior força de oposição ao Governo Lula no Parlamento, exercida sempre em nome do interesse do País e não de razões mesquinas como as que moveram muitos dos opositores nos oito anos em que o PSDB administrou o nosso Brasil.

Em seus quinze anos, o PSDB fez importantes realizações nas áreas social, econômica e política.

Essa data é importante para que possamos celebrar algum dos nossos muitos feitos. Somos o Partido responsável pela mais equilibrada transição de poder que já se viu em regimes democráticos. Também fomos os que conseguiram aniquilar a inflação num País que até bem pouco tempo atrás convivia com os mais altos índices de carestia do Planeta. Fizemos, nos oito anos de Governo Fernando Henrique, uma revolução nos setores de saúde e de educação, no qual, entre outras ações, fechamos a "fábrica de analfabetos" que ainda existia em nosso País.

A seguir, uma síntese com quinze das principais realizações do PSDB ao longo de uma década e meia de história em prol do Brasil e dos interesses maiores do povo brasileiro:

1 – O PSDB derrotou a inflação. A economia brasileira havia passado por cinco Planos Econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II), sem conseguir se ver livre da inflação astronômica. Em 1994, o IPCA havia chegado a 916,4% – depois de ter fechado o ano anterior em 2.477%. Desde o início do Governo do PSDB, com o sucesso do Plano Real, a taxa jamais voltou a fugir do controle: foi de 22,4% no primeiro ano da administração Fernando Henrique Cardoso e de 12,5% no último. Chegou a 1,6% – o que seria equivalente a seis horas de inflação no início da década de 90 – em todo o ano de 1998.

2 – O PSDB fez uma revolução na educação. O PSDB adotou esta como uma de suas prioridades. Em oito anos conseguimos colocar 97% das crianças com idade entre sete e catorze anos matriculadas nas escolas. Atingimos, desta forma e pela primeira vez na História brasileira, o ideal republicano de atender a todos sem distinção. O analfabetismo caiu pela metade, para 4,2%. Ou seja, fechamos a "fábrica de analfabetos" que existia em nosso País.

3 – O PSDB montou a mais vasta rede de proteção social da história do país. Criamos 12 programas para levar saúde, educação, trabalho e melhores condições de vida para a parcela mais pobre de nossa população. Deixamos de herança para o atual Governo uma estrutura baseada em conceitos profissionais que distribui trinta e oito milhões de benefícios aos brasileiros mais necessitados. Um dos resultados mais significativos: retiramos oitocentos mil crianças do trabalho pesado e levamos de volta para os bancos escolares.

4 – O PSDB atacou a pobreza e a miséria. O Brasil ainda está longe de ser um país justo. Mas muito foi feito para tornar as condições entre os brasileiros menos desiguais. Entre o início da década de 90...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Leonel Pavan, com licença, apenas para prorrogar a sessão, uma vez que ultrapassamos seu tempo normal em mais de dez minutos. Peço a compreensão de V. Ex^a para que conclua seu pronunciamento, deixando cinco minutos para o próximo orador, Senador Papaléo Paes, que tão gentilmente cedeu a palavra a V. Ex^a.

Muito obrigada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O PSDB, que exerceu um importante papel no País em oito anos – cito os itens relativos à evolução social e econômica do Brasil –, mereceria, talvez, já que o Regimento Interno às vezes é pouco respeitado, um tempo maior a fim de que pudesse concluir o pronunciamento. Mas tentarei, em dez minutos.

Reafirmo que o Brasil ainda está longe de ser um país justo. Mas muito foi feito para tornar as condições entre os brasileiros menos desiguais. Entre o início da década de 90 e o fim do Governo de Fernando Henrique Cardoso, o número absoluto de pobres no País baixou de 65 milhões para 55 milhões. Ou seja, o Governo do PSDB retirou cerca de 10 milhões de pessoas da condição de pobreza – destes, 7 milhões deixaram de ser considerados indigentes. Ainda é pouco, diante do que é preciso fazer, mas já foi um passo gigantesco.

5 – O PSDB deixou os brasileiros mais saudáveis. O Governo tucano levou atendimento de saúde de qualidade para a população mais pobre. A mortalidade infantil caiu quase 40% ao longo dos anos 90. As reduções mais expressivas foram alcançadas nos Estados do Nordeste, onde a taxa passou de 73 óbitos por mil nascimentos para 44 por mil. A expectativa de vida aumentou em média 2,6 anos com a melhoria das condições de saúde da população. Por causa destes fatores, o Brasil melhorou seus indicadores de desenvolvimento humano, com reconhecimento da ONU.

6 – O PSDB deu atenção a quem mais precisa. A saúde no Brasil é outra depois da gestão tucana. Mudou-se a prioridade nos procedimentos, com vistas a levar o atendimento a quem dele realmente precisa, especialmente nas pequenas cidades do interior e nas periferias. Com os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, os brasileiros puderam prevenir doenças, em vez de apenas remediar-las. Um terço da população brasileira já é atendida.

7 – O PSDB barateou os remédios. Na gestão tucana, a população pode passar a contar com medicamentos mais baratos, os genéricos, uma importante conquista para a melhoria do bem-estar da nossa

população. Existem hoje mais de 800 genéricos registrados, que custam até 70% menos do que os remédios de marca. Entre 2000, quando começaram a ser adotados, e o fim do ano passado, já eram 700. Coube ao PSDB transformar uma legislação que não vinha em uma lei que favorece todos os brasileiros.

8 – O PSDB tornou o Brasil em uma das maiores potências agrícolas do mundo. A produção de grãos cresceu quase 70% ao longo dos oito anos de governo tucano. Neste ano-safra, o País está colhendo 116 milhões de toneladas, um recorde semeado na gestão Fernando Henrique. A expansão foi obtida sem que novas áreas fossem ocupadas com as culturas. Ou seja, todos os ganhos foram obtidos com maior produtividade, a chave para o desenvolvimento econômico de qualquer nação. Com isso, o Brasil ainda tem uma imensa fronteira agrícola a ser explorada.

9 – O PSDB fez a maior e mais democrática reforma agrária. Dar acesso à terra a quem quer plantar é direito sagrado. Nos oitos anos da gestão de Fernando Henrique, mais de seiscentas mil famílias foram assentadas pelo Governo Federal. O resultado representa o triplo do que foi feito em todos os trinta anos anteriores, com custos mais baixos e o aniquilamento da violência rural – contrário do que se vê hoje no País diante da falta de iniciativa do Governo Federal. Junto com os assentamentos, o Governo aumentou continuamente os recursos para a agricultura familiar por meio do Pronaf, que concedeu créditos de cerca de R\$15 bilhões.

10 – O PSDB modernizou a economia brasileira. A economia mundial passou por profundas transformações desde o fim do século passado. O PSDB chegou ao Governo pronto para implantar uma nova agenda de desenvolvimento para o País, adequada à nova realidade global. Realizamos um dos mais importantes programas de privatização. Atraímos cerca de US\$150 bilhões em investimentos diretos, essenciais para a modernização do nosso parque produtivo e para levar melhores condições de vida à população brasileira.

11 – O PSDB colocou as finanças em ordem. O ambiente da alta inflação levava a uma brutal desorganização das contas públicas, com a geração de desequilíbrios que comprometiam a capacidade de o Estado atender os anseios mais básicos da população. Com medidas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, União, Estados e Municípios passaram a contar com regras rígidas que evitam o descontrole e asseguram horizontes de longo prazo para o orçamento público.

12 – O PSDB melhorou os serviços públicos. Com as privatizações, os brasileiros passaram a ter acesso a bens e serviços que antes eram restritos a apenas uma parcela da população. O exemplo mais eloquente é o da telefonia. O número de telefones fixos instalados no país passou de 13 milhões, em 1994, para 50 milhões, no ano passado. O número de celulares em operação já é quase o mesmo da telefonia fixa. Sem o salto que o país deu nesse setor, até mesmo o nosso acesso à Internet e suas monumentais potencialidades estaria comprometido.

13 – O PSDB, para finalizar, Sr. Presidente, preparou o Brasil para o mercado internacional. Os consideráveis superávits comerciais que vêm sendo obtidos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...pelo país são resultados de políticas de estímulo às exportações implementadas sobretudo a partir de 2001.

Meu querido amigo Mão Santa, antes de conceder-lhe um aparte, concederei ao nobre Senador Palaeo Paes.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O povo do Brasil fez isso tudo...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O país abriu novos e promissores mercados, como os da China, da Índia e da Rússia, e impulsionou a venda de artigos de maior valor, como aviões, celulares e automóveis. Ao mesmo tempo, manteve-se como importante exportador de bens agrícolas.

14 – O PSDB colocou o Brasil no grupo das principais nações. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso colocou o país em um patamar mais alto nas rodas diplomáticas mundiais. Nunca o país foi tão ouvido e respeitado quanto no governo do PSDB. Com serenidade, a diplomacia brasileira obteve vitórias nas mais importantes mesas de negociação comercial, preservando sempre o interesse soberano da Nação.

O PSDB consolidou a democracia brasileira. Nos seus 15 anos de história, o PSDB foi o Partido que mais esteve associado às conquistas democráticas do País. Atuamos com equilíbrio na Constituinte, no **impeachment** de Collor, nos meses seguintes e ao longo de oito anos do Governo Fernando Henrique. O Partido deu prova irrefutável de maturidade e de comprometimento com os interesses maiores do País ao promover a mais tranquila transição de poder de que se tem notícia. Tudo isso porque o PSDB man-

tém-se cada vez mais fiel ao lema de ser “a favor do Brasil”.

Tentei ser o mais rápido possível, amigo Senador Mão Santa, para que possamos dar tempo ao Senador Papaléo Paes para seu pronunciamento. Agradeço. Parabéns ao PSDB pela transformação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Agora, não se esqueça de que o PSDB perdeu as eleições.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Essa é a homenagem que o Senador Mão Santa faz a um Partido que tem sido tão carinhoso e tão receptivo em suas lutas democráticas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permita dizer que ele tornou este País vice-campeão do desemprego e campeão de violência.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

Prorrogo a sessão por mais cinco minutos para que S. Ex^a possa concluir o seu discurso.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) (Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, dentre os males que afligem e comprometem a saúde pública nos dias de hoje, a doença cardíaca figura como responsável direta por alguns dos mais elevados índices de mortalidade e incapacitação em todo o mundo. É claro que, no Brasil, as coisas não são diferentes; na realidade, reunimos um enorme contingente de pacientes com afecções do coração, e o enfarto do miocárdio responde por 8,16% dos óbitos registrados, constituindo-se em uma das mais importantes causas de morte no País.

Em função desse quadro, muitos cidadãos se vêem constrangidos a uma vida absolutamente regrada, submetidos à medicação de uso permanente e, em muitos casos, são encaminhados a procedimentos cirúrgicos altamente invasivos. Como sabemos, a doença cardíaca pode ter fundo hereditário ou adquirido, decorrente de hábitos equivocados, como o tabagismo e o sedentarismo, para citar os exemplos mais eloquentes. De qualquer sorte, temos, no enfrentamento dos problemas cardiológicos, um custo individual, social e econômico considerável que, finalmente, é suportado por toda a sociedade.

Há 20 anos, a partir de convênio firmado com a Fundação Zerbini, o Incor – Instituto do Coração, vin-

culado ao Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – começou a firmar-se como um centro de excelência no trato das cardiopatias, no Brasil. Considerado hoje um dos hospitais mais modernos do mundo, o Incor mantém seu corpo clínico e suas equipes multiprofissionais em constante atualização, valendo-se de um arrojado programa de pesquisa, cujos resultados são também direcionados para o ensino, com benefício direto aos alunos de Medicina da Universidade de São Paulo. A cada ano, são promovidos mais de três centenas de programas de ensino e aperfeiçoamento, dirigidos à sua equipe de profissionais.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, muito poderia ser dito, mas não é preciso insistir no caráter modelar dos serviços prestados pelo Incor, em São Paulo, uma referência nacional e internacional. Basta dizer que esta Casa, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Ministério da Defesa e a Fundação Zerbini, está viabilizando a implantação de um pólo cardiológico nas áreas clínica e cirúrgica e de diagnóstico por imagem na capital federal. Para esse fim, já está sendo alocado todo um pavimento do Hospital das Forças Armadas.

Trata-se de unidade com 41 leitos de internação e quatro salas cirúrgicas, além de uma Unidade de Terapia Intensiva com onze leitos cirúrgicos e dez leitos clínicos. A unidade deverá agregar também serviços de emergência, consultórios e leitos de observação, bem como ambulatório com 15 consultórios médicos e multiprofissionais e o mais moderno centro de diagnóstico por imagem.

Sr. Presidente, no dia 11 deste mês, tive a satisfação de visitar as instalações do Incor, em São Paulo, acompanhado por outros Colegas Senadores – e cito aqui os Senadores Mão Santa e Tião Viana. O que vimos e ouvimos foi de grande relevância para consolidar nossa convicção sobre a importância do Instituto do Coração para o Brasil. Tivemos a comprovação de que nosso País consegue fazer Medicina de ponta, transferindo à sociedade os benefícios que a Ciência e a Tecnologia contemporâneas proporcionam de mais avançado que existe em todo o Planeta.

Ao encerrar meu pronunciamento, quero ressaltar o importante papel desempenhado pelos atuais dirigentes do Incor, nas pessoas do seu Diretor-Geral, Professor Doutor José Antônio Franchini Ramires, e dos demais dirigentes daquela instituição, como o Professor Doutor Sérgio Almeida de Oliveira, Doutor Sérgio Timerman, Doutor Renato Corrêa Baena e Doutor David Uipd. Com seu talento, competência e dedicação exemplares, os doutores citados conduzem um trabalho de primeiríssima linha, respaldado

por uma equipe multiprofissional superqualificada, que torna o Incor um paradigma para a cardiologia mundial e motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 225...

§ 4º A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado, a Caatinga e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sugerimos, ainda, que, na justificação que acompanha a proposição em análise, seja excluída a referência ao arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 115, de 1995, bem como de três outras que a ela haviam sido apensadas: PECs nº 150, de 1995, nº 60, de 1999, e nº 131, de 1999. Por decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com base no art. 105 do Regimento Interno daquela Casa, todas essas propostas voltaram a tramitar normalmente, a partir de 17 de junho do presente ano.

Justificação

A Constituição Federal, em seu art. 225, § 4º, estabelece que a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e que sua utilização

deve ser feita de modo a garantir a preservação do meio ambiente. O legislador buscou, por meio desse dispositivo constitucional, enfatizar a importância desses biomas e assegurar tratamento diferenciado no tocante a sua utilização, coibindo práticas predatórias na exploração dos recursos naturais ali presentes.

Faz-se imprescindível, todavia, a inclusão, no texto do referido dispositivo, dos biomas representados pelo cerrado e pela caatinga, corrigindo uma falha que carece de justificativa científica e, certamente, resulta da restrita divulgação da importância dessas formações vegetais.

A importância do cerrado decorre não só do fato de ocupar cerca de um quarto do território nacional mas, principalmente, de englobar ampla variedade de ecossistemas e elevada diversidade biológica, que se manifesta tanto na flora quanto na fauna. Deve-se mencionar, ainda, a riqueza de paisagens presentes nesse bioma: a savana típica, que recebe a denominação geral de cerrado; a savana arbórea densa, ou cerradão; a savana arbórea aberta, ou campo cerrado; e a savana-parque, formação essencialmente campestre.

A baixa prioridade concedida à conservação desse ecossistema é evidenciada pelo insignificante percentual de áreas protegidas na forma de unidades de conservação. Não chega a um por cento a parcela da área do cerrado ocupada por unidades de uso indireto – parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. Praticamente, não existem unidades de conservação de uso direto – florestas nacionais, áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas.

O processo acelerado de ocupação agrícola na região tem provocado graves problemas ambientais, como compactação e erosão do solo, poluição das águas, desmatamento em larga escala, dilapidação do patrimônio genético. Torna-se, pois, urgente, a adoção de amplas medidas voltadas para a proteção ambiental: reforço na fiscalização, de modo a coibir o desmatamento e as queimadas e reduzir o emprego de defensivos agrícolas; medidas de incentivo à adoção de práticas conservacionistas no manejo do solo, com o propósito de reduzir a erosão; políticas de estímulo ao aumento da produtividade por unidade de área, diminuindo a ocupação de novas áreas por meio de desmatamento; fortalecimento das práticas de exploração florestal sustentável.

Essas medidas são imprescindíveis para prevenir desastres ambientais como o que tem comprometido a sobrevivência do rio Araguaia, resultante da utilização de equipamentos pesados no preparo do solo para o plantio de soja, especialmente na região do alto Taqua-

ri, em Mato Grosso, um planalto onde se localizam as nascentes do rio. Esse processo, associado à erradicação das matas ciliares, resultou na formação de enormes voçorocas, verdadeiros mini-cânions.

Já a caatinga, que ocupa cerca de 850 mil quilômetros quadrados no semi-árido nordestino e interage com o cerrado, constitui, talvez, o bioma brasileiro mais severamente devastado pela ação antrópica. Deve-se ressaltar, ainda, não ser correta a idéia de que a caatinga constitui formação homogênea, pois, de fato, ela se caracteriza por apresentar notável diversidade, em termos de flora e fauna.

Os problemas de degradação ambiental, nesse bioma, decorrem, em sua maioria, do processo de ocupação da região. Em extensas áreas, há solos abandonados por fatores como esgotamento por uso intensivo e consequente perda de nutrientes, processos erosivos resultantes da retirada da cobertura vegetal e, finalmente, salinização.

Ressalte-se que o relatório "O Desafio do Desenvolvimento Sustentável", publicado pelo Governo brasileiro, por ocasião da Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ao discorrer sobre a caatinga enfatiza que

vários estudos constatam a existência de núcleos de desertificação, onde a degradação da cobertura vegetal e do solo atingiram uma condição de irreversibilidade, apresentando-se como pequenos 'desertos' dentro do ecossistema primitivo (...). Na Bahia, já se registram áreas que abrangem 52,5 mil km², onde a vegetação está se tornando escassa e o solo, desprotegido, apresenta indícios de erosão acelerada. Em Pernambuco, a área identificada corresponde a um polígono de aproximadamente 25 mil km², ou seja, 28% da superfície do estado (...).

O Piauí, em função da retirada devastadora da cobertura vegetal para implantação de grandes projetos agropecuários, a partir da década de 70, apresenta-se com intensos processos erosivos que, por sua vez, provocaram redução na produtividade dos solos, bem como o assoreamento dos principais corpos d'água.

Com relação a unidades de conservação, o quadro atual, na caatinga, é ainda mais preocupante que no cerrado, pois elas praticamente não existem.

Não podemos permanecer inertes frente à dilapidação do patrimônio natural representado por essas formações vegetais. Urge superar a concepção falsa de que a proteção da Amazônia, da mata atlânti-

ca e do Pantanal reveste-se de maior importância que no caso dos demais biomas.

Não se pretende, porém, de forma simplista, impedir o uso da terra nas áreas de cerrado e caatinga. O que se persegue é a urgente modificação da forma como vem ocorrendo sua ocupação. É essencial que sua utilização seja pautada pela defesa do meio ambiente, com base no necessário respeito a suas limitações ecológicas e no aproveitamento racional de suas potencialidades.

Por todas essas razões, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Demóstenes Torres**. – Almeida Lima – Aloisio Mercadante – Álvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Arthur Virgilio Neto – Augusto Botelho – César Borges – Edison Lobão – Efraim Moraes – Eurípedes Camargo – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Heráclito Fortes – Jefferson Péres – João Capiberibe – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – Leonel Pavan – Mão Santa – Marco Maciel – Renildo Santana – Ney Suassuna – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Rodolpho Touzinho – Sibá Machado – Valdir Raupp.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

**CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os Recursos nºs 13 e 14, de 2003, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002 (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que outorga a concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas.

Comunico ainda que os Senadores Reginaldo Duarte e Demóstenes Torres requerem a retirada de suas assinaturas no Recurso nº 13, de 2003; e os Senadores Ney Suassuna e Papaléo Paes, do Recurso nº 14, de 2003.

A Presidência esclarece ao Plenário que, mesmo com a retirada das assinaturas, os recursos continuam satisfazendo o requisito constitucional.

A matéria continuará sobre a mesa durante cinco dias úteis, para o recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, § 2º, c, do Regimento Interno.

São os seguintes os recursos recebidos

RECURSO Nº 13, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 3º do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, recurso ao Plenário da Casa, da decisão terminativa da Comissão de Educação, que aprovou, na Reunião de 27 de maio de 2003, o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002, que “aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas”.

Sala das Sessões, – Senador Teotonio Vilela Filho – Fátima Cleide – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Antero Paes – Leonel Pavcan – Reginaldo Duarte – Papaléo Paes – Romero Jucá – Artur Virgílio – Fernando Bezerra – Ana Júlia Carepa.

REQUERIMENTOS DE RETIRADA DE ASSINATURA DO RECURSO Nº 13, DE 2003

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura ao Recurso para que o PDS nº 645, de 2002, seja discutido e votado pelo Plenário. – **Reginaldo Duarte**, Senador.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 244, Parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de minha assinatura no Recurso interposto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002, “que aprova o ato que outorga a concessão à Elo Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas”.

Sala das Sessões, – Senador **Demóstenes Torres**.

The image shows handwritten signatures of senators over numbered lines from 2 to 12. The signatures correspond to the following names:

- 2 - [Signature]
- 3 - [Signature]
- 4 - [Signature]
- 5 - [Signature]
- 6 - [Signature]
- 7 - [Signature]
- 8 - [Signature]
- 9 - [Signature]
- 10 - [Signature]
- 11 - [Signature]
- 12 - [Signature]

REQUERIMENTOS DE RETIRADA DE ASSINATURA DO RECURSO Nº 14, DE 2003

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura ao Recurso para que o PDS nº 645, de 2002, seja discutido e votado pelo Plenário. – **Ney Suassuna**, Senador.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura ao Recurso para que o PDS nº 645, de 2002, seja discutido e votado pelo Plenário.

Papaléo Paes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Romero Jucá, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Paulo Paim, Valdir Rupp e a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s. serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como bem natural de domínio público, a água vem motivando, cada vez com mais freqüência, estudos que visam à preservação dos mananciais e, nesse sentido, para que venha a se estabelecer, no País, uma Política Nacional de Água.

O Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, sustentou, em recente artigo na imprensa, a necessidade de os estudos em curso se ampliarem, contando com a necessária participação da sociedade civil brasileira.

Como parlamentar do Amazonas, vejo com interesse e também com certa preocupação todos os aspectos que envolvem esse bem, para mim o mais importante para a Humanidade. Já tive ocasião de declarar, desta tribuna, que a água, ainda neste século 21, será o bem de maior valor entre todos os demais que movimentam o mercado, superando até mesmo o petróleo.

Brevemente, deverá ser instalada, junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Subcomissão Permanente da Amazônia, criada a

meu requerimento. Essa será uma comissão destinada ao estudo de todos os aspectos que envolvem a Amazônia, a partir da tese hoje muito debatida no seu aproveitamento racional, de sorte a preservar a grande riqueza que ela representa.

Penso que, entre outros aspectos a serem objeto das atenções da Subcomissão da Amazônia, a água deverá ocupar boa parte de nossas atenções, inclusive tendo em vista que, neste momento, se processam estudos monitorados pelo Ministério do Meio Ambiente, em busca de uma política brasileira para a água.

Tais estudos ganham maior interesse diante também do sugestivo Ano Internacional da Água Doce, já em curso e ao longo do qual será realizada, no Brasil, a I Conferência Nacional do Meio Ambiente.

De minha parte, desde já, comprometo-me, como amazonense e como parlamentar, a dedicar todos os meus esforços para que se possa delinear uma efetiva e bem definida Política Nacional de Águas. E certamente a Subcomissão da Amazônia, o Senado e o Congresso Nacional igualmente haverão de cerrar fileiras em torno desse grande objetivo.

Desejo, ainda, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tratar de um segundo assunto na tarde de hoje.

Quero comentar a brilhante entrevista com o Senador José Agripino Maia (PFL – RN), publicada na Revista **Brasília Em Dia** de 21 de junho do corrente ano.

A matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado, destaca a atuação do nobre parlamentar e o seu novo estilo de fazer política na oposição.

A entrevista, que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Pimentinha

Agora na posição, o líder do PFL, senador Agripino Maia,
exibe novo estilo de fazer política

O senador Agripino Maia, líder do PFL no Senado Federal, tem uma trajetória política, iniciada como governador na década de 80, típica de um político moderado - *contundente*, mas jamais radical. Embora firme nas posições que assume, não é do seu perfil a clássica posição do espanhol que gosta de ficar na oposição só para ser do contra (*Hay gobierno? Soy contra!*). Mas agora, com a troca do poder, a partir da eleição do petista Luiz Lula da Silva, já emite sinais de que está passando por um surpreendente processo de mudança política.

Embora elegante em seus pronunciamentos na tribuna, algumas frases suas têm o impacto de jatos a raio laser em direção ao Palácio do Planalto, principalmente quando analisa o desempenho dos novos donos do poder, desde a apoteótica posse de Lula, há quase seis meses, com o PT prometendo transformações imediatas, como se o presidente tivesse assumido o cargo com a varinha mágica de Mandrake. Ativo e de prontidão quando foi situação, Agripino Maia pretende demonstrar o mesmo na oposição.

Leitor voraz, na década de 50, do gibi *Pimentinha*, em sua infância em Mossoró, no Rio Grande do Norte, o senador parece incorporar, agora como oposicionista, o personagem Dennis, que não poupa os adversários e tem sempre um saco de maldades para combatê-los. A entrevista que se segue é apenas uma amostra do que será sua postura daqui para a frente.

Marcone Formiga - Sua trajetória política sempre foi no governo. Agora, na oposição, como é que vai ser?

Agripino Maia - Para a efetivação da transição, com a eleição de Tancredo Neves, eu rompi com Figueiredo e passei, também como governador (do Rio Grande do Norte), um razoável período na oposição. No último ano do governo Fernando Henrique, o PFL manteve uma posição de independência, tendo entregue todos os cargos da administração superior. Agora, a tradição do PFL realmente é muito mais de participar de governos. Muito mais pelos quadros que levam a que os governos convoquem os partidos para ajudar a governar do que propriamente por destinação do partido em participar do governo. No meu estado, eu já exercei por muitos anos o papel de oposição. De modo que, para mim, exercer o papel de oposição não é nenhuma dificuldade; é dever, destinatário do eleitorado e, mais do que isso, é obrigação.

Marcone Formiga - Na opinião do senhor, qual a principal função da oposição?

Agripino Maia - A democracia reserva aos vitoriosos a obrigação de governar, e aqueles que perdem têm o dever de interpretar o grito das ruas, as manifestações de descontentamento, cobrar a realização de promessas, coerência de quem assumiu compromissos quando era candidato... E esse é o papel que nós estamos desempenhando e vamos desempenhar. Se você me perguntar se a tarefa do PFL está perfeita e acabada na oposição, eu diria que não, assim como a tarefa do PT no governo não está perfeita e acaba-

Íris Formiga - O senhor concorda com o ex-presidente Fernando Henrique quando ele diz que Lula praticou um estelionato eleitoral?

Agripino Maia - Eu tenho dito isso há muito tempo, no plenário do Senado, em entrevistas... Eu não quero dizer que, do ponto de vista da macroeconomia, o que o PT vem fazendo está errado; agora, no que



Na área de segurança nada tem acontecido além das viagens bem intencionadas do ministro da Justiça. O governo está procurando governar com marketing, com frases de efeito e com factóides. Nada mais do que isso, porque nada faz...

diz respeito à microeconomia, o PT está perdendo o bonde da história, está demonstrando que não está adestrado para ser governo, vem deixando que aconteça uma coisa perigosíssima: o desestímulo está tomando conta dos agentes econômicos, dos empresários - sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Íris Formiga - E por que se daria isso?

Agripino Maia - Por perda do timing em aplicar as políticas compensatórias. Na macroeconomia, os remédios amargos que poderiam ser tomados por qualquer economista de bom nível - seja aumento do depósito compulsório dos bancos, congelamento de recursos do orçamento destinados a investimentos, para evitar a circulação de mais moeda, elevação da taxa de juros para inibir a produção e o consumo, etc - são as atitudes clássicas de quem deseja combater a inflação, e isto era preciso ser feito. Agora, não tomar nenhuma atitude compensatória - e é preciso entender que todos os responsáveis pelas políticas compensatórias do governo são professores, sem muito adestramento na atividade prática - é um perigo para o país, e é nossa tarefa denunciar.

Marcone Formiga - O presidente Lula foi eleito prometendo romper com o FMI. Ao invés disso, hoje ele é elogiado pela instituição. Como o senhor vê essa relação?

Agripino Maia - Talvez pensando em criar condições para uma reversão de expectativas no plano internacional, ele se entregou até demais - tomou um compromisso de 4,25% de superávit primário e, no primeiro quadrimestre, está com 6%. Mesmo assim, não toma a atitude de fazer uma sinalização para a sociedade, que seria o abaixamento dos juros, por menor que fosse, para criar condições psicológicas de que o governo vai adotar medidas na microeconomia voltadas para o desenvolvimento. Então, até agora, o governo não está tomando medida nenhuma. Pelo contrário: está superando no que diz respeito aos compromissos assumidos com o FMI, com quem ele, durante a campanha, prometia romper. O que o Lula dizia na campanha eleitoral era que a política econômica seria a da ruptura com o FMI, dos grilhões da independência com a banca internacional e prometia a retomada do crescimento, a reforma agrária, etc. Nada disso ele tem feito...

Íris Formiga - O que os eleitores de Lula estão achando?

Agripino Maia - Eu duvido que o eleitor do Lula votaria nele se soubesse que ele proporia ao Congresso Nacional a taxação dos apontados! Duvido que votaria se soubesse que a primeira mensagem de aumento que o presidente mandaria ao Congresso seria de um pífio 1%! Lula teve o voto majoritário da maioria dos professores universitários do Brasil inteiro, que devem se sentir hoje ultrajados, porque foram usados durante anos na sua boa-fé... Entendo, Lula vive hoje o dilema da incoerência. O papel fundamental que nos cabe, para amadurecer o processo democrático no Brasil, é cobrar daqueles que ganharam a eleição o cumprimento dos compromissos de campanha e a coerência. Nenhum político tem credibilidade ou liderança longeva se não praticar a coerência. E o governo Lula está fadado a perder a credibilidade e a longevidade porque não está praticando a coerência.

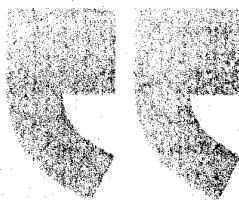
Íris Formiga - Não há na postura do PT um componente stalinista

quando ameaça punir os radicais?

Agripino Maia - Isso é uma truculência, uma coisa perigosíssima. O PT sempre falou, ao longo do tempo, do fisiologismo dos governos que passaram, da doutrina do 'é dando que se recebe'... O partido sempre se gabou de que, pela via do argumento, do debate, ele promovia o convencimento. Na prática, ele está mostrando que não é nem com argumento ou pelo debate; ele está dobrando os radicais pela truculência, com a ameaça de expulsão. Tudo isso o brasileiro comum está observando, para fazer a sua análise e tomar um posicionamento.

Marcone Formiga - *Mas o senhor concorda que a eleição do Lula é uma demonstração da maturidade democrática brasileira?*

Agripino Maia - Eu acho que o Brasil estava precisando que acontecesse a eleição do Lula, porque sempre se viveu naquela expectativa de que o melhor padrão ético seria o do PT. Nós não estamos contra a apresentação de emendas ou a proposta de reformas. Quando nos propuseram, no acordo de líderes, sustar a CPI do Banestado em nome da governabilidade, em nome da eliminação de tensões dentro do Congresso, nós concordamos porque não queríamos ser acusados de obstaculadores da tramitação das reformas. Na hora em que nos foi proposto isso na Câmara, o mesmo PT tomou a iniciativa de fazer a coisa ao contrário, porque há uma clássima disputa entre a Câmara e o Senado. Então, nessa história dos comportamentos do PT no plano da ética, o dia-a-dia vai mostrar qual é o real interesse dos governos do PT, quais são os valores considerados para o atingimento de seus objetivos e com que peso a ética entra na hora em que o objetivo está definido. O brasileiro tem que ficar muito atento para esta questão que eu es-



Eu duvido que o eleitor do Lula votaria nele se sonhasse que ele proporia ao Congresso Nacional a taxação dos aposentados! Duvido que votaria se soubesse que a primeira mensagem de aumento seria um pígio 1%, quando ele prometia o contrário

tou colocando... A truculência é realmente a perda de um padrão é co. Ela está sendo praticada com forma de dobrar o pensamento d queles que, de forma coerente, d sejam votar; e vai ser acompanhada por outras atitudes que o PT seguramente vai adotar para o atingimento de seus objetivos. Vamos olhar!

Marcone Formiga - *O Lula foi eleito com um excesso de idolatria. O senhor acha que foi um fenômeno de marketing ou um fenômeno eleitoral?*

Agripino Maia - As duas coisas. Se fizermos uma avaliação das duas últimas eleições municipais, observaremos que os partidos da base do governo caíram e o PT subiu, apontando para um fenômeno eleitoral que estava se preparando para acontecer. Mas, ao lado deste fenômeno, que cristalizou o percentual que Lula sempre teve, surgiu um fe-nômeno de marketing fabricado por ele pessoalmente, com muita habilidade. Ninguém deve negar

sua habilidade pessoal, seu charme, sua identificação com a sociedade, até por seu linguajar. Lula ganhou a eleição por uma disposição eleitoral, mas também por um marketing bem-feito pessoalmente por ele, com o apoio do Duda Mendonça.

Marcone Formiga - *O vice-presidente José Alencar tem feito seguidas críticas a políticas adotadas pelo governo. Como o senhor vê isso?*

Agripino Maia - Quando Lula sentiu, após duas eleições pretéritas, que precisava eliminar a resistência de um pedaço importante da sociedade - classe média, centro - ele não hesitou em convidar o vice-presidente José Alencar, que tem idéias que hoje são rebatidas pelo governo. Mas, para compor seu marketing, para fazer com que as pessoas aceitassem o Lulinha paz e amor, ele não hesitou em criar embates no partido para que este aceitasse a coligação com o PL, tido como um partido de centro-direita. José Alencar sempre falou no Senado sobre as altas taxas de juros, sempre falou que a saída do Brasil era a retomada do crescimento econômico... Ele teve um papel fundamental na campanha, demovendo várias pessoas que, em eleições passadas, jamais pensariam em votar no Lula e que votaram decididamente agora por sua causa. E aí manifesta-se mais uma vez a incoerência: Alencar mantém o mesmo discurso, coerentemente, e é levado ao ridículo por forças ligadas ao governo, que não aceitam a prática do candidato à vice-presidência que ajudou Lula a ganhar a eleição.

Íris Formiga - *Um exemplo do uso do marketing foi a eleição do Collor, que acabou em impeachment. O senhor acredita em um paralelo com Lula, que encontraria um fim melancólico?*

Agripino Maia - Eu não desejo isso, até porque Lula é muito mais experiente e maduro do que Fernando Collor. Eu acho que o PT vai ter dificuldades no exercício do governo porque ele ganhou a eleição com o somatório de segmentos que são inconciliáveis - a extrema esquerda, a esquerda e o centro. Quando Lula tiver que tomar uma decisão com relação à reforma agrária, por exemplo, ele vai ter que descontentar um segmento ou outro - se ele permitir a invasão de terras produtivas, ele vai perder o centro; se enduzer na questão da reforma agrária, vai perder a esquerda que sempre esteve com ele... A mesma coisa se repetirá com relação a vários outros temas. Então, acho que Lula terá inúmeras dificuldades para governar porque o PT está manco de uma perna, chamada coerência.

Marcone Formiga - O senhor acha que o presidente deve governar de olho nas pesquisas de popularidade?

Agripino Maia - Ele está fazendo isso permanentemente. Ele tem uma assessoria de marketing

complementar que dá a ferramenta para o governo raciocinar e traçar as metas de comportamento. Nenhum a menor dúvida de que pesquisas serão instrumentos permanentes de orientação do governo.

Marcone Formiga - *Mas o governo terá sustentação quando começar a despencar nas pesquisas?*

Agripino Maia - Esse é um problema que o PT terá que administrar e, nessa hora, ele vai precisar juntar suas forças. Por enquanto baseado em uma popularidade pessoal de 70%, ele está procurando uma unanimidade, está procurando agregar pedaços de todos os partidos. Na hora em que a popularidade do presidente e do governo cair, ele será forçado a definir o seu perfil.

Íris Formiga - *Não falta quem imagine, num futuro próximo, uma inquisição insuportável do PT, perseguindo os adversários. O senhor acredita nisso?*

Agripino Maia - O PFL e o PSDB têm sido vítimas permanentes de tentativas de cooptação. O que o governo do PT deseja não é governar com uma oposição; ele pretende diminuir-la ao mínimo. Isso é uma prática perversa de quem não precisa, até porque ele está tendo o endosso de partidos inteiros que estão lhe dando maioria. Quando o Fernando Henrique era presidente da República, eu não me lembro de nenhuma tentativa de cooptação de algum membro da oposição. Ele dialogava no plano do argumento com esses partidos que lhe faziam oposição sistemática, diferentemente do que hoje está acontecendo. O governo do PT, apoiado em escudos chamados partidos alternativos, está procurando cooptar até parlamentares de partidos da base da oposição que não significam nenhuma ameaça à hegemonia numérica do PT,

mas que significam uma tentativa de subtração da oposição para o exercício legítimo de sua ação. Na medida em que o governo caminha no sentido de subtrair o direito da oposição de possuir um terço dos votos, ele está atacando frontalmente o princípio democrático de convivência entre contrários.

Marcone Formiga - *Nós temos assistido a uma guerra entre o crime organizado e o Estado. Na Itália, o governo adotou uma legislação muito forte para combater a máfia. Não é isso que estaria faltando no Brasil?*

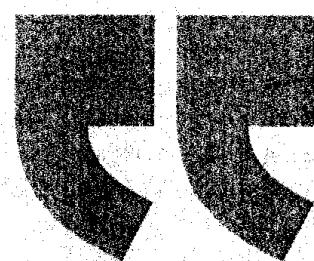
Agripino Maia - O governo do PT não tem idéias. Se analisarmos esses seis meses do governo Lula, veremos que não há uma idéia boa. Por exemplo, outro dia eu sugeri ao governo que, na questão da criação de empregos, as políticas compensatórias alternativas fizessem uma avaliação nos projetos que estão tramitando sobre a geração de empregos criativos; que o ministro do Trabalho fizesse uma avaliação do que é bom, do que poderia ser executado... Logo que eu cheguei no gabinete, recebi uma série de elogios por e-mail de pessoas que estavam assistindo à TV Senado, concordando que o PT aceitasse uma boa sugestão da oposição. O brasileiro tem a percepção de que não existe nenhuma idéia criativa em curso por parte do governo. O Fome Zero não passa de uma mera intenção...

Marcone Formiga - *Mas quanto à segurança?*

Agripino Maia - Se o governo não tem idéias claras sobre as questões fundamentais, é de se supor que ele não tenha dado ao maior problema brasileiro - a segurança - uma atuação no campo do pragmatismo. Segurança é presídio para você prender e isolar da sociedade o brasileiro delinquente, que contamina a sociedade - e isso custa dinheiro. Nos Estados Unidos, há uma parcela importantíssima da sociedade presa, encarcerada, incomunicável. Isso custa muito dinheiro mas tem um benefício: você retira o delinquente da rua, evita que

O PT vai ter dificuldades porque ganhou a eleição com o somatório de segmentos que são inconciliáveis - a extrema esquerda, a esquerda e o centro. Quando tiver que tomar uma decisão com relação à reforma agrária, vai descontentar um ou outro

ele cometa crimes e contamine quem não é criminoso com seus hábitos. O prefeito César Maia propôs que a prefeitura e o estado do Rio de Janeiro se juntassem ao governo federal para organizar um fundo financeiro para viabilizem investimentos que, seguramente, trariam resultados. E até disse que entraria com R\$ 100 milhões. Até hoje ele está esperando uma resposta do governo federal. Na área da segurança, nada tem acontecido além das viagens bem intencionadas do ministro Márcio Tomaz Bastos. Então, o governo está procurando governar com marketing, com frases de efeito e com factóides... *



Se o governo não tem idéias claras sobre as questões fundamentais, é de se supor que ele não tenha dado ao maior problema brasileiro - a segurança - uma atuação no campo do pragmatismo. Segurança é presídio para prender bandidos!

O SR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Inesc, Instituto de Estudos Socioeconômicos, teve a gentileza de me enviar um exemplar de sua publicação recente, intitulada **O Inesc e a agenda brasileira 2003/2006**. É um alentado volume de mais de 130 páginas, que traça um panorama do Brasil em vários contextos.

Ali encontram-se desenhados os cenários no campo internacional, no campo da cultura e no campo sócio-ambiental. Mais ainda: há cenários específicos para grandes questões, como a agrária, racial, indígena e de gênero. O Inesc, com esse trabalho, busca construir a matriz teórica e política que servirá de base para orientar as ações do Instituto nos próximos anos. Constitui, no fundo, uma agenda para o período de 2003 a 2006.

É notório que o Inesc é um organismo que tem pautado suas atividades à margem esquerda do quadro político nacional. Assim sendo, é natural que o novo contexto político instaurado no País, com a elei-

ção de um governo popular de claro compromisso com a esquerda, tenha suscitado a reflexão deste – e de muitos outros organismos não-governamentais – a respeito da atuação a ser seguida daqui para frente.

Para a construção de sua agenda, o Instituto contou com a participação de gente de peso. Foi solicitado a um grupo de especialistas de diversos campos do conhecimento que produzissem ensaios em suas respectivas áreas de concentração. O material foi discutido em um seminário, e dessa reflexão toda resultou a publicação a que estou fazendo referência neste breve pronunciamento.

Tomo a iniciativa, Sr. Presidente, de mencionar alguns desses colaboradores, menos para dar uma idéia do nível intelectual dos participantes, e mais para trazer à tona a autoria dos ensaios, como forma de, ao enunciar o nome dos especialistas, render a eles os cumprimentos desta Casa, sempre tão receptiva a reconhecer o mérito e o valor de nossos estudiosos e intelectuais.

Vamos então aos nomes: Sérgio Leite, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mariza Veloso, da Universidade de Brasília, Elimar Pinheiro do Nascimento, também da Universidade de Brasília; Reinaldo Gonçalves e José Augusto Pádua, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Hamilton Faria, do Instituto Polis; Sueli Carneiro, do Geledés; Guacira de Oliveira, do Cfemea; e Iara Pietrovsky, gestora do Inesc.

O que eu gostaria de destacar a partir de agora, Sr. Presidente, é a atuação que o Inesc vem tendo junto ao Congresso Nacional. Aliás, o Instituto começou sua atuação vocacional como entidade voltada à consultoria parlamentar. Após três anos de experiência nessa atividade, surgiu a necessidade de ampliar os horizontes. O Instituto passou, então, a ter um perfil mais institucional, assumindo um caráter independente na defesa de princípios éticos, voltada à informação da atividade política.

A história do Inesc acompanha a própria história da constituição e atuação das organizações não-governamentais no Brasil. (...) Nos anos 1986 e 1987, o Inesc aprofundou seu trabalho no âmbito do Congresso Nacional. Começava, naquele momento, a preparação para a Assembléia Nacional Constituinte. É o momento em que o Inesc se vê obrigado a diversificar sua atuação, fazendo-se presente tanto na assessoria a parlamentares, quanto prestando consultoria a prefeitos e participando de ações no âmbito do Executivo.

Embora o Inesc tenha diversificado e ampliado suas estratégias de atuação, nunca abandonou seus princípios básicos de defesa dos direitos humanos e a luta permanente pela construção democrática. Tampouco arrefeceu sua participação no Parlamento, buscando sempre torná-lo o mais representativo possível da dinâmica e da diversidade da sociedade. (...)

Ao longo de vinte e três anos, o Inesc desempenhou uma missão política de profundo significado, pois sua atuação, especialmente no interior do Parlamento, transformou-o em um ator político que amplia a legitimidade do espaço público no cenário político.

Esses últimos parágrafos, Sr. Presidente, foram retirados da publicação do Inesc, de uma seção dedicada a recuperar a história do Instituto. Para os que não o conhecem, relembrar pontos de sua trajetória é

uma forma de valorizar o próprio percurso das organizações não-governamentais em nosso País.

Hoje, o Inesc é um organismo muito mais amplo e significativamente mais maduro daquele pequeno embrião criado em 1979. O Brasil encerrava uma década na qual os anseios nacionais articulavam os primeiros passos rumo à normalização democrática. Começavam a voltar ao País muitos intelectuais e políticos. Entre eles, voltava Maria José Jaime, a Bizeh, uma goiana dotada de disposição ímpar para lutar em favor dos direitos humanos e pela melhoria das condições sociais. É ela que funda o Inesc e que, junto com sua equipe, promove a consolidação e o desenvolvimento do Instituto durante 23 anos.

Para finalizar, Sr. Presidente, dirijo cumprimentos cordiais a toda a equipe do Inesc, parabenizando a todos pela publicação do documento *O Inesc e a agenda brasileira 2003/2006*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Globo**, de 24 de junho do corrente, que reproduz parcialmente reportagem do jornal francês **Le Monde** sobre os primeiros meses do governo Lula.

A matéria, a qual solicito a inserção nos Anais do Senado, destaca a insatisfação dos militantes de esquerda com a incapacidade do governo Lula em criar um modelo alternativo para o País.

Trato ainda, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nesta oportunidade, de outro assunto: a entrevista do Líder do PSDB no Senado, Senador Arthur Virgílio, publicada na revista **Brasília Em Dia**, edição de 17 de maio do corrente.

A entrevista com o nobre senador, a qual solicito a inserção nos Anais do Senado, destaca o cumprimento de seu papel de oposicionista sem passionismo, ódio ou rancor, apoiando ou dizendo não quando necessário.

São os seguintes os textos que passo a ler para que fiquem integrando este pronunciamento:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

'Le Monde': Lula não mostrou modelo alternativo

Deborah Berlinck

Correspondente

● PARIS. O jornal "Le Monde" abriu o caderno de economia da sua edição de hoje com o título "Um outro Brasil é mesmo possível?". Em três páginas, o jornal descreve assim os primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva: "O presidente, que se elegeu com a bandeira de criar um modelo alternativo, continua a suscitar esperança dentro e fora do país, mas há muitos preocupados porque ele ainda não mostrou esse modelo."

O jornal diz que já há, dentro e fora do país, "alguns frustados". Se o presidente arranca elogios do mercado e do Fundo Monetário International (FMI), sua linha de seguir a cartilha liberal e agradar aos investidores, segundo o jornal, está decepcionando alguns dos representantes das principais organizações internacionais antiglobalização, como a Attac. Na Europa, Lula é uma espécie de ícone da esquerda.

O "Le Monde" diz que a deceção ainda não é abertamente admitida pelos militantes mundiais da esquerda, mas o nível de insatisfação é crescente. "Interrogações sobre a experiência de Lula se multiplicam na internet, o meio predileto dos militantes antiglobalização", diz o jornal.

Ortodoxia financeira e investimentos no social

Bernard Cassen, da Attac, queixa-se: "No momento, o Brasil é sobretudo o programa Fome Zero, mas que não coloca em xeque a artilharia liberal". Cassen diz que "Lula sempre disse que o primeiro ano de seu mandato seria limitado

pelo orçamento de seus predecessores" e, cauteloso para não atacar Lula, diz que "é preciso esperar o orçamento de 2004, para chegar a uma conclusão". Mas depois admite: "É verdade que no momento ainda não vemos um modelo alternativo."

O jornal também cita outro membro da Attac, Christophe Aguiton, segundo o qual "tudo vai depender da capacidade dos brasileiros de resistir à Organização Mundial de Comércio (OMC) e à Alca", bem como da capacidade "de promover um modelo alternativo na agricultura, que se apóie no movimento dos trabalhadores sem terra". As críticas que a atuação de Lula está suscitando no PT e nos movimentos da esquerda brasileira também são destaque no jornal, que cita declarações de Reinaldo Gonçalves, acusando Lula de "aplicar receitas do FMI que não funcionaram em lugar nenhum".

No artigo intitulado "O realismo do presidente brasileiro perturba seus partidários", o "Le Monde" descreve o governo Lula como uma "assembleia heteroclita", que busca conciliar a ortodoxia financeira com o relançamento do investimento no social. Diz que há os representantes do grande capital, como Henrique Meirelles, do Banco Central, ex-presidente mundial do Banco de Boston, ou Luiz Furlan ex-Sadia e atual ministro do Desenvolvimento, até ministros "pobres em meios, reduzidos a funções decorativas", como José Graziano, que comanda o programa Fome Zero. "Se a independência não acontecer", conclui o jornal, "o Fome Zero corre o risco de cair na propaganda populista". ■

O gladiador

Ex-líder do governo Fernando Henrique, agora na bancada oposicionista, o senador Arthur Virgílio assume no Congresso o papel de gladiador disposto a combater Lula, mas apoiando-o quando for politicamente correto.

Até bem pouco tempo, o agora senador Arthur Virgílio Neto era considerado um samurai em tempo integral na defesa do

governo de Fernando Henrique Cardoso, como líder na Câmara dos Deputados, além de ter exercitado o poder como ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, trabalhando do outro lado da Praça dos Três Poderes. Agora, no Senado Federal, lidera a oposição ao

governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Diplomata de carreira, que trocou pela política, com raciocínio cerebral, Arthur Virgílio mantém convívio elegante com seus adversários, mas, na hora de endurecer, é impiedoso - o que justifica o apelido de *Gladiador* com que é brindado pelos colegas sempre que entra no plenário acarpetado de azul anil, formatado como se fosse um coliseu para seus embates.

Se esgrima verbalmente com competência, na vida pessoal é um lutador, faixa preta de judô, que pratica para cumprir com muito fôlego uma agenda espartana, de domingo a domingo,

rastreando tudo o que o governo faz de certo ou errado. Cumpre seu papel de oposicionista sem passionalismo, ódio ou rancor, apoiando ou dizendo *não* quando é necessário. Por isso mesmo tem o respeito dentro de sua bancada e até entre os petistas, como o líder Aloízio Mercadante, seu vizinho de gabinete.

Marcone Formiga - O senhor foi governo e agora é oposição. O que é mais difícil?

Arthur Virgílio - Olha, ser governo em um país como o Brasil - complexo, exigente - é difícil. Por outro lado, aquela oposição beirando à irracionalidade que o PT fazia a nós é muito dura. Mesmo assim, continuo achando muito difícil ser governo, mesmo tendo uma oposição como a que nós fazemos - que é firme, mas não é sectária; é dura mas não é desestabilizadora... Não é fácil governar um país. Veja bem: ser oposição é algo que eu exercitei pela primeira vez por necessidade, quando havia uma ditadura militar no país - o ideal era que houvesse uma democracia reinando entre nós. Agora, eu faço oposição por dever, porque o povo assim decidiu ao derrotar meu candidato à Presidência da República.

Marcone Formiga - Ou seja...

Arthur Virgílio - Ou seja, quem ganha governa; quem perde tem que tomar conta de quem governa, para que haja um equilíbrio efetivo. É faço com gosto. O mesmo gosto que eu tinha em ser governo no projeto encabeçado pelo presidente Fernando Henrique eu tenho em ser oposição a um governo que, a meu ver, vai bem no macroeconômico - até porque nos segue -; vai mal no microeconômico - as agências são um exemplo disso - e vai pésimo na administração. Hoje o Brasil é um país onde ninguém compra nem vende nada - você pode viajar tranquilamente por três meses que aquele terreno que você ia comprar ainda não foi vendido.

Marcone Formiga - O PT apregoa que o grande capital do Lula é a sua popularidade. O senhor acredita que seja possível manter esse patamar?

Arthur Virgílio - Quando o PT diz isso, ele se torna primo do Conselheiro Acácio... O grande capital do José Sarney durante o Plano Cruzado foi exatamente a popularidade; o capital do Fer-

Eu tenho a certeza que o presidente Lula é muito sincero, mas ele não tem um governo para transformar em realidade

os seus sonhos, e às vezes sonha forte demais. Se ele tivesse capacidade de sonhar e uma brutal capacidade de produzir realidades...

nando Henrique no Plano Real foi sua popularidade; o grande capital do Fernando Collor no confisco da poupança foi sua popularidade; assim como o grande capital de Juscelino Kubitschek foi sua popularidade - foi com ela que JK construiu Brasília e integrou o país. Com o Lula não é diferente... Eu só lamento que eles tenham perdido quatro meses preciosos para mandar as reformas - elas já poderiam estar aprovadas na Câmara.

Íris Formiga - O presidente Lula começou seu governo em clima de lua-de-mel com a população. O senhor acha que ele soube aproveitar esta fase?

Arthur Virgílio - A fase de lua-de-mel acabou. Daqui para a frente haverá ainda um convívio muito paciente, mas o casal já voltou da viagem de romantismo e está dividindo banheiro, recebendo contas de luz... No início de seu governo, o Fernando Henrique mandou 10 emendas constitucionais entre cinco de fevereiro e cinco de março; as cinco primeiras foram aprovadas no primeiro semestre na Câmara e quatro delas em agosto no Senado. Ou seja, ele aproveitou muito bem sua fase de lua-de-mel para dizer claramente o que queria ao Congresso. O presidente Lula preferiu gastar esse período com seu Conselho - que obedece a critérios dele, e não da proporcionalidade da Nação - do que com o Congresso.

Íris Formiga - Como o PSDB irá se posicionar com relação às reformas?

Arthur Virgílio - Nós vamos examinar cada questão com atenção, o que for errado nós vamos votar contra e o que estiver certo vamos votar a favor; onde houver omissão a gente conserva; onde houver necessidade de corrigir algum exagero a gente corrige. Enfim, nós somos reformistas e eles dizem que agora também são, embora divirjam sobre todos os temas nevrálgicos da reforma. Se eles forem realmente reformistas e chegarem a um consenso sobre que tipo de reforma fazer, não teremos porque nem como negar a aprovação da matéria.

Marcone Formiga - Essas reformas não estão sendo encaminhadas mais ou menos na base do eu quero-eu posso-eu mandando?

Arthur Virgílio - O presidente diz que gostaria que a matéria fosse aprovada em setembro, e a gente responde que ele não pode nos pedir a leviandade da pressa se ele pode ter tido a leviandade de não ter tido nenhuma pressa. O tempo dele agora é acompanhar através de suas lideranças e respeitar o tempo do Congresso, que é soberano. O presidente não é uma pessoa autoritária, embora haja algumas pessoas assim no governo. Na questão do Ministério da Cultura, eu entendo que ele já recuou daquela tolice e chegou à conclusão de que não é possível que se destine dinheiro estatal para alguém fazer um filme sobre o Fome Zero, ou sobre a Reforma Agrária, ou sobre o sindicato dos metalúrgicos do ABC. É como se oferecessem um financiamento para o Bruno Barreto para que ele fizesse um filme sobre o cotidiano do presidente da CUT - além de ser tolo como idéia, chega a ser autoritário, porque pretende limitar a capacidade de criar de um intelectual. A arte é algo que nem as ditaduras mais atrozes conseguiram castrar; ela sempre foi uma válvula de escape por meio da qual a humanidade exercita seu amor pela liberdade, a sua vontade de evoluir como civilização. Voltando à questão, o presidente não é autoritário, mas o são algumas pessoas próximas a ele.

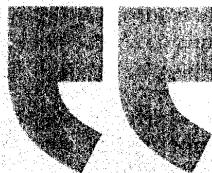
Íris Formiga - Por exemplo?

Arthur Virgílio - O ministro José Dirceu joga duro com seus dissidentes, ameaçando de expulsão e tal, e ao mesmo tempo andava ensaiando umas gracinhas de tentar cooptar urnas pessoas nossas. Foram avisados de que isso complicaria a relação institucional, porque nós somos um partido de pessoasativas e se isso prosseguisse eles iriam romper institucionalmente conosco. Fui à tribuna dizer que se continuar a tentativa de cooptação nós responderemos com posturas mais agressivas. Eles prejudicariam a relação entre partido e governo se tentassem vir angariar votos aqui. Eu já disse publicamente a vários membros do governo e ao ministro José Dirceu que todos os votos tucaos tem que ser gratuitos, de acordo com a consciência tucana, e ponto final. Certos ou erra-

dos, estamos aqui para sermos julgados também. Por isso pedi que o ministro respeitasse o PSDB e não fizesse mais esta brincadeira de mau gosto, até porque nós nos confrontamos com o PT muitas vezes no passado e nunca partimos para esse desrespeito. O governo Fernando Henrique nunca chamou alguém do PT para barganhar coisa alguma. Então, queremos um tratamento recíproco quanto a esta questão.

Marcone Formiga - Qual será o relacionamento do Lula com o Congresso?

Arthur Virgílio - Acho que o presidente Lula vai se adaptar muito rapidamente ao Congresso - que tem pessoas livres, partidos que representam uma grande diversidade de opiniões - e a nós que, sem dúvida alguma, es-



A fase de lua-de-mel acabou. Daqui para a frente, haverá ainda um convívio mais paciente, mas o casal já voltou da viagem de romantismo e está dividindo o banheiro, recebendo contas de luz... A realidade será bem diferente daí por diante, no dia a dia

tamos dispostos a servir da melhor forma ao país. Nós não temos o dever de servir o governo do presidente Lula, pois não somos áulicos nem serviçais, mas jamais prestariamos um desserviço ao Brasil. Essa é a proporcionalidade que precisa ser estabelecida.

Marcone Formiga - Está provado que o isolamento do poder é muito perigoso. Comenta-se que o presidente Lula está isolado. Isso procede?

Arthur Virgílio - O presidente Lula, a meu ver, está cumprindo bem o papel de porta-vozear seu governo, pois ele tem muita carga simbólica representativa. Eu divido o governo Lula em quatro itens: ele vai bem em dois e mal nos outros. Ele exercita

bem o macroeconômico e o simbólico - às vezes, com exagero, como aquela roupa de gaúcho que ele vestiu. Eu não gosto quando ele assume algo que pode não ser muito bem recebido ou levado a sério, como a idéia que ele vai impor ao mundo - partindo de um peso que o Brasil não tem - o programa Fome Zero. Lula precisa ouvir imediatamente o ministro Celso Amorim para saber o tamanho político do Brasil e não cometer o erro do pessogalo que acha que pode desafiar o Mike Tyson. No aspecto macroeconômico, à medida que o Palocci continua e até aprofunda as políticas de Malan e Arminio Fraga, é evidente que ele vai se sair muito bem.

Íris Formiga - E quais são os aspectos em que o presidente está falhando?

Arthur Virgílio - Lula vai mal no microeconômico, com as agências espantando investimentos de médio e longo prazo, e vai péssimo no governo. O Fernando Henrique já tinha ministros de mais, agora Lula tem 35 ministérios e secretarias em nível ministerial. Quando alguém me diz que a empresa do seu Zézinho não vai bem porque tem cinco pessoas fazendo a mesma coisa, eu digo que o governo do seu Lula não vai bem porque tem cinco pessoas não fazendo nada. O seu Lula precisaria fazer uma reforma ministerial para esta empresa dele ir melhor. Na prática, quem é que cuida da política social? A quem a gente deve se dirigir? Eu faço um requerimento de informação - pois este é um dos meus deveres como homem de oposição - e não sei para quem encaminhar... Então, se o Fernando Henrique já tinha mais do que o ideal, Lula tem muito mais do que seria razoável.

Marcone Formiga - O senhor concorda que prevalece um clima de paralisação no país?

Arthur Virgílio - A gente sente um Brasil parado, que não vende nem compra nada, onde o governo deita nos louros de uma política macroeconômica correta, que não demonstra ter noção de que é preciso fazer chegar na ponta da vida humana decisões

que influenciem positivamente a vida das pessoas... E quanto mais rápido ele brindar a nossa sociedade com medidas corretas administrativas e microeconómicas, melhor.

Iris Formiga - Como o senhor analisa o Brasil internacionalmente?

Arthur Virgílio - Eu não vejo nenhuma análise responsável que diga que se pode esperar melhorias no quadro internacional. Esse ano, não é de nos surpreendermos se entrar de capital direto no país, aquele que entra para ficar, não mais de US\$ 11 bilhões, furando todas as expectativas, que já eram bastante pessimistas. Então, do ponto de vista internacional, nós temos um quadro que não é lá essas coisas, e precisamos, portanto, maximizar o emprego de cada tostão.

Marcone Formiga - E quanto às ações do governo com relação à segurança?

Arthur Virgílio - Praticamente não estão aplicando nada do que o Orçamento permite para o sistema penitenciário e de segurança. O ministro Márcio Thomaz Bastos é uma figura de mui-

Hoje, o Brasil é um país onde ninguém compra nem vende nada - você pode viajar tranquilamente por três meses que aquele terreno que você ia comprar ainda não foi vendido. O governo vai bem no macroeconômico e vai mal no microeconômico

ta autoridade moral e tenho certeza de que o presidente quer enfrentar esse assunto, mas é duro se desconfiar que não tem nada do Orçamento investido em segurança pública. Infelizmente, o governo não tem a capacidade de construir presídios com palavras, não tem a capacidade de produzir soluções com frases de efeito, de enfrentar efetivamente o crime tomando soluções que protejam a sociedade que se porta dentro das regras justas. O meu papel é cutucar para que ele invista esse dinheiro. Tudo o que eu quero no Lula é que ele junte os atos que ele não tem praticado às palavras que ele emite. Se eu pudesse, faria um projeto de lei - que seria aprovado por unani-

midade, acredito - onde viraria realidade tudo aquilo que o presidente sonhasse e emitisse.

Marcone Formiga - Qual a sua avaliação da Constituição de 1988?

Arthur Virgílio - Eu faço muitas críticas à Carta de 88. As pessoas dizem que eu sou hipocrático, mas eu não sou; eu trabalho pela saúde e não pela doença. Talvez até pela minha formação religiosa, eu não convivo bem com a idéia da morte, e sim com a idéia da vida. Então, eu serviria para arriscar a minha vida defendendo-a; eu não serviria para kamicase ou homem-bomba. O artigo que mais me incomoda nesta Carta de 88 é o terceiro, que garante o direito à vida. Eu já alertei a minha família que, quando eu morrer, ela pode entrar com uma ação contra o Estado porque eu entendo ali que o Estado está garantindo que eu não morro. Como as leis não são inadimplentes com relação a nenhuma expressão da lei brasileira, nem no civil nem no penal, imagino que eu possa arguir esta lei constitucional em meu favor. Ou seja, a Carta de 88 emite coisas muito bonitas, mas nós temos que ver a realidade prática e seu descompasso.

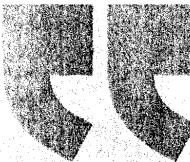
Íris Formiga - Qual a sua opinião pessoal sobre Lula?

Arthur Virgílio - Eu tenho a certeza absoluta de que o presidente Lula é muito sincero, mas ele não tem um governo para transformar em realidade seus sonhos e às vezes sonha forte demais. Se ele tivesse capacidade de sonhar e uma brutal capacidade de produzir realidades... Todos acreditavam que Lula acabaria imediatamente com a fome, e agora estamos vendo a dificuldade que ele tem de tocar algo bem menor do que a rede de proteção social que ele herdou. Nossa medo é que eles terminem criando embaraços nos programas que herdou no afã de fazer coisas novas.

Marcone Formiga - Qual conselho o senhor daria ao Lula?

Arthur Virgílio - O presidente Lula precisa continuar sendo como é, mas precisa colocar na cabeça que, além desse glamour esvoaçante que ele pratica na sua forma de ver o governo, ele precisa fazer uma coisa mais realista, que é sentar e governar um pouco. Aquela coisa mais árida

que embasa a construção da realidade que vai realizar o sonho. Até porque quem fala demais... Certa vez o presidente Geisel disse: "Aprendi a falar. Mas uma vez falei algo de improviso tão impróprio que voltei, nas horas solenes, a ler". Quem é presidente da República, se já sabia falar como o Lula, passa a falar melhor ainda; se não sabia, como o Geisel, passa a falar bem, porque a prática leva a isso.



A gente sente um Brasil parado, que não vende nem compra nada, onde o governo deita nos louros de uma política macroeconômica correta, que não demonstra ter noção de que é preciso chegar na ponta da vida humana decisões que influenciem o cotidiano das pessoas

Iris Formiga - O senhor não acha que o presidente está abrindo muitas frentes?

Arthur Virgílio - Um dia Lula ataca os empresários; no outro dia, o Judiciário, e isso vai criando uma área de aresta desnecessária. No passado ele disse que havia no Congresso 300 picaretas, e agora se volta para pedir o apoio de mais de 308 para aprovar emendas constitucionais que ele compreendeu de maneira muito atrasada. Nós contamos essa história e ele só foi entender o desfecho anos depois. O presidente precisa fazer uma revisão para o bem dele, usar suas qualidades e colocá-las a serviço de uma autocrítica firme.

Marcone Formiga - Por exemplo...

Arthur Virgílio - Vou lhes dar um número: de R\$ 130 a 150 bilhões foi o que custou aos cofres brasileiros a maior aprovação da reforma da Previdência desde o primeiro momento em que nós a pedimos. Sobre isso, eu já ouvi as coisas mais estapafúrdias... Além de terem negado votos e faltado ao compromisso com a Nação, desestimularam votos nossos, com aquela pressão da CUT - que rugia como um leão e hoje ronrona como um gatinho. Quantas carreiras a CUT não ceifou, porque ousaram votar con-

tra reformas que hoje são pedidas pelo PT? Eu sou muito vigilante em relação a ser honesto com o país que se recebeu.

Marcone Formiga - O que está certo e errado no governo?

Arthur Virgílio - Se eu fosse demolir tudo, diria que nada é bom; mas digo que o Palocci está indo bem, até porque segue aquilo que recebeu. E eles estão sendo muito confusos na condução da microeconomia e na administração. Então, o presidente tem muito o que dialogar com a Nação e se preparar para momentos duros que vêm por aí. Eu acredito que ele vai ter tempera para saber vencer os problemas e entregar o país, de preferência para um tucano, em condições ótimas em 2006.

RETRATO DA CRISE

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 15 de junho do corrente, que trata do desaquecimento do comércio no Estado de São Paulo.

A matéria, a qual solicito seja inserida nos Anais do Senado, é um retrato da crise imposta pela política econômica adotada pelo atual Governo.

De cada 10 paulistanos, 8 adiarão compras até julho, diz pesquisa

DA REPORTAGEM LOCAL

Até o final de julho, pelo menos, está tudo postergado. O carro zero, o DVD e a troca do celular pelo aparelho recém-lançado estão fora da lista de itens apontados pelos mais endinheirados como objeto de compra a curto prazo.

Oito em cada dez paulistanos com renda familiar superior a 20 salários mínimos (R\$ 4.800) dizem que “não pretendem efetivamente comprar nada nos próximos dois meses”, revela a pesquisa elaborada pelo Departamento de Economia da Fecomércio-SP.

Nem mesmo em janeiro, após as festas de final de ano — quando essa taxa historicamente sobe —, o resultado havia sido tão alto. Tanto que em janeiro, período pós-ressaca natalina, 66,2% dos consumidores afirmavam que a ida às lojas estava fora de seus planos. Uma taxa, portanto, inferior à apurada agora (78,7%).

Tem mais: desde que o levantamento começou a ser feito — em setembro de 2002 — essa taxa de “rejeição” da classe média às compras não havia chegado a esse nível. O período de análise é curto, mas a subida da taxa chama a atenção, segundo o Departamento de Economia da entidade.

Hoje está fora da lista de compra dos consumidores de classe média uma série de bens duráveis, segundo a própria seleção feita pelos entrevistados nessa pesquisa. Pela ordem, está descartada a compra ou a troca de televisor, de eletrodomésticos (geladeira, freezer) e a obtenção de um novo automóvel.

Está claro que a intenção de

FRASE

Após esse movimento [o dos devedores que ‘limparam’ o nome em maio] há a possibilidade de que esse consumidor volte às compras, mas aos poucos

EMÍLIO ALFIERI
economista da ACSP

compra tem relação direta com o índice de penetração dos produtos nas classes econômicas. Os mais endinheirados já têm bens duráveis em casa. Ainda assim, na análise da federação, isso não explica o fato de a taxa de entrevistados da classe média alta (que não pretende gastar nada) tenha disparado de 47,8% em abril para mais de 78% agora.

“É puramente uma questão de renda”, diz Antonio Carlos Borges, diretor da Fecomércio-SP.

A classe média com menor poder de compra (cinco a dez salários mínimos, ou R\$ 1.200 a R\$ 2.400) tem mais planos de gastos. Um número bem menor (quase

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

30%) diz não querer, efetivamente, pôr a mão no bolso e ir às lojas.

Na análise de economistas, essa categoria de consumidores “limpou” o nome em maio. E pode, lentamente, voltar a comprar. Em maio, foram cancelados 232,4 mil registros de pessoas em situação de inadimplência na capital paulista. É o maior número do ano.

“Após esse movimento, há a possibilidade de que esse consumidor volte às compras, mas aos poucos”, diz Emílio Alfieri, economista da ACSP, entidade que representa o varejo em São Paulo.

Sonhos de consumo

No ranking dos principais desejos de compra dos mais abastados, no entanto, a seleção só cresce: vai de banheira de hidromassagem a um jardim.

É o que mostra uma pesquisa realizada pelo Nomads (Núcleo de Estudos sobre Habitação e Modos de Vida) da USP (Universidade de São Paulo) em 2001 com 1.090 pessoas de todo o país.

Cerca de 52% dos entrevistados — a maioria jovem e com renda familiar acima de R\$ 3.600 — gostariam que sua cozinha tivesse vista para uma paisagem bonita. Já 24% preferiam uma divisória móvel integrando o espaço a um jardim.

Em outro local da casa, o banheiro, 71,49% dos entrevistados sonham com uma banheira; 56,38% desejam uma paisagem bonita; e 39,15% querem um jardim interno. A divisória móvel já citada é apontada por 24,89% dos entrevistados como item de desejo para separar o banheiro do quarto. (AMEMP)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, há 123 anos nascia em Encruzilhada do Sul, então distrito de Rio Pardo, João Cândido, o grande líder da Revolta da Chibata, como ficou conhecida a revolta dos marinheiros de 1910.

O episódio permanece marginal em nossa historiografia oficial, conta-se nos dedos da mão os autores que se dedicaram ao tema.

O Brasil do início do século havia modernizado sua frota naval com os mais avançados couraçados, cruzadores, submarinos. Mas o tratamento que a Marinha dispensava aos seus marinheiros não diferia daquele dispensado aos escravos nos engenhos e nas lavouras de café.

A chibata era o instrumento com que se castigavam os marinheiros, em sua maioria negros. Era comum, então, penas de 250 chibatadas, para punir infrações disciplinares. Contra esse tratamento desumano, insurgiu-se João Cândido, líder da revolta dos marinheiros.

João Cândido e seus companheiros, que acreditaram numa anistia votada inclusive no Congresso Nacional, foram duramente castigados, muitos deles brutalmente assassinados.

Lutaram pela dignidade de suas vidas humanas e foram vítimas de uma feroz perseguição. Nossa História ainda não lhes fez justiça, porque ainda não conseguimos pensar a História sem nos submetermos às representações distorcidas de nossas elites.

Em agosto do ano passado, esta Casa aprovou um projeto da Senadora Marina da Silva concedendo anistia **post mortem** a João Cândido e aos demais participantes do movimento.

O projeto está na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. Já procurei o Presidente da Comissão, o Deputado Luís Eduardo Greenhalg, para solicitar sua atenção para este importante projeto, que repara uma das maiores injustiças de nossa história.

Sr. Presidente, fomos procurados por moradores de Encruzilhada do Sul, terra natal de João Cândido, e onde há um expressivo movimento em favor de sua anistia, para que me empenhasse pelo resgate da memória daqueles que lutaram por um Brasil mais digno.

Faço aqui este registro, na data de nascimento de João Cândido, para ver se os legisladores contemporâneos recuperaram a anistia que foi votada no Congresso Nacional e depois desrespeitada pelas forças da repressão mais brutal.

“Depois que saí da cadeia ainda tentei trabalhar no mar, mas fui sempre muito perseguido, até na Marinha Mercante”. Estas são palavras de João Cândido, o Almirante Negro, em 1968, em depoimento que prestou ao Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro.

Precisamos pôr um fim a essa perseguição, anistiando, depois da morte, esse grande herói brasileiro.

Não poderíamos deixar de manifestar nossa alegria pela decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, ontem, em favor da constitucionalidade das ações afirmativas.

Cinco dos nove juízes manifestaram-se favoráveis a uma política de admissão às universidades que leve em conta a dimensão racial.

Nós sabemos que as ações afirmativas no Brasil devem atender às peculiaridades de nossa formação social. Mas não podemos negar o impacto que essa decisão da Suprema Corte terá para além das fronteiras norte-americanas, com reflexos positivos inclusive na conjuntura brasileira.

Como disse o historiador gaúcho Décio Freitas, “temos pressa em copiar o que há de ruim nos EUA, mas resistimos a copiar o que eles têm de bom”.

As ações afirmativas também estão sendo contestadas no Brasil. Há uma ação de constitucionalidade esperando julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Enquanto se aguarda a decisão do Supremo, as universidades brasileiras vêm exercendo sua autonomia e definindo critérios para beneficiar estudantes afro-brasileiros e indígenas.

Duas importantes universidades públicas, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Brasília, exercendo o princípio constitucional da autonomia, já adotaram o sistema de cotas.

A Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, deverá apreciar o tema na próxima reunião do seu conselho universitário.

São universidades que estão procurando construir um corpo diversificado de alunos, por entender que isto é o melhor para um país que costuma enaltecer sua pluralidade, mas cria barreiras para o exercício pleno de direitos de cidadania aos não-brancos.

A discussão de cotas no Brasil rompeu a barreira de silêncio que imobilizava a quase todos. A discussão de cotas que ganhou o país rompeu o silêncio e a cumplicidade que davam sustentação às desigualdades raciais.

Estamos falando e estamos procurando resolver, superar os obstáculos, achar o caminho. Há inquietação positiva no movimento social e nas universidades.

Hoje recebi a visita da Drª Renata Malta Vilas-Boas, que acaba de publicar o livro **Ações afirmativas e o princípio da igualdade**, pela editora América Jurídica.

É o resultado da pesquisa que realizou para a obtenção do título de Mestre em Direito Público, na Faculdade de Direito de Recife. A autora faz uma abordagem histórica do conceito de ação afirmativa e demonstra como a evolução do pensamento humano sobre o conceito de igualdade alcança o princípio da isonomia.

A Drª Renata não só justifica as ações afirmativas como uma resposta para a efetivação do princípio da igualdade, como demonstra que as discriminações positivas têm ampla base constitucional.

É um trabalho mais que oportuno, que demonstra como um debate que tem origem no movimento social vai enriquecendo a pesquisa acadêmica. Onde havia silêncio há hoje elaboração de conhecimento necessário ao fortalecimento de nosso processo democrático.

Finalmente, gostaria também de cumprimentar o Prefeito de Porto Alegre, Sr. João Verle, que atendendo reivindicação do Movimento Negro gaúcho, encaminhou ontem projeto de lei à Câmara Municipal, determinando uma reserva de 10% das vagas oferecidas em concursos públicos municipais para afro-descendentes.

Temos o privilégio de viver este momento, no qual a sociedade brasileira acorda para resgatar sua dívida com aqueles que contribuíram decisivamente para a formação de nosso País.

Axé!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o BNDES é considerado um dos maiores bancos de fomento do mundo. Ele trabalha com um orçamento de linhas de crédito da ordem de 32 bilhões de reais. É uma montanha de dinheiro. Mas essa montanha fica parecendo um pequeno morrote quando cotejada com a gigantesca sede do Brasil por investimentos.

Por isso preocupo-me, Sr. Presidente, quando vejo o governo tecendo planos ambiciosos de usar o BNDES como instrumento de política externa, fazendo-o investir em empreendimentos em países da América do Sul e da África. No Brasil, os investimen-

tos do BNDES são necessários na indústria, tanto nas grandes como nas pequenas empresas, na infra-estrutura, inclusive de saneamento, no apoio às exportações brasileiras, no esforço para atenuar as disparidades regionais. É um mundo de necessidades!

Receio, Sr. Presidente, que o cobertor fique curto demais se, além de atender a essas prementes carencias internas, o BNDES se puser a financiar projetos de outros países.

Valorizo, sim, os esforços do Brasil em promover a integração regional na América do Sul, visando ao fortalecimento de um bloco nosso aliado para fins da negociação da ALCA, diante do poderio dos Estados Unidos. É positiva a aproximação comercial com outros países e continentes. Por exemplo, faz sentido financiar operações de comércio exterior que ajudem empresas de outros países a comprar bens e serviços brasileiros. Se temos essa disponibilidade financeira, é uma iniciativa útil, como já fazem os chamados Eximbanks em vários países.

Como já afirmou o Presidente Lula, devemos buscar o alargamento de nossas relações políticas, diplomáticas e comerciais. Mas buscar de forma prudente. Sem esquecer que a verdadeira e autêntica influência e ascendência do Brasil brotará de seu firme e contínuo desenvolvimento econômico e social. E sem esquecer, ainda, que na sigla BNDES o "n" é de Nacional, o "d" é de Desenvolvimento e o "s" é de Social.

Nos meses recentes, soubemos que o BNDES irá injetar um capital de 400 milhões de dólares na Corporación Andina de Fomento, cujos sócios principais são Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Depois, foi noticiado que o BNDES também vai financiar uma Corporación Platina de Fomento, associada ao Mercosul. Fala-se em investimentos em infra-estrutura em países da América do Sul e da África. Pretende, ainda, o BNDES, abrir uma linha de crédito de 1 bilhão de dólares à Argentina, a ser usada como garantia dos intercâmbios comerciais entre os dois países, segundo o mecanismo conhecido como Convênio de Crédito Recíproco, ou CCR.

Ora, quem normalmente opera o CCR é o Banco Central. O dinheiro do BNDES, seguindo uma boa tradição, deveria ser destinado a empresas brasileiras. Agora, o Governo Lula quer inovar, canalizando dinheiro do BNDES para a Argentina, usando os recursos do nosso banco de fomento, que tem como função desenvolver o Brasil, e não outros países e continentes. Esse bilhão de dólares do CCR do BNDES seria gasto assim: 500 milhões de dólares

para empresas brasileiras exportarem para a Argentina e 500 milhões de dólares para empresas argentinas exportarem para o Brasil. Isto soa absurdo, mas é o que está sendo proposto.

Temos de tomar cuidado, Sr. Presidente, para que essa estratégia de liderança política na América do Sul e no Atlântico Sul não nos suba à cabeça. Corremos o risco de nos mostrar ao mundo vestidos de fraque, da cintura para cima, e, da cintura para baixo, vestidos de forma pouco apresentável.

Nesse vôo alto e pretensioso, podemos acabar esquecendo que a Argentina tem, sim, pobreza, mas o Brasil tem miséria, e muita! O dinheiro do BNDES pode parecer uma montanha, mas diante de nossas necessidades é dinheirinho contado e suado.

Vejamos, por exemplo, nossas disparidades regionais. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste concentram 45% da população brasileira. Mas essas regiões recebem, juntas, em média, apenas 25% dos financiamentos do BNDES. O presidente do BNDES, recentemente, no dia 10 de junho, esteve na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e lá pôde ouvir de pelo menos 10 Senadores representantes dessas regiões desfavorecidas afirmações sobre a injustiça dos subinvestimentos do BNDES nesse Brasil que fica longe da sede do banco, no Rio de Janeiro.

No Congresso, são 81 Senadores e 513 Deputados que, tenho certeza, conhecem de cor e pormenorizadamente as carências e necessidades dos Municípios, Estados, regiões e eleitorados que representam. Prioridades de toda ordem, graves e locais, padecem de falta de recursos, sejam orçamentários, sejam de ações de fomento. Como mero exemplo, entre tantos, posso lembrar Porto Velho, capital de Rondônia, Estado que tive a honra de governar. Lá são registrados índices preocupantes de desemprego, de mau atendimento no saneamento, de criminalidade.

Na minha região, o Norte, e no meu Estado, é crônica a escassez de investimentos, na criação de empregos, em programas sociais. Em Rondônia, apenas 20% da população são servidos por rede de esgotos. A companhia de águas de Rondônia, a CAERD, exemplarmente recuperada por uma gestão compartilhada com seus funcionários, passou a gerar lucro mensal de 2 milhões de reais. Mesmo assim, precisa, e não tem encontrado, buscar recursos para financiar um plano de expansão que permita elevar o índice de atendimento da população com água tratada, de 40% para 70%.

Posso assegurar, Sr. Presidente, que, para grandes segmentos da população brasileira, e certamente, e mais ainda, para os habitantes da sofrida

Região Norte, fica difícil de entender os mirabolantes planos de investimentos e financiamentos internacionais do Governo, via BNDES. É fácil, é questão de bom senso, compreender nossa preocupação com os critérios de prioridade na utilização dos vastos recursos concentrados no BNDES.

Sr. Presidente, voltando, agora, minha atenção para o ângulo crucial do desenvolvimento econômico nacional como um todo, principalmente aquele que se dá pelo crescimento dos setores industriais, fortes geradores de empregos, só posso dizer que aumenta a minha preocupação. Duas pesquisas de que tive notícia recentemente causaram-me espanto. São pesquisas de duas importantes instituições, a FGV, Fundação Getúlio Vargas, e o Iedi, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, sobre a carência de novos investimentos na indústria brasileira.

Podemos pensar que, devido à fase de baixo crescimento pela qual estamos passando, a indústria brasileira não tenha muita necessidade de financiar-se para promover expansão de capacidade. Pois a situação é bem diversa. O BNDES está na iminência de ser muito pressionado para financiar a indústria brasileira, para financiar o Brasil. Uma indústria, quando chega a usar 80% de sua capacidade, tem que começar a pensar em investir na expansão. É a regra econômica. Se não fizer isso, arrisca-se a perder oportunidades de negócios que sempre podem surgir.

A mesma regra dos 80% aplica-se a setores industriais inteiros e ao setor industrial como um todo. Ora, diante da política de estímulo às exportações, e às vésperas de uma retomada do crescimento, que mais mês, menos mês, irá ocorrer, a indústria brasileira encontra-se desarmada, sem suficiente capacidade de reserva para aumentar sua produção, de modo a atender surtos de demanda.

A FGV, em levantamento deste ano sobre a utilização de capacidade industrial no Brasil, constatou que ela já atingiu, em média 81%. De 19 setores industriais, 12 já operam acima de 80%. Vários setores já atingiram índices de saturação. O setor de papel e celulose já atingiu 100%. Bicicletas, motos e peças, 97,2%. Alumínio, cobre e zinco, 95,7%. E por aí vai. O grupo de indústrias que está na faixa entre 80% e 90%, considerada também faixa de sufoco, inclui confecções, perfumaria, artefatos para embalagem, produtos têxteis e vários outros.

Já há economistas preocupados com o fato de que a transição entre consumo retráido e consumo expandido possa ser rápida demais, provocando gar-

galos na produção e explosão de importações, o que traria danos à economia.

O ledi elaborou um estudo por outro ângulo. Fez simulação de cenários de futuro imediato para a economia brasileira e estimou o que aconteceria com a capacidade industrial. Para a hipótese considerada mais provável, 10% de crescimento nas exportações setoriais e 2% nas vendas internas, 20 dos 28 setores pesquisados ingressariam na faixa de sufoco próxima aos 90%. Para alguns setores, no aspecto de necessidade de novos investimentos, já está piscando a luz vermelha. Para muitos outros, já se acendeu a luz amarela.

Sem investimentos na indústria, a economia não deslanchará. O Brasil já sofre, de há muito, com baixas taxas de investimento, em relação ao PIB. A nossa é apenas 18%. A da Malásia é 23%; a da Coréia do Sul é 27%.

São dados, Sr. Presidente, que mostram a vastidão da tarefa que tem pela frente o BNDES, se seguir a linha do bom senso, que é investir no Brasil. Há estudiosos da questão que calculam que a montanha de 32 bilhões de reais do BNDES teria, na verdade, que chegar a 100 bilhões, para atender a economia brasileira. Para expandir a indústria, apoiar a infra-estrutura, estimular as exportações, atenuar as disparidades regionais.

Por meritórios que sejam os pensamentos de liderança e integração regional, precisamos, de cabeça fria, atentar para a realidade e para a hierarquia de nossas necessidades. O Brasil vem primeiro. Nosso econômico, nosso social. Não precisamos distribuir presentes, perdulariamente, para angariar prestígio. Como disse no início, o Brasil se imporá naturalmente, gradualmente, no cenário continental e internacional, se promover firme e constantemente o seu desenvolvimento econômico e social.

Sr. Presidente, repito: no nome do BNDES, o “d” é de Desenvolvimento, o “e” é de Econômico, o “s” é de Social e, sobretudo, o “n” é de Nacional. O bom negócio para o Brasil é investir no Brasil. Portanto, o BNDES deve investir aqui. O resto virá por simples decorrência.

Muito obrigado.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o quadro de tensão social hoje vivido pelo Brasil, com o recrudescimento das invasões de terras, é inquietante e sobre ele há uma novidade: o Presidente Lula se diz preocupado com as ações dos

Sem-Terra. E pediu a alguns Ministros que olhem com zelo para esse quadro.

Na realidade, o MST já vem obtendo espaços de interlocução e boa vontade de uma dezena de Ministérios. Foram assinados diversos convênios de programas para atender aos assentamentos. Mas não vendo atendidas suas reivindicações, o MST incentiva novas ocupações, com certa omissão dos encarregados de fazer cumprir a lei.

Nessa terça-feira, ao lançar um programa de financiamento de pouco mais de R\$5 bilhões, o Presidente pediu paciência aos Sem-Terra. Para esse apelo, mais uma vez, recorreu a um palavreado inapropriado ao cargo.

Os invasores se dizem impacientes. A alegação é que o atual Governo não assentou uma única família. Uma ousadia e uma verdade. Ambas prejudiciais à continuidade do bom desempenho da agricultura brasileira.

A ousadia amplia a tensão da terra. A falta de pulso do Governo mantém o clima efervescente que apenas gera intransqüilidade.

Hoje temos quase 4 mil famílias instaladas precariamente às margens das estradas de Goiás. Em Pernambuco, por exemplo, o MST invade terras e divide-as, como se estivesse no governo do País.

A ameaça é clara. E a menos que providências urgentes sejam adotadas, o campo vai continuar intransqüílo. No Sul, os legítimos proprietários de fazendas produtivas já falam em confronto, cansados da inação governamental.

O Governo Lula, meio ano depois de empossado, ainda deve ao País uma política clara de reforma agrária. Os trabalhadores que precisam de terra para trabalhar estão cansados de esperar. Os proprietários rurais vivem um clima de intransqüilidade diante do crescimento das ocupações. Apenas com propaganda oficial e pedido de paciência não se poderá impedir o agravamento das tensões no campo.

Até quando a estratégia oficial será capaz de impedir um conflito de proporções desastrosas ninguém pode garantir.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2003

(Em regime de urgência – art. 336,
II do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *prorroga o prazo para exercício de autorização concedida à Petrobrás Transporte S.A. (Transpetro) pela Resolução nº 34, de 2001, e reajusta valores referidos naquela Resolução*, tendo

Parecer favorável, sob nº 594, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2003

(Em regime de urgência – art. 336,
II do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 595, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), que *autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total equivalente a até US\$ 46,000,000.00 (quarenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil*.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2003

(Em regime de urgência – art. 336,
II do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2003 (nº 6.239/2002, na Casa de origem), que *estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências*, tendo.

Pareceres:

- nº 689/2003-CRE, Relator: Senador Hélio Costa, favorável, e

- nº 690/2003-CAE, Relator: Senador Romero Jucá, favorável, com as Emendas 1 a 3-CAE.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2003

(Em regime de urgência – art. 336,
II do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871/2002, na Casa de origem), que *institui o ano de 2003 como Ano Nacional Cândido Portinari*, tendo.

Parecer sob nº 607, de 2003, Relatora: Senadora Iris de Araújo, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 1999

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *modifica o “caput” do art. 37 da Constituição Federal (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.246, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 34, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento)*, tendo

Parecer sob nº 316, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 72, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *altera a Constituição Federal para*

definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional, tendo

Parecer sob nº 29, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera a redação dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal, dispondo sobre a competência do Congresso Nacional para apreciar os atos de outorga e renovação de concessão e permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo

Parecer favorável, sob nº 384, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2002 (nº 4.014/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede pensão especial a Luiz Felippe Monteiro Dias, tendo

Parecer favorável, sob nº 245, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Teotônio Vilela Filho.

– 10 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2003 (nº 1.728/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Parnaíba – Prefeito Dr. João Silva Filho” o aeroporto localizado na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 432, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mão Santa.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 150, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2002 (nº 312/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Inter-

nacional, que trata de alocação especial de Direitos Especiais de Saque – DES, tendo

Parecer favorável, sob nº 537, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: ad hoc Senador Rodolfo Tourinho.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2003 (nº 1.574/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, e recuperação da atual Ponte Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000, tendo

Parecer favorável, sob nº 538, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

– 13 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2000, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera os arts. do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, tendo

Parecer sob nº 350, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável com Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 42, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 27, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senhores Senadores, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo, tendo

Pareceres sob nºs

- 882, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Bello Parga, 1º pronunciamento: favorável, com voto contrário do Senador Paulo Souto e abstenção do Senador José Fogaça;

- 576, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator: Senador Luiz Otávio, pela constitucionalidade, juridicidade e boa adequação à técnica legislativa do Projeto, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 42, de 2001, que passou a tramitar em conjunto, nos termos do Requerimento nº 527, de 2001); e

- 577, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 559, de 2000): Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 42, de 2001.

- 15 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2001

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 27, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Senhores Senadores, que *revoga a Resolução nº 95, de 1996, do Senado Federal, que fixa alíquota para cobrança do ICMS*, tendo

Pareceres sob nºs 576 e 577, de 2003, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator: Senador Luiz Otávio, pela rejeição do Projeto e pela constitucionalidade, juridicidade e boa adequação à técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 27, de 2000, que passou a tramitar em conjunto, nos termos do Requerimento nº 527, de 2001); e

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Azeredo, pela rejeição do Projeto e favorável ao Projeto de Resolução nº 27, de 2000.

- 16 -

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 43, de 2003, do Senador Roberto Saturnino, solicitando, nos termos regimentais, voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento, tendo

Parecer favorável sob nº 700, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Heloísa Helena.

- 17 -

REQUERIMENTO Nº 216 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 216, de 2003, do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando, nos termos regimentais, que seja designada comissão para representar a Casa no XIII Congresso Mundial de Criminologia, que ocorrerá entre os dias 10 e 15 de agosto de 2003, na cidade do Rio de Janeiro.

- 18 -

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 343, de 2003, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1999, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (Reforma do Poder Judiciário), por regularem a mesma matéria.

- 19 -

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2003, do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos regimentais, voto de louvor pela canonização de Madre Maria de Mattias, fundadora da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, tendo Parecer favorável sob nº 699, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

- 20 -

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2002 – Complementar, de autoria dos Senadores Paulo Hartung e Ricardo Santos, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000*, tendo

Parecer nº 430, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela prejudicialidade do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 49 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL
SENADOR JOSÉ SARNEY**

25-6-2003
quarta-feira

10h – Audiência com o Senhor Presidente da República

Palácio do Planalto

11:30 – Embaixadora Monica-Mariana Grigorescu, Embaixada da Romênia

Presidência do Senado Federal

15h – Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

16h – Solenidade de posse dos Senhores Antonio Cesar Peluso, Carlos Augusto Ayres de Freitas Bri-

to e Joaquim Benedito Barbosa Gomes, no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal

Sala de Sessões Plenárias – Supremo Tribunal Federal

18h – Senhor Edson Nunes, Presidente do Conselho Nacional de Educação

Presidência do Senado Federal

18:30 – Deputado Federal Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, acompanhado dos Presidentes das Confederações Nacionais da Agricultura, Comércio, Transportes, o Vice-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras e o Presidente da Ação Empresarial.

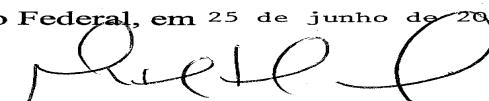
Presidência do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4103 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011806/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CHRISTIANNE GONZAGA DE SANTANA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**.

Senado Federal, em 25 de junho de 2003.



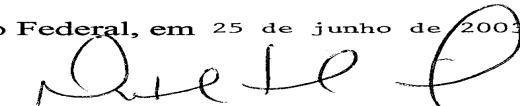
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4104 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011785/03-9**,

R E S O L V E exonerar **EUDO LUIZ LEITE**, matrícula n.º 32.577, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Valmir Amaral e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 25 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4105 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011371/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCOS LUIZ DE REZENDE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho.

Senado Federal, em 25 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4106 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008681/03-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3512, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2751, de 15/05/2003, que nomeou **JOSÉ ROBERTO LACERDA RAMOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Capiberibe, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 25 de junho de 2003.

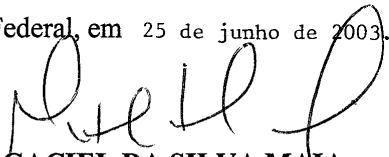

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4107 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011784/03-2,

R E S O L V E exonerar **EDNA CAIXETA SILVA FONSECA**, matrícula n.º 32.575, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Valmir Amaral e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 25 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

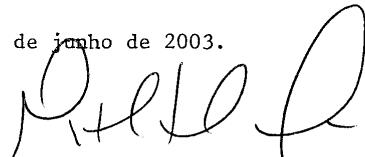
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4108 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011614/03-0,

RESOLVE, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso I, alínea “a” e inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a MARIA DE FÁTIMA FERREIRA, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a GERALDO THEODORO FERREIRA FILHO, na condição de filho menor de 21 anos, na proporção de 1/2 (um meio), da remuneração que percebia o ex-servidor GERALDO THEODORO FERREIRA, matrícula 00098, a partir da data do óbito, 10/06/2003.

Senado Federal, 25 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4109 , DE 2003

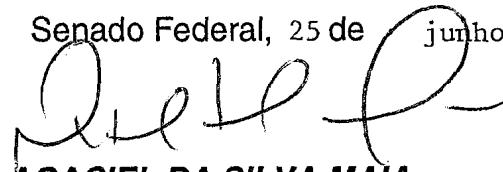
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere, e tendo em vista o disposto no art. 3º, do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam elevados, na forma do Anexo I deste Ato, os valores fixados para emissão de empenhos e a movimentação financeira, dos Grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos, constantes da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 – LOA, tendo por base o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, bem como o disposto no Ofício Interministerial nº 149/MP/MF, de 23 de maio de 2003.

Art. 2º – Em decorrência da elevação de limites de empenho objeto do artigo anterior, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal de 2003, passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II deste Ato.

Art. 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de junho de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DGER Nº 4109/2003
ANEXO I

ELEVAÇÃO DE LIMITE DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

ATIVIDADES/OPERAÇÕES ESPECIAIS

ÓRGÃO 02.000 – SENADO FEDERAL	Em R\$ 1,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
02.101 – SENADO FEDERAL	205.578.360
02.103 – SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA	43.849.840
02.104 – SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES	34.595.800
SUBTOTAL ¹	284.024.000

PROJETOS

ÓRGÃO 02.000 – SENADO FEDERAL	Em R\$ 1,00
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
02.101 – SENADO FEDERAL	
Obras Complementares no Complexo do Senado Federal	6.184.080
SUBTOTAL ²	6.184.080
02.103 – SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA	
Obras Complementares no Complexo da SEI	4.808.373
INTERLEGIS – Rede de Integração e Participação Legislativa	7.193.812
SUBTOTAL ³	12.002.185

ÓRGÃO 02.000 – SENADO FEDERAL	Em R\$ 1,00
TOTAL GERAL ¹⁺²⁺³	302.210.945

OBS.: Inclusive Fundos Especiais e exceto Pessoal e Encargos

ATO DGER N° 4109/2003

ANEXO II

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL
(Art. 66 da Lei nº 10.524 de 25 de julho de 2002)
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003
ATUALIZAÇÃO**

ÓRGÃO 02.000 – SENADO FEDERAL

Em R\$ 1,00

MESES	1-PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	3 e 4-OUTRAS DESPESAS CORRENTES e INVESTIMENTO	TOTAL MENSAL
JANEIRO	90.500.000,00	0,00	90.500.000,00
FEVEREIRO	110.000.000,00	17.767.405,46	127.767.405,46
MARÇO	85.000.000,00	24.803.554,42	109.803.554,42
ABRIL	85.000.000,00	21.894.842,19	106.894.842,19
MAIO	95.000.000,00	23.121.464,82	118.121.464,82
JUNHO	175.000.000,00	30.660.428,30	205.660.428,30
JULHO	100.000.000,00	30.660.428,30	130.660.428,30
AGOSTO	95.000.000,00	30.660.428,30	125.660.428,30
SETEMBRO	95.000.000,00	30.660.428,30	125.660.428,30
OUTUBRO	95.000.000,00	30.660.428,30	125.660.428,30
NOVEMBRO	95.000.000,00	30.660.428,30	125.660.428,30
DEZEMBRO	10.214.991,00	30.660.428,31	40.875.419,31
TOTAL: LEI N° 10.640/03	1.130.714.991,00	302.210.945,00	1.432.925.256,00

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52 ª LEGISLATURA)

PFL -	BAHIA	PFL -	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	PTB -	RIO GRANDE DO NORTE
PFL -	César Borges	PMDB -	Fernando Bezerra
PT -	RIO DE JANEIRO	PFL -	Garibaldi Alves Filho
PL -	Roberto Saturnino	PT -	José Agripino
PMDB -	Marcelo Crivella	PFL -	SANTA CATARINA
PMDB -	Sérgio Cabral	PT -	Jorge Bornhausen
PMDB -	MARANHÃO	PSDB -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PT -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	PMDB -	ALAGOAS
PFL -	Roseana Sarney	PSDB -	Heloísa Helena
PMDB -	PARÁ	PT -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PMDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	PSDB -	SERGIPE
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PFL -	PERNAMBUCO	PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PSDB -	Marco Maciel	PMDB -	AMAZONAS
PSDB -	Sérgio Guerra	PSDB -	Gilberto Mestrinho
PT -	SÃO PAULO	PDT -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PSDB -	PARANÁ
PFL -	Romeu Tuma	PT -	Alvaro Dias
PL -	MINAS GERAIS	PDT -	Flávio Arns
PSDB -	Aelton Freitas	PT -	Osmar Dias
PMDB -	Eduardo Azeredo	PSB -	ACRE
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
PMDB -	GOIÁS	PMDB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PSB -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	PT -	MATO GROSSO DO SUL
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
PSDB -	MATO GROSSO	PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	PT -	DISTRITO FEDERAL
PT -	Serys Slhessarenko	PFL -	Valmir Amaral
PMDB -	RIO GRANDE DO SUL	PSDB -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PT -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	PFL -	TOCANTINS
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
PSDB -	CEARÁ	PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PT -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	PMDB -	AMAPÁ
PSDB -	Tasso Jereissati	PSB -	José Sarney
PSDB -	PARAÍBA	PMDB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PT -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	PMDB -	RONDÔNIA
PMDB -	José Maranhão	PT -	Amir Lando
PPS -	ESPÍRITO SANTO	PMDB -	Fátima Cleide
PMDB -	João Batista Motta	PT -	Valdir Raupp
PL -	Gerson Camata	PMDB -	RORAIMA
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PMDB -	PIAUÍ	PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)****Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)****Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Shessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3114605 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

Atualizado em 28/04./2003

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: gildete@senado.gov.br
 Atualizada em 13/05/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n º 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 10/04/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113915 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.
 Atualizada em 28/04/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretaria: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3113915 Fax: 3111060
 E – Mail: mariadul@senado.br .

Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n º 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n º 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÉNCIO DA FONSECA²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago)'			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995
2^a Designação: 30.06.1999
3^a Designação: 27.06.2001
4^a Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação geral: 03.12.2001
2^a Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Sihessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo¹	GO	3148
PFL⁶		
Senadora Roseana Sarney¹	MA	3070
PT⁵		
Senadora Serys Sihessarenko¹	MT	2291
PSDB⁶		
Senadora Lúcia Vânia¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho³	RR	2041
PTB⁵		
Senador Papaléo Paes¹⁻⁵	AP	3253
PSB⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior²	AC	1078
PL⁵		
Senador Magno Malta¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 020002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X - Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

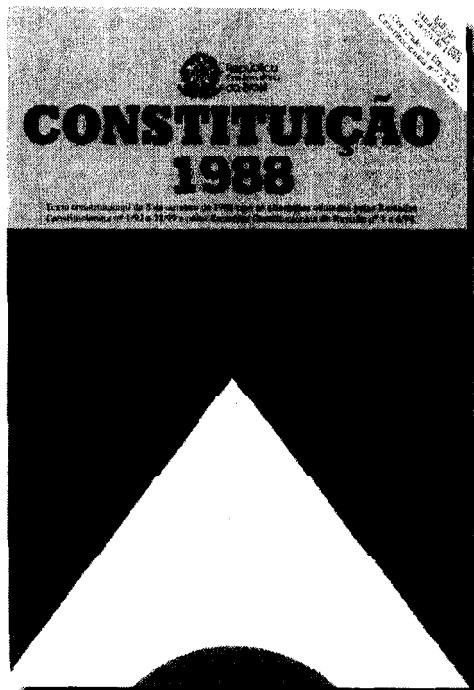


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS